

A partir de hoje

Cada português deve mais seis contos ao estrangeiro

A partir desta manhã, cada português deve mais seis contos ao estrangeiro da assinatura colocada pelo ministro Eernâni Lopes, no contrato de empréstimo de 400 milhões de dólares concedido por um consórcio formado por

27 bancos internacionais, liderado pelo Lloyds Bank International e pelo Industrial Bank of Japan.

Em moeda portuguesa, a estes 400 milhões de dólares correspondem uns 60 milhões de con-

tos, ou seja em número absoluto, o maior empréstimo jamais

contraído pela República Portuguesa. São essencialmente norte-americanos, ingleses e japoneses os Bancos que formam

este consórcio mas dele fazem também parte árabes, franceses, alemães, belgas, suíços e luxemburgueses.

O ministro das Finanças disse na cerimónia, realizada esta ma-

nhã, em Lisboa que este «contrato de financiamento» constitui mais um passo no caminho da recuperação da nossa economia» e que «estamos agora a ultrapassar a fase de estabilização iniciada há um ano, com vista a conter

o pronunciado desequilíbrio externo e interno». Eernâni Lopes garantiu aos banqueiros internacionais que as metas traçadas pelo

Governo estavam a ser cumpridas e até ultrapassadas.



Baile de chamus nos Alunos de Apolo

Um incêndio destruiu ontem à tarde em Campolide o telhado e o salão de festas da Sociedade Filarmónica Alunos da Apolo. Três bombeiros ficaram feridos, embora sem gravidade, no combate às chamus provocadas por mão criminosa ou por um curto-circuito. Fundada em

1872, a colectividade popularizou-se na realização periódica de concursos de dança, sobretudo quando estão em confronto as representações do Porto e Lisboa.

Pág. 6

Recordes de Mark Spitz sepultados na lenda

Como peixes na água: Mike Heath, David Larson, Jeff Float e Bruce Hayes completaram a estafeta 4x200 metros no máximo mundial de 7m. 15,69s. Mais ouro para os Estados Unidos que, como país anfitrião dos Jogos de Los Angeles, não perde ensejo de mostrar a capacidade dos seus desportistas, acentuada a partir do instante em que não surge a directa concorrência de países como a URSS, RDA, Bulgária, Hungria e Polónia. Mas o atemão Federal Gross (o «albatroz») tem pintado a manta: e bateu ontem (nos 100 metros mariposa) o último dos recordes olímpicos ainda na posse de Mark Spitz, o homem que deslumbrou Munique há doze anos.

Págs. 18 e 19



Hoje há "DL-Infarmática"

A recente assinatura de um protocolo que cria a Comissão para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação, a presidir, provavelmente, pelo eng. João Cravinho e o vigésimo aniversário da Associação Portuguesa de Infarmática são dois dos assuntos tratados no «DL-Infarmática» de Julho, que hoje publicamos. A questão da Lei da Protecção de Dados Pessoais volta também a ser assunto nas nossas páginas, desta vez com a publicação de um texto da autoria de um consultor jurídico do Ministério da Justiça.

Comissão Permanente do PS acusa-os de "atitude política contrária às deliberações dos órgãos directivos"

Socialistas que votaram contra Lei de Segurança Interna ameaçados com sanções disciplinares

Sanções disciplinares poderão ser aplicadas aos sete deputados socialistas que na madrugada do passado dia 27 votaram contra a Lei de Segurança Interna, no termo de uma maratona parlamentar. São eles Manuel

Alegre, Eurico de Figueiredo, Edmundo Pedro, Margarida Marques, Sottomayor Cardia, José Leitão e Rui Dicciochi. Esta possibilidade ressalta do comunicado final da reunião de ontem da Comissão Permanente do PS

que «deplora» a atitude daquele grupo de deputados, considerando que a mesma «será oportunamente objecto de apreciação pelos órgãos próprios» (do PS). O comunicado, que enaltece a posição maioritariamente

assumida pelo grupo parlamentar socialista aquando da votação, considera, no que se refere àqueles sete deputados, que tomaram «uma atitude política totalmente contrária às deliberações dos órgãos directivos do

PS». Acusa-os ainda de terem infringido «as normas de comportamento e as regras de voto do grupo parlamentar» e de «grave quebra de disciplina partidária».

Pág. 5

A proposta de lei sobre Segurança Interna e Protecção Civil

Os diplomas que criaram o Conselho de Segurança Pública e a PIDE de Salazar

Luís de Carvalho e Oliveira

NÃO somos contra a perseguição do crime, organizado ou não. Não somos contra a coordenação de todos os órgãos policiais nessa perseguição. Recusamo-nos a aceitar os mecanismos de que se serviu o fascismo para defesa autocrática do Governo e do sistema em que estava integrado.

Este artigo servirá para fazer prever o que será a segurança interna e protecção civil segundo a proposta de lei apresentada pelo Governo, em função do que foi Portugal pela aplicação dos decretos 37.447 (Conselho de Segurança Pública) e 35.046 (PIDE) o primeiro de 22 de Outubro de 1945 e o segundo de 13 de Junho de 1949.

Para o efeito não encontramos melhor do que a verificação da correspondência entre o texto da proposta de lei e os destes decretos que foram elementos de dinamização da ditadura fascista da perseguição organizada de todos os portugueses que não tivessem aderido ao fascismo.

Não nos interessa saber neste momento se a proposta de Lei sobre Segurança Interna e Protecção Civil vem apenas para que este Governo meta um susto às populações, aliás susto desnecessário e de mau agouro sem a mesma aplicação que o fascismo fez dos decretos referidos. O que nos interessa saber é que ficará de pé, se vier a ser lei, um instrumento tremendo de perseguição, porventura mais ousado que os diplomas fascistas e que uma reviravolta política sempre possível em democracia poderá trazer ao poder exactamente aqueles que utilizaram os diplomas fascistas ou os seus sequazes e, nessa emergência, não será diferente a situação do que foi antes do 25 de Abril. Como, de resto, o não será com o Governo actual, pois não apresenta a proposta para diversão da Assembleia. Vamos aos textos:

O artigo 1.º da proposta de lei diz que um dos objectivos da segurança interna é prevenir a criminalidade, em particular a criminalidade organizada e o terrorismo e atenuar os seus efeitos.

O artigo 6.º n.º 4 da lei da Pide diz que a esta compete: vigiar os terroristas, os suspeitos de actividades contra a segurança interior e exterior do Estado e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes...

O projecto no mesmo artigo 1.º alínea g) diz:

Prevenir a infiltração e desencadear a expulsão do território nacional, de estrangeiros que se proponham a comissão

da segurança interna do Estado, designadamente, a prática de actos de espionagem, espionagem e terrorismo.

O n.º 2 do art.º 7.º da lei da Pide diz: vigiar os estrangeiros e fiscalizar as suas actividades, promovendo a expulsão dos indocumentados ou indesejáveis e, bem assim, dos que tiverem sido condenados por tribunais portugueses desde que tenham cumprido as condenações.

O art.º 3.º da proposta diz: A actividade de segurança interna exerce-se em todo o território nacional, no mar territorial, nos fundos marinhos contíguos e no espaço aéreo sob jurisdição portuguesa.

O art.º 8.º da lei da Pide diz: Vigiar as fronteiras terrestres e marítimas, impedir a passagem de indivíduos indocumentados, assim como a entrada de estrangeiros indesejáveis.

O art.º 6.º da proposta diz: O Primeiro-Ministro é autoridade nacional de segurança interna.

Em tempo e paz, tal competência considera-se automaticamente delegada no ministro da Administração Interna, que, para o seu exercício, disporá de um gabinete coordenador de segurança interna.

O Decreto 37445 que criou o Conselho de Segurança Pública diz no seu artigo 1.º:

Para coordenação das actividades de diferentes órgãos de segurança pública, é criado o Conselho de Segurança Pública constituído, sob a presidência do ministro do Interior, pelo comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, pelo comandante-geral da Polícia de Segurança Pública e pelo director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Nota: No regime fascista a presidência cabia ao Ministério do Interior e este cogitava o exercício de tal presidência com o Primeiro-Ministro.

Na actual proposta de lei é o próprio Primeiro-Ministro a autoridade nacional de segurança interna e cogita com o ministro da Administração Interna (ministro do Interior), que para o efeito do exercício daquela autoridade tem a competência delegada.

Nunca se viu nem isto é europeizar Portugal, dar a chefia da Polícia ao Primeiro-Ministro.

Não há dúvida que na Alemanha nazi e na Itália fascista, como Portugal, o Primeiro-Ministro exerceu tal função, mas nenhuma lei lhe atribuía directamente, segundo Salgado Zenha em colóquio que teve lugar numa sala da

Biblioteca Nacional em 5 de Julho de 1984.

No artigo 7.º do Projecto cria-se o Conselho Superior de Segurança Interna e Protecção Civil.

No artigo 1.º do Decreto 37.447 cria-se o Conselho de Segurança Pública.

Na constituição do primeiro entram os Comandantes da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal e da Segurança Pública, os Directores-Gerais da Polícia Judiciária e dos Serviços Estrangeiros e o Director dos Serviços de Informação de Segurança.

Na formação do segundo, o Conselho de Segurança Pública de Salazar, dizia-nos que ele era constituído, sob a presidência do Ministro do Interior, pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, pelo Comandante-Geral da Polícia de Segurança Pública e pelo Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Nota: o Conselho Superior de Segurança Interna e Protecção Civil, na proposta de lei, inclui outras individualidades mas nós estamos a assinalar as coincidências entre um e outro, independentemente do alargamento ou restrições da parte de qualquer deles.

O artigo 10.º da proposta de lei diz:

O Conselho Distrital de Segurança Interna e Protecção Civil é presidido pelo Governo Civil e composto pelo Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública, pelo Chefe do Departamento Marítimo, nos distritos do litoral, pelo Director ou Inspector da Polícia Judiciária, pelo Magistrado do Ministério Público junto do tribunal da sede do distrito, pelo Delegado Distrital dos Serviços Estrangeiros e pelos Delegados do Serviço Nacional de Protecção Civil.

O Decreto Lei 37.447 no art. 2.º diz:

Nas áreas da sua competência legal são a autoridade de segurança pública: Os Governadores Civis; os Comandantes de Batalhão da Guarda Nacional Republicana e os Comandantes distritais da Polícia de Segurança Pública; os Sub-directores da Polícia Internacional e de Defesa do Estado; os Presidentes das Câmaras Municipais quando exerçam funções policiais nos termos do Código Administrativo.

O art. 11.º da Proposta de Lei diz:

São forças e serviços de segurança: A Guarda Nacional Re-

publicana; a Guarda Fiscal; a Polícia de Segurança Pública; a Polícia Judiciária; os Serviços Estrangeiros; a Polícia da Autoridade Marítima; e os serviços de Informações de Segurança.

No art. 2.º do Decreto 37.447 diz: são autoridades de segurança pública em todo o território metropolitano: O Comandante-Geral e o 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana; o Comandante-Geral de Polícia de Segurança Pública o Director e o Inspector Superiores da Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

O art. 16.º do projecto diz: o serviço de informação e segurança disporá dum centro de dados, ao qual compete providenciar pela recolha e elaboração, classificação e conservação em arquivos magnéticos das informações e dados e sua comunicação às pessoas e entidades referidas no n.º 4.

Não é necessário procurar qualquer disposição legal para verificação de tratar-se exactamente do arquivo da PIDE.

O art. 20.º n.º 1 alínea a) da Proposta de Lei diz:

A vigilância policial de pessoas, edifícios e estabelecimentos, por período de tempo determinado.

O art. 4.º n.º 2 do Decreto Lei 37.447 diz:

Vigiar pela segurança das pessoas e da propriedade.

O artigo 20.º no seu n.º 1 alínea c) na proposta de lei diz: Como medida especial: apreensão temporária de armas nos termos legais. Na alínea b) diz: encerramento temporário de paços, depósitos ou fábricas de explosivos.

A lei da Pide diz: apreensão de armas e explosivos em conformidade com a legislação respectiva...

A Proposta de Lei diz no artigo 20.º n.º 1 alínea e):

Impedir a entrada e promover limites à permanência ou circulação de estrangeiros no território nacional, nos termos da lei.

A lei da Pide diz no artigo 3.º n.º 3 que são da sua função serviços relativos ao regime de permanência e trânsito de estrangeiros em Portugal. E no seu art. 4.º n.º 1 diz que em matéria de repressão criminal lhe competem as infracções praticadas por estrangeiros que se relacionem com a sua entrada ou com o regime de permanência em território nacional.

No art. 22 da Proposta de Lei diz:

As autoridades referidas no art. 12.º (autoridades policiais) podem determinar buscas domiciliárias sem necessária autorização prévia durante o dia quando se mostre gravemente ameaçado o direito à vida, ou à integridade física ou moral de qualquer pessoa e razões de urgência não compatíveis com a prévia obtenção de autorização do titular do domicílio ou da autoridade judicial competente, criem o estado de necessidade dessa medida de excepção.

No art. 19.º § 1.º da lei da Pide diz:

As autoridades encarregadas da vigilância poderão ainda efectuar buscas na residência dos vigiados e proceder à sua captura por desobediência às condições que tiverem sido impostas.

No n.º 4, do art. 22 da proposta diz:

Nos casos previstos no nú-

mero anterior e sempre que o intimado a comparecer se recusar a acatar a intimação, poderá ser obrigado a isso sobre custódia e no n.º 5 diz: A desobediência à ordem regularmente dada no desempenho das funções referidas no artigo anterior é punida com prisão até dois anos e multa com prisão de 50 até 100 dias.

No referido parágrafo 1.º artigo 19.º da lei da Pide diz-se:

As autoridades encarregadas da vigilância poderão... proceder à sua captura por desobediência às condições que tiverem sido impostas.

O art. 23 da proposta de lei diz:

As autoridades da Polícia referidas no art. 12.º poderão deter preventivamente pessoas contra as quais existam fortes indícios da prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão superior a três anos quer a título de consumação, frustração ou tentativa, comunicando imediatamente o facto à autoridade judicial competente, com apresentação à mesma no prazo máximo de 48 horas.

As pessoas detidas nos termos do número anterior poderão ser preventivamente privadas dos objectos ou instrumentos que, presumivelmente, se destinem à prática de actos atentatórios da segurança interna, os quais serão postos à disposição da autoridade judicial competente no referido prazo de 48 horas. (as autoridades judiciais do art. 12.º da proposta são: o Comandante-Geral, o 2.º Comandante-Geral, o Chefe-de-Estado-Maior, os Comandantes de Unidade, de Companhia e de Secção ou equivalente da Guarda Nacional Republicana; O Comandante Geral, o 2.º Comandante Geral, o Chefe-de-Estado-Maior e os Comandantes de Batalhão da Guarda Fiscal, o Comandante Geral, o 2.º Comandante-Geral, o Chefe-de-Estado-Maior, e os Comandantes Distritais, das Unidades Especiais e de Divisão da Polícia de Segurança Pública; os chefes dos Departamentos Marítimos, e os Capitães dos Portos como autoridades marítimas; os funcionários referidos no art. 10.º do Dec. Lei n.º 458/82 de 24 de Novembro da Polícia Judiciária; o Director, subdirector e Inspector, Chefes de Gabinete e de Departamento dos Serviços de Estrangeiros)

O art. 26.º da Proposta diz:

O Ministro da Administração Interna e, nas regiões Autónomas, o Presidente do Governo Regional, podem a título excepcional proibir a realização de reuniões ou manifestações de todo em todo ou tão-somente em relação a determinados lugares ou percursos, quando existam fortes indícios de que essa realização se destina a criar, ou corre o risco de criar situações de grave alteração da ordem pública ou de sério perigo para a segurança das pessoas e dos bens, públicos ou privados, em termos de o estado de necessidade de evitar a sua consumação se sobrepor aos valores sacrificados por essa medida e de esta não poder ser substituída por outra que evite o risco de que se trate.

O art. 10.º da Lei da Pide diz:

as reuniões ou ajuntamentos em que se verifiquem manifestações

seviciosas ou opressivas das autoridades, que possam pôr em risco a ordem pública ou a segurança dos cidadãos ou em que por qualquer modo infringam as leis deverão ser dissolvidas.

§ Único: o n.º 2, 3 do art. 26.º da Proposta diz:

Podem igualmente as mesmas entidades ordenar a suspensão ou dissolução de reuniões, manifestações, no decurso das quais se tenha revelado de forma clara a ocorrência ou o risco iminente dela, da situação e demais condicionais-mos que, nos termos do disposto no n.º 1, justificam a proibição.

Na lei da Pide lê-se: no caso previsto neste artigo (reuniões, ajuntamentos, etc) as autoridades ou seus representantes intimarão a dissolução da reunião ou ajuntamento e não sendo obedecidos farão uso da força pública para execução da referida intimação.

O art. 24 do Projecto de Lei diz: Sempre que existam fortes indícios de risco de perpetração dum acto de terrorismo ou outro crime grave que atente contra a vida ou integridade física ou moral de qualquer pessoa e a que corresponda pena de prisão superior a três anos e que criem o estado de necessidade de medidas urgentes do controlo das comunicações de ou para qualquer suspeito se não cumprido o prazo de 48 horas.

As autoridades judiciais do art. 12.º da proposta são: o Comandante-Geral, o 2.º Comandante-Geral, o Chefe-de-Estado-Maior, os Comandantes de Unidade, de Companhia e de Secção ou equivalente da Guarda Nacional Republicana; O Comandante Geral, o 2.º Comandante Geral, o Chefe-de-Estado-Maior e os Comandantes de Batalhão da Guarda Fiscal, o Comandante Geral, o 2.º Comandante-Geral, o Chefe-de-Estado-Maior, e os Comandantes Distritais, das Unidades Especiais e de Divisão da Polícia de Segurança Pública; os chefes dos Departamentos Marítimos, e os Capitães dos Portos como autoridades marítimas; os funcionários referidos no art. 10.º do Dec. Lei n.º 458/82 de 24 de Novembro da Polícia Judiciária; o Director, subdirector e Inspector, Chefes de Gabinete e de Departamento dos Serviços de Estrangeiros)

A lei da Pide não tem posição correspondente, a proposta de lei excede, tudo quanto foi legalmente autorizado à Pide.

No que respeita a escutas telefónicas e fiscalização de correspondência a proposta de lei do governo prevê-as sem, todavia, fazer referência a qualquer estado de sítio declarado.

E, como é sabido, estas medidas em regime democrático são próprias apenas do estado de sítio.

Não se esgotaram todos os termos de comparação entre a actual proposta de lei e as leis fascistas relativas às polícias e em especial à Pide. Ficam apenas alguns excertos sem que deixe de sublinhar-se, tanto numa como noutra, são previstas medidas já constante das próprias legislações das polícias portanto, escusadamente, e que vem à baila num diploma desta natureza apenas para, entre elas, se encobrirem as mais graves para a segurança individual e para a garantia dos direitos dos cidadãos o mesmo é dizer para defesa do princípio universal dos direitos do homem.

Refletamos finalmente sobre o que se passa e, sobre repetição que pode vir a dar-se do que já tinha passado, mas volta - o fascismo:

(*)Este texto do nosso colaborador Luís de Carvalho e Oliveira foi lido na Assembleia da República, durante os debates parlamentares sobre a Proposta de Lei de Segurança Interna, pelo deputado do MDP/CDE, João Corregedor da Fonseca

INFORMAÇÃO À CLASSE MÉDICA

AOS DOENTES CONSUMIDORES DE REUMON-GEL e BIALZEPAM

(todas as apresentações)

Informamos que o abastecimento destes nossos produtos no mercado está a ser feito normalmente através dos Srs. Armazenistas e Farmácias, que o solicitam.

19-Julho-1984

Laboratórios **Bial**

ENFERMEIRA REABILITAÇÃO OFERECE-SE

PARA TRABALHAR SÓ TARDES.
RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 28 603

ALGÉS

ANDAR VENDE-SE
2 ASSOALHADAS C/QUINTAL

Resposta ao Jornal n.º 11 702

política de A a Z

Uma iniciativa legislativa sem precedentes

SÃO palavras de Mário Sottomayor Cardia as que servem de título a estas notas cursivas. Assim o dirigente socialista, ex-ministro socialista e actual deputado socialista, se referiu há dias numa entrevista à iniciativa do Governo PS-PSD, subscrita por cinco membros do Governo, e enviada para discussão formal e aprovação compulsiva, à Assembleia da República: «...uma iniciativa legislativa como esta não tem precedentes». E Cardia acrescentou: «Sou levado a pensar que se trata de uma aventura política que justifica averiguação.» («Diário Popular», 25/7/1984).

Não sabemos se Cardia levará por diante essa «averiguação», se na Assembleia da República, para um tal propósito, terá apoios e quorum. Mas sabemos, é notícia que correu logo de manhã, que a Comissão Permanente do Partido Socialista verberou a indisciplina dos sete deputados que votaram contra a Lei de Segurança e decidiu que o caso seria objecto de consideração disciplinar. Um destes deputados, Eurico de Figueiredo, ouvido por um programa de rádio matutino, devolveu a acusação de indisciplina para aqueles, maioria nos órgãos directivos do PS, que violaram, de um só passo, o programa do Partido Socialista e a Constituição da República.

Será, no seio do Partido Socialista, uma nova guerra? E terá a liderança Mota Pinto do Partido Social-Democrata capacidade e força de fazer paralela guerra interna?

Estas dúvidas são legítimas. Mário Soares, com todo o seu peso partidário, e apesar das «vitórias» que tem tido no interior do PS, vai ter alguma dificuldade em liquidar esta nova rebelião. Se os dirigentes originários da Juventude Socialista, uma Margarida Marques, um José Leitão, poderão ser isolados com alguma facilidade, já parece difícil provocar por sanção disciplinar ou omissão em tempo útil, a marginalização de um Eurico Figueiredo, de um Mário Sottomayor Cardia, de um Manuel Alegre. E não se esqueça que o presidente da Assembleia da República, o engenheiro Manuel Tito de Morais, uma das figuras tutelares do Partido, de algum modo aos rebeldes se associou não tomando parte na votação.

Também não pode deixar de ter impressionado Mário Soares o comportamento no debate televisivo de um José Luís Nunes — concessivo, confuso, diminuído — e a incapacidade em que «Partido» e «maioria» se encontraram para defender uma «iniciativa legislativa sem precedentes, implorando em público, impondo em privado, a sua aprovação com a promessa de que «na discussão em especialidade» a Lei seria emendada, transformada, desfigurada. Digamos: pior a emenda que o soneto. Impõe-se uma «Lei de Segurança Interna», e nas declarações dos proponentes ou de aqueles que falam em nome e por conta dos proponentes promete-se, despidoradamente, que a «Lei» imprescindível poderá ser cortada, recortada, modificada, convertida num texto suportá-

vel, admissível, civilizado. Isto não é sério: nem politicamente, nem moralmente.

Bastava esta insólita metodologia adoptada pelo Governo e pelos deputados seus servidores, para que um Mário Sottomayor Cardia tenha inteira razão para afirmar: «Sou levado a pensar que se trata de uma aventura política que justifica averiguação.» Porque, por mais estranho que pareça a «Lei de Segurança Interna», pela qual se baterem Mário Soares, como Primeiro-Ministro e como líder máximo do PS, e Carlos Mota Pinto, como vice-Primeiro-Ministro e líder máximo do PSD, e por eles subscrita, com mais três ministros, não tem autor conhecido. O jornalista entrevistador diz a Mário Sottomayor Cardia: «Mas esta lei tem a assinatura de cinco ministros...». E o entrevistado replica: «Mas não decorre daí que tenha a assinatura do responsável originário.» («Diário Popular», 25/7/1984).

A réplica de Mário Sottomayor Cardia insinua um pitoresco esforço de ocultação do «responsável originário» e a consciência da parte do Governo PS-PSD de que era necessário dar ao aborto jurídico o peso das assinaturas de Mário Soares, Carlos Mota Pinto, Rui Machete, Eduardo Pereira e Ernâni Lopes. Averiguar a razão desta escolha de co-responsáveis de uma «iniciativa política sem precedentes» é preocupação que deverá constituir diligência prévia, de informação e de esclarecimento, do debate transferido para as comissões parlamentares.

Todavia, qualquer que seja o volume de emendas e o radicalismo das alterações de que a «Lei de Segurança Interna» venha a ser objecto, os acontecimentos parlamentares, o debate político, o movimento de opinião pública que a Lei «tenebrosa» suscitou, configuram uma derrota política e moral do Governo PS-PSD.

A revolta dos deputados socialistas, a desobediência absoluta ou relativa de deputados sociais-democratas, as «ausências» no momento da votação, as faltas, as auto-suspenções, as declarações conjuntas, as atitudes de voto da ASDI e da UEDS, a posição do CDS, a integração do PCP e do MDP em «maiorias» ad hoc, tudo configura a derrota política do Governo PS-PSD em dois pontos principais: impôr a Lei na letra do autor desconhecido, isolar o Partido Comunista no quadro parlamentar.

A derrota política soma-se a derrota moral. Se são verdadeiras, como acreditamos, as reticências do Presidente da República em termos de moralidade política e constitucional, reproduzidas pelo dr. Rui Grácio, ontem à saída do Palácio de Belém, é o mais alto responsável político, o garante da Constituição, o intérprete de Abril, a sofrer dúvidas quanto à evolução de grave processo degenerativo da democracia portuguesa. Derrota moral pungente — para Mário Soares e Carlos Mota Pinto — quando à reprovação da Lei com muitos outros intelectuais e artistas, homens de cultura, valores nacionais, se associam os nomes prestigiados, respeitados, de Sofia de Mello Breyner e de Miguel Torga.

O Governo não tem o apoio dos trabalhadores. O Governo merece a reprovação dos criadores intelectuais. O Governo não tem a confiança dos homens que fizeram Abril.

Para onde caminhamos?

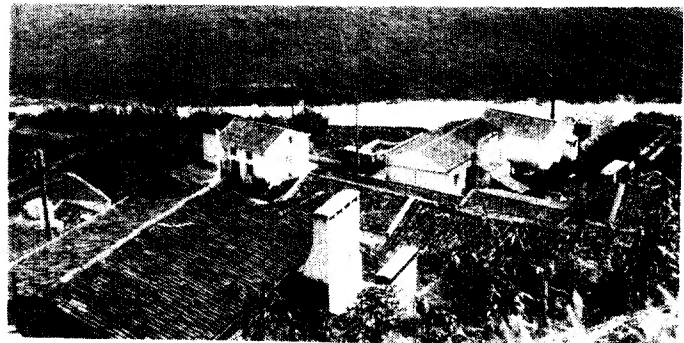
ponto a ponto



LUÍS CABRAL, ex-presidente da Guiné-Bissau, foi ontem recebido por Mário Soares, a quem ofereceu um exemplar do seu livro «Crónica da Libertação», sobre a luta do PAIGC pela independência. Luís Cabral, que reside em Lisboa na qualidade de «estrangeiro amigo de Portugal», encontrou-se com o Primeiro-Ministro numa visita de carácter particular. O livro «Crónica da Libertação» é lançado ainda esta semana em Lisboa, durante uma cerimónia na Sociedade Portuguesa de Autores.

O comandante da Região Militar Centro presidiu ontem em Abrantes às comemorações do Dia da Unidade do Regimento de Infantaria. Cerca de 300 novos recrutas daquela unidade prestaram juramento de bandeira no decorrer das cerimónias que incluíram ainda uma demonstração de ginástica, um desfile e uma demonstração operacional.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, chegou ontem a Lisboa de uma visita de mais de uma semana a três países africanos. Jaime Gama, que visitou o Benin, Costa do Marfim e Senegal para realizar contactos com as autoridades locais e estudar as perspectivas de cooperação, não prestou declarações à chegada.



O PSD vai apresentar na campanha para as eleições da Assembleia Regional do Açores, a 14 de Outubro, um programa de governo que está a ser elaborado pelo partido — revelou uma fonte social-democrata. Trata-se de um programa de legislatura (quatro anos) à semelhança do que aconteceu nas eleições anteriores, adiantou à ANOP o mesmo informador. A comissão política regional vai aprovar, por outro lado, quinta-feira, as listas de candidatos do PSD às eleições regionais que deverão ser reveladas em conferência de imprensa na sexta-feira. Nesta mesma reunião serão definidas as orientações base da campanha eleitoral.



A pró-comissão do Porto de apoio à candidatura de Freitas do Amaral às eleições presidenciais não vai encerrar a sede que tem nesta cidade — soube a NP. Segundo disse à agência Notícias de Portugal um elemento daquela comissão, «a sede não encerrará porque até ao lavar dos céus é vindima». «Desta vez não vai acontecer a Freitas do Amaral o mesmo que lhe aconteceu no CDS, quando este pediu a demissão do partido que fundou e que não lhe ligaram nada» — adiantou a mesma fonte.

q palavrq com...

DARIO V. NOBRE

Carta aberta ao dr. Mário Soares (4)

Saiba V.Ex.^a que o «4» no título indica as quatro vezes que lhe escrevo, pública e responsabilmente e ainda não perdi a esperança em uma resposta de V.Ex.^a, «Urbi et orbi». Desta vez vou versar a Proposta de Lei/Segurança Interna e Protecção Civil — sem a analisar porque outros o fizeram com indiscutível competência, mas sobre a sua discussão na Assembleia da República, pois assisti a cinco plenários e à votação final.

É muito difícil expressar-me sobre tudo o que vi e ouvi, e, assim, vou destacar o que em minha opinião foi mais importante e que a minha memória conseguiu reter — sem dizer primeiro a V.Ex.^a do estado de espírito em que fiquei por saber que partiu de um Governo de um ainda socialista como V.Ex.^a, tão execranda Proposta de Lei, como alguém lhe chamou, e que ainda é pior.

Carta aberta (3)

Antes de o lembrar a minha carta de 11/FEV/83 que o «Diário de Lisboa» gentilmente colaborou ao publicá-la, onde punha sérias reservas a V.Ex.^a da forma como dirigiria o país se viesse a formar Governo como veio a verificar-se, e cujos resultados estão à vista: O povo português nunca sentiu

maiores dificuldades, pois o custo de vida, a inflação, o desemprego, as falências, os salários em atraso, a corrupção governamental, têm níveis perigosos, a manobra de manipulação da Comunicação Social do Estado, pelo Governo, etc., — e o flagelo terrível de que o homem pode sofrer — a FOME.

Previsões

Nessa carta adivinhei nomes de homens do PS que V.Ex.^a deixaria de fora, com o consequente enfraquecimento dos quadros, a nível governamental e parlamentar e não falhei nenhum, pois V.Ex.^a preferiu nomes mais possíveis de controlar e de obedecerem aos seus propósitos.

Muitas observações mais lhe fiz, que não vou agora referir, pois é suficiente a que recordei por ser talvez a razão da inoperância do Governo de V.Ex.^a e da bancada socialista na AR. Exemplos: V.Ex.^a deixou na «prateleira» socialistas competentes em Economia e Finanças, Saúde, Obras Públicas, Educação, Indústria e Tecnologia, cujos nomes saltam à frente dos que me lerem — porque as suas provas dadas são positivas. Falta ainda lembrar outro nome de líder parlamentar. Lembra-se?

O outro partido

Propositadamente não refiro o parceiro na coligação, pois foi V.Ex.^a que atacando a AD, atingia o suporte daquela «aliança democrática» e todos sabemos a forma como o fazia e, afinal, «deu-lhes a mão» e a entrada pela porta maior do Governo, e não interessam os problemas que lhe têm causado nestes 13 meses e os que lhe advirão proximamente — mas sim tudo o que de mal tem saído do Governo de V.Ex.^a e os seus reflexos nos portugueses — homens, mulheres, jovens, crianças e terceira idade — trabalhadores, donas de casa, estudantes e reformados.

Agora, o parceiro do PS é o melhor e não há alternativa para V.Ex.^a, mas se perguntasse ao POVO neste momento, encontraria resposta diferente, estou certo, pois este ano é suficiente para não restarem dúvidas acerca do PS, com V.Ex.^a a dirigi-lo, porque até o seu sentimento democrático pode ser posto em dúvida face às atitudes que toma em assuntos do PS e de camaradas qualificados e socialistas de sempre. Basta até lembrar «As 100 medidas para 100 Dias» e que ao fim de quase o quádrupulo de tempo surgem outras bem diferentes e penosas para os portugueses!

Política externa

Na política internacional as suas atenções e cortesias vão tão semente para os governos totalitários, como a África do Sul e Equador e, para o Estados Unidos e FMI uma substituição inequívoca, defendendo intransigentemente a aliança NATO pedindo o Governo autorizações na AR para milhões de contos de compra de armamento americano aumentando a quantidade que nos é «oferecida» — assistindo eu ao gaguejar do secretário de Estado da DSEfesa não explicando nada e pedindo um «cheque em branco» (04.00 h de 27 crt.), e para a segunda entidade devemos ser os «campeões» europeus em volume de juros p/ano. (A propósito e espiritualmente, creia que tentei ver se o nome de V.Ex.^a estava sob a bandeira portuguesa quando surgiu no écran à direita da dos EUA nas bancadas em desenho, quando abriram os XXIII Jogos Olímpicos).

No respeitante à CEE, adivinho uma derrota política de V.Ex.^a, que era o melhor para nós, se atentarmos nos telegramas e nas desilusões manifestadas pelo superministro dr. Ernâni Lopes, ultimamente, ao regressar de uma reunião desse organismo.

Na realidade, V.Ex.^a, usa a lin-

guagem da verdade para o POVO sobre tão importante assunto?

Quanto à impressionante situação de Timor Leste e dos seus habitantes ainda sob administração portuguesa, foi necessário um elemento governamental americano se pronunciar e comentar aquele problema — para que V.Ex.^a encetasse conversações com o PR, e viesse colocar ao de cima tão momentoso caso.

«Bendita» Democracia a nosa que dá «mãos livres» aos governantes porque o papel de povo fica-se pelo voto de 4 em 4 anos, e, no intervalo assiste à hipocrisia e à mentira, entre o que lhe foi prometido «a pé juntos» e a violência sem piedade no corpo e no espírito.

Proposta de lei/SIPC

Reportando-me finalmente à Proposta de Lei devo confessar que na sua qualidade de primeiro responsável do Governo, não julgava V.Ex.^a capaz disto! E a forma de «facto consumado» como foi apresentada ao Parlamento, obrigando-o a «um salto no escuro» — ultrapassa tudo de quem tem um passado antifascista e se submeteu a exílios forçados ou não, até prisões embora menos em comparação com outros ele-

mentos com assento na AR. Foram muitas horas de debates em que a oposição de esquerda e de direita demonstraram que a Proposta do Governo não deveria «passar», mesmo com as promessas dos deputados socialistas de alterações na especialidade, contrariando afirmações públicas do 2.º elemento governamental e as dos ministros da Administração Interna e da Justiça, este, aliás, sugerindo a criação de um departamento com juizes a trabalhar 24 horas por dia — obviando assim uma das inconstitucionalidades da Proposta — vistorias domiciliárias, escutas telefónicas, e violação de correspondência sem mandato judicial — porque a «inovação» pode possibilitar que mesmo de madrugada o juiz se levante da cama, e, estremunhado, assine o mandato para violar o privado de qualquer cidadão, avaliando mais tarde as razões de facto e as de direito.

Fiquei a pensar se o ministro da Justiça prevê tanto trabalho que justifique juizes em pleno as 24 horas de todos os dias do ano...

A oposição nos debates

Durante tantas horas destaco dois momentos, por coincidência

Continua na pag. 4

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DO PORTO 6.º JUÍZO ANÚNCIO

Proc. 6525 1.ª Sec.

FAZ SABER que, nos autos de execução sumária, registados sob o n.º 6525, a correr seus termos pela 1.ª Secção deste Tribunal, em que é exequente, Silva Dias e Dias, Lda., com sede na R. D. Afonso Henriques, 1133 - Águas Santas - Maia, e executada, Hermenegildo A. Gonçalves Lda., que teve a sua última sede conhecida, na R. da Madalena, 133-3.ª Lisboa, e actualmente com sede em parte incerta, correm éditos de trinta dias, contados a partir da 2.ª e última publicação do anúncio, citando a mencionada executada, para no prazo de cinco dias, finda que seja a dilacção dos éditos, deduzir oposição à execução, pagar à exequente a quantia de esc. 94 234\$00, sendo de esc. 88 900\$00, o capital em dívida, acrescida de esc. 5 334\$00, de juros de mora vencidos à taxa legal de 6 por cento ao ano, de 28/2/82, até à data da propositura da acção, bem como os juros vencidos à taxa de 6 por cento ao ano, sobre o capital em dívida de esc. 88 900\$00, até efectivo e integral pagamento, custas e demais legal, ou nomear bens à penhora suficientes para garantir tal pagamento, sob pena de tal direito, se devolver ao exequente, independentemente de despacho, tudo conforme melhor consta do duplicado do requerimento inicial, que se encontra nesta secretaria, à disposição da citanda logo que o solicite.

Porto, 20 de Julho de 1984
O Juiz de Direito,
a) Afonso Moreira Correia

A Escriturária,
a) (assinatura ilegível)

«D.L.» - 31/7/84 - 2.ª Pub.

AOS SRS. EMIGRANTES E NÃO SÓ

OFERECEMOS-LHE A OPORTUNIDADE DE INVESTIR
O SEU DINHEIRO NUMA GRANDE PECUÁRIA.
DAMOS UM LUCRO IMEDIATO
PODE IR ATÉ 60 % AO ANO
PAGO MENSALMENTE E COM GARANTIA ABSOLUTA
PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTAR COM OS
84 30 60 E 82 73 45
RUA ILHA DO PRÍNCIPE, N.º 2, R/C. DTO. LISBOA
ATENDEMOS TAMBÉM AOS SÁBADOS
INSCRIÇÕES EM NÚMERO LIMITADO

ECOESTORIL - CENTRO DE ECOGRAFIA DO ESTORIL, LD.ª

Certifico que, por escritura de 5 de Junho em curso, lavrada de fls. 66 e seguintes do livro n.º 360-C do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída entre Ana Maria da Cruz Pinho Oliveira Figueiredo e Maria Cecília Baptista Bagulho uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de ECOESTORIL - Centro de Ecografia do Estoril L.ª, fica com sede na Avenida do Lido, Vivenda Vila Flor, em São João do Estoril, freguesia do Estoril, concelho de Cascais, competindo à gerência decidir sobre a instalação de filiais, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços médicos ecográficos e outros.

3.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 200 000\$ e corresponde à soma de 2 quotas de 100 000\$, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

O capital social poderá ser aumentado, uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral, a qual fixará as condições do aumento.

5.º

1 - A cessão de quotas entre os sócios é livre, ficando a cedência a estranhos dependente do expresso consentimento da sociedade, sendo à mesma, neste último caso, assegurado o direito de preferência.

2 - As quotas não cedidas nos termos do número anterior poderão ser amortizadas ou adquiridas pela sociedade, pelo respectivo valor nominal acrescido da correspondente parte do fundo de reserva, conforme o último balanço aprovado e o seu pagamento será feito de pronto ou em 4 prestações trimestrais e sucessivas, vencendo neste caso um juro anual idêntico ao praticado para os depósitos bancários a 180 dias.

6.º

A sociedade será representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, sendo necessária a intervenção dos 2 gerentes para obrigar a sociedade em todos os seus actos.

7.º

Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos e contratos que não digam respeito aos negócios da sociedade, tais como abonações, fianças e letras de fa; vor

8.º

As assembleias gerais, quando a lei não exigir outras formalidades, serão convocadas pela gerência, por carta registada, expedida com 8 dias de antecedência pelo menos.

9.º

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei.

10.º

O ano social coincide com o ano civil e o balanço e contas deverão ser submetidos à apreciação da assembleia geral dos sócios até 31 de Março do ano seguinte e os lucros líquidos apurados terão a aplicação que for deliberada em assembleia geral.
É certidão de narrativa e cópia de teor parcial que vai conforme ao original, nada havendo que amplie, modifique, restrinja ou condicione a parte copiada.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 6 de Junho de 1984 - A Escriturária Superior, Maria Manuela Pelado Rocha.

Formação profissional

Inscrições para os cursos práticos terminam hoje

Centenas de jovens começaram ontem a afluír aos centros de emprego do Porto e da periferia para se inscreverem em cursos práticos de formação profissional.

Estes cursos, reservados a jovens de 14 e 15 anos habilitados com o ciclo preparatório, têm a duração de três anos e iniciam-se em Outubro, coincidindo com o princípio do ano lectivo.

O centro coordenador do norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional organiza esta fase de inscrição de candidatos, a efectuar nos centros de emprego até hoje.

Trata-se de uma iniciativa da Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional, em articulação com o Ministério da Educação e com a colaboração de diversas empresas.

Na região do norte, os cursos são proporcionados em estágios nas instalações fabris de três empresas industriais.

Um informador do Centro

coordenador disse que «há outras empresas que estão a aderir a esta iniciativa».

Os candidatos serão submetidos a provas prévias de selecção nos centros de emprego e prestarão outras provas nas empresas, atenta a sua capacidade e admissão, e ficam sujeitos a exames posteriores de acompanhamento, ao longo dos cursos.

As especialidades profissionais a que os jovens têm acesso são de serralheiro civil, montadores de estruturas metálicas, serralheiros mecânicos, fresadores, torneiros mecânicos, rectificadores, serralheiros de tubos, fundidores, carpinteiros de moldes, soldadores, electricistas e desenhadores.

O chefe da divisão técnica do centro coordenador do norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Fernando Rocha, declarou que «esta formação profissional destina-se apenas a jovens com escolaridade obrigatória e que abandonam o sistema

educativo».

«Para além de uma formação profissional acrescentou - é-lhes proporcionada também uma formação humanística».

Paralelamente com o estágio nas empresas, os jovens que frequentam estes cursos têm uma preparação escolar complementar, da responsabilidade do Ministério da Educação e ministrada por professores - disse.

«A preparação escolar - explicou Fernando Rocha - e dada nas instalações das empresas fabris que colaboram na iniciativa».

Ao fim de três anos de formação, os alunos recebem um diploma profissional e ficam com habilitações escolares ao nível do nono ano.

Fernando Rocha disse também que esta experiência-piloto, que se iniciou há três anos, será em breve integrada no esquema de formação em empresas, conforme estabelece a lei de aprendizagem recentemente promulgada.

Só no distrito de Lisboa

Dívidas por salários em atraso atingem os dois milhões de contos

Cerca de 20 mil trabalhadores de 125 empresas do distrito de Lisboa, pertencentes a 15 sectores, têm salários em atraso, revela um relatório agora divulgado pela União de Sindicatos de Lisboa.

Segundo aquela estrutura da CGTP, o montante total de remunerações em atraso no distrito ultrapassa os dois milhões de contos.

O estudo da USL refere que a metalurgia e metalomecânica é o sector de actividade mais afectado pelos salários em atraso no

distrito, verificando-se esta situação em 22 empresas com cerca de 8500 trabalhadores.

Entre as maiores empresas com remunerações em atraso, a USL cita a SIPE (846 trabalhadores), a Sorefame (3568), a Mompor (600) o Batista Russo (700) a Lisnave/Lisboa (mil), a Empreendimentos Urbanos e Turismo (600), a Eurofil (1050), a Companhia Portuguesa de Pescas (600) e a Fábrica de Loijas de Sacavém (800).

Além da metalurgia, são parti-

cularmente afectados pelos salários em atraso a construção, mármore e madeiras (22 empresas com 1900 trabalhadores), os têxteis (sete empresas com 1600 trabalhadores), a cerâmica (nove empresas com 1600 trabalhadores) o comércio (19 empresas com cerca de 1450 trabalhadores) e as indústrias eléctricas (cinco empresas com 1220 trabalhadores).

Quimigal

Os trabalhadores da Quimigal

encontram-se desde o princípio da manhã de hoje em plenário permanente.

Um porta-voz da comissão de trabalhadores referiu ao «DL» que a acção agora encetada tem a ver com as preocupações sentidas pelo pessoal que não recebeu ainda o vencimento deste mês e, segundo informações disponíveis, não sabe quando é possível processar-se o referido pagamento. «Se a situação não for resolvida, adiantou-nos, é possível que a luta endureça».

Carta aberta ao dr. Mário Soares

Continuação da pag. 3

do mesmo partido, MDP/CDE.

Primeiro, quando **Corregedor da Fonseca** comparou mais de uma dezena de Art. e n.ºs de Dec.-Lei de 1945, 47 e 49, constatando toda a Câmara pelo relato a mais que semelhança. Fiquei incrédulo quando da bancada da maioria e do Governo não vieram pedidos de esclarecimento ou protestos. Assim é minha leitura, que nome se deve dar ao Governo de V. Ex.ª que apresenta uma Proposta de Lei com características dos Dec.-Lei fascistas de Salazar? É triste e tenebroso encontrar a resposta!

Segundo, quando o **dr. António Taborda** lembrou colegas de Coimbra que tiveram actuações e posições de luta antifascista, que estando em bancadas diferentes da sua, não acreditava, mesmo assim, que viessem a aprovar proposta do Governo, não só por motivos que explanou como pelo conhecimento que sempre teve das suas posições políticas.

Pois bem, eu ouvi reacções controversas, violentas e mal-educadas ao apelo do Deputado, destacando a repulsa manifestada por Raúl Rego e Silva Marques que tinham sido citados como exemplos, e que veio a explicar-se o seu «amem» à Proposta do Governo de V. Ex.ª julgo que com de-

claração de voto. (Sem comentários).

A bancada socialista

Entre Jorge Lacão e José Luís Nunes imperou quase o silêncio, excepção aos discordantes. Quando o primeiro fez a intervenção de fundo, defendendo a Proposta inconsistentemente foram feitos 19 pedidos de esclarecimento. Quando da declaração de voto do «lider» do PS, fê-lo de uma forma rápida e pouco clara para apontar as alterações a fazer à Proposta de Lei, na especialidade, pelo que só no Diário das Sessões se poderá analisar. Tive a oportunidade de trocar impressões com o Deputado PS, dr. Ferraz de Abreu, director na Empresa Pública onde trabalho, que quis tranquilizar-me dizendo para eu não ter medo, pois em reunião do grupo parlamentar com V. Ex.ª ficaram estabelecidas as alterações a vários Art. da Proposta e, que se tal não fosse conseguido, a Lei não passaria.

Respondi não duvidar da sua palavra, mas sim da das Direcções dos Partidos no Governo, lembrando-o das declarações públicas do Presidente do Partido coligado com o PS, já que V. Ex.ª

optou pelo silêncio.

Resta-me lembrar a brilhante intervenção do deputado **Manuel Alegre**, e que, na parte final se refere a V. Ex.ª em termos que política e partidariamente considero muito graves e preocupantes, atendendo às posições de V. Ex.ª no PS e no País.

O Governo actual

Em 13 meses V. Ex.ª ultrapassou em muito os «marcos negros» que assinalam actuações de governos desde o **25 de Abril**, que passo a recordar e que o Povo não esquecerá:

— Em Governo de iniciativa presidencial foram mortos no Alentejo, na Reforma Agrária, 2 homens pela GNR;

— No Governo «AD» deram-se acontecimentos do 1.º Maio/82, no Porto, com a Polícia de Intervenção ida de Lisboa: um morto na altura e outro mais tarde;

— No Governo de V. Ex.ª está preso o oficial superior do exército **Otelo**, que foi o estratega da **Revolução de Abril** — e por extensão foi preso o **25 de Abril de 1974**; (o **Socialismo** já V. Ex.ª o fechou na gaveta há anos);

— No Governo de V. Ex.ª vai para a **Assembleia da República** a Proposta de Lei de Seguran-

ça Interna e Protecção Civil, que, se viesse a ser aprovada seria um abutre diferente, porque procuraria os vivos em lugar dos mortos.

A liberdade ameaçada

Vou terminar, afirmando a V. Ex.ª que embora a minha luta por Portugal, pelos meus concidadãos e pelos meus filhos seja através do meu Sindicato e da Central Sindical e da Comissão de Trabalhadores, para que fui eleito pelos trabalhadores da Empresa Pública onde trabalho — luto também com a caneta que traduz o meu pensamento e estado de espírito, sem outro motivo que não seja ver os destinos e a orientação do meu/ nosso País em outras mãos, com outro Governo e outra Política já que as provas que V. Ex.ª está a dar repetem, para pior, as dos 1.º e 2.º **Governos Constitucionais**, depois da libertação do **Povo Português** no 25 de Abril de 1974 — e não me admiraria se lá pelo Natal tiver de dizer, quando atender qualquer chamada: **o meu telefone está em escuta. Atenção.**

Com consideração,
Atentamente,
Dario V. Nobre — LISBOA

Governo “quer fazer de cada trabalhador um delator”

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro criticou a Lei de Segurança Interna e acusou o Governo de «querer fazer de cada trabalhador do sector um delator».

Em comunicado, justifica a sua acusação dizendo que «o artigo terceiro prevê que os trabalhadores da função pública devem prestar aos serviços de segurança a colaboração oficiosa ou requisitada que o serviço público permita razoavelmente exigir sob pena de tal constituir falta disciplinar grave».

«É nossa intenção - acrescenta - continuar a apoiar a luta dos trabalhadores contra o desemprego e os despedimentos, pela melhoria dos salários contratuais, pelo pagamento de salários em atraso e contra a repressão patronal».

Reafirma também aquela estrutura sindical a sua condenação pela «política social do Governo, exigindo a anulação dos aumentos de preços de bens essenciais, a imediata criação de um cabaz de compras e a retirada do projecto de lei das rendas de casa».

Bragança: cidadão Telmo, cidadão Júlio ou...

Uma guerra de galos

● Há pessoas que nasceram para servir o seu país e outras que nasceram para servir à mesa

● A ameaça só serve de arma aos ameaçados

Vitor Hugo

Leonardo de Vinci

A guerra que alastra em Bragança entre as várias facções do PSD é uma ninharia comparada com a que se jura existir entre o governador-civil Telmo Moreno e o ex-presidente da concelhia, Júlio Carvalho. Guerra apontada como «surda, quase ancestral», entre dois galos inaptos a morarem na mesma capoeira. Há mesmo quem afirme que é essa guerra pessoal, «a causa principal da excepcional divisão do partido na região».

«TRAIDOR...». A várias vozes, este grito entrou, tonitruante, pelos ouvidos dentro daqueles que, ainda não há muito tempo, colocavam nas urnas os seus votos para a eleição da nova concelhia do PSD/Bragança.

Apesar do piropo, o destinatário do mesmo — Lousada de seu nome, engenheiro de profissão —, saiu folgado vencedor da pugna eleitoral, adquirindo o direito de inscrever no seu cartão de visita a menção *Presidente da Concelhia do PSD/Bragança*.

Só que, e para já, esse direito foi-lhe vedado: a oposição («motapintista») impugnou o resultado da eleição. Lousada é mais um nome a acrescentar à lista das vítimas da divisão que grassa nas fileiras sociais-democratas.

Impugnações em Trás-os-Montes

Cinco meses depois de Braga, Mota Pinto continua sem ter o partido na mão. Perante um PSD sem *rei nem roque*, e uma direcção cada vez mais dividida, as oposições crescem, ateiam fogos. O poder instituído tenta, por seu turno, guardar o pouco poder que tem, apagar aqui e ali as chamas semeadas pelos opositores. É uma luta generalizada pela conquista e pela salvaguarda do poder. Não há regras, vale tudo. Quer no Sul, quer no Norte...

Em Bragança, Vimioso e Mogadouro, três eleições para as concelhias locais foram impugnadas pelos vencidos («motapintistas»). O Concelho de Jurisdição

regional considerou a primeira impugnação «improcedente», dando aso, através dessa decisão, a que os queixosos recorressem para o concelho de Jurisdição Nacional do PSD.

Impugnações... porquê? Segundo os vencidos, «porque foram convocadas em cima da hora, um dia antes...».

Não impede que, de acordo com os vencedores («amaralistas»), «embora convocadas em cima da hora não prejudicaram o acto eleitoral, já que se registou uma afluência massiva às urnas».

Que importa quem tem razão (e tudo indica que ambas as partes a têm), se estas impugnações não são mais que um pretexto para desgastar o adversário, o espelho da divisão que mina o PSD, o resultado avulso da guerra de galos travada por duas personalidades bragançanas: o cidadão Júlio e o cidadão Telmo.

Solidariedade inesperada

O cidadão Júlio Carvalho, advogado, ex-presidente da concelhia, vereador, escolhido por duas vezes como candidato do PSD à Câmara de Bragança, é frontal nas suas palavras: «porque não quero benesses, porque não preciso da política para viver, estou à vontade para lutar sem tibiezas pelas minhas ideias e pelo meu país».

Adepto convicto das teses professadas por Marcelo Rebelo de Sousa, mostra-se interessado em

«discutir ideias e não pessoas». Por isso, é difícil arrancar-lhe uma frase, seja ela qual for, que indique o seu apreço ao «ódio» pelo governador-civil Telmo Moreno.

No seu discurso surge frequentemente a ideia de que não está interessado em «denfeder os interesses do Governo». Adversário do Bloco Central, tal como Marcelo Rebelo de Sousa, considera que «um governador-civil é, por definição, uma pessoa da confiança do governo». Daí, a posição que cultiva: «se o Governo quer substituir Telmo Moreno, que o faça. Se não quer, é lá com ele...».

Júlio Carvalho vai ao ponto de afirmar, em tom convicto, uma certa solidariedade com Telmo Moreno. «Basta-me que o dr. Telmo seja militante do meu partido para não ousar tomar posição pública contra ele».

Solidariedade inesperada por parte de quem se vê acusado de «odiar com todos os poros da sua pele» a pessoa do governador-civil. Solidariedade real ou mero fogo-de-artifício?

Histórias familiares

A julgar por círculos que lhe são próximos e até por seguidores da linha «motapintista», Júlio Carvalho «é um homem bom, incapaz de odiar». Segundo as mesmas fontes, «a haver ódio, e ele existe realmente, a sua origem tem um nome — Telmo Moreno, pessoa que confunde questões políticas com querelas familiares que vêm de pai para filho».

No campo dos defensores de Júlio Carvalho ninguém fala das «querelas familiares que vêm de pai para filho», apenas se destilam acusações contra Telmo Moreno.

«Serve-se do seu cargo para distribuir benesses e cargos importantes pelas suas gentes»;

«subalternizou o PSD em relação ao PS, porque não soube negociar com os socialistas a distribuição de certos pelouros»; «é o principal obreiro da divisão do PSD na região»; «tem medo de Júlio porque este, contrariamente a Telmo, tem atrás de si pessoas com grande gabarito político e intelectual», afirmam.

A avalanche de críticas termina com um sonoro «Telmo Moreno está-se nas tintas para o partido, quer dominar tudo através dos seus homens de mão!».

Trocar cores do PSD pelas do CDS...

No campo adverso a música é outra. «Ah, eles dizem isso, persistem nessa?... Pois saibam que nada ganharão com atitudes dessas, que o golpismo de poucos não vergará a vontade política de muitos!», devolve o campo Telmo Moreno em resposta às acusações que se abatem sobre o governador-civil.

Em típica jogada de contra-ataque, acrescentam: «É por essas e por outras que o CDS conseguiu apoderar-se da Câmara.»

Acusação velha e que coloca o dedo na ferida da «excepcional» divisão e confusão que grassam no PSD/Bragança. Acusação resultante do facto de José Luís Pinheiro, actual presidente da Câmara de Bragança, ter trocado nas últimas eleições legislativas as cores do PSD pelas do CDS, um mandato que antes exercia em representação do PSD por outro em representação do CDS.

«Foram eles, com o seu divisionismo, a sua sede de assalto ao poder, a vontade constante de sobrepor os interesses do partido aos interesses do Estado que fizeram com que o José Luís, enojado com as suas atitudes, tomasse essa decisão», afirmam, revoltadas, as hostes que se agregam de Telmo Moreno.

Cáusticas, acusam os adversários de se vergarem, «por espírito de subserviência, à vassalagem

que Lisboa quer impor ao resto do país»; de «praticarem golpismos pela calada da noite»; de, por último, «entrarem na contradição de serem apoiantes declarados do Bloco Central e de, simultaneamente, quererem tudo para o PSD e nada para o PS...».

Falando por Telmo Moreno (este não fala, refugia-se na torre de marfim da «unidade» do partido...), os apoiantes do governador-civil apostam na sua continuação no cargo.

Para eles, as tentativas de Lisboa para substituir Telmo Moreno «estão condenadas ao fracasso».

Telmo Moreno, lembram, «dispõe do apoio de dez presidentes de Câmara, do apoio da população e, ainda por cima, do apoio da maioria dos militantes do partido».

«Poderá Mota Pinto ignorar esta realidade?», perguntam já com a resposta na boca: «quer-nos parecer que não, não é por acaso que até agora nada fez...».

Convencidos de que estão na mó de cima, desprezam as tentativas dos seus opositores «para deitarem abaixo um homem sério e um óptimo governador-civil», confiam «no bom-senso dos militantes do partido». Bom-senso ilustrado pela atitude «digna» de um «motapintista» respeitando — o Dr. Manuel Bento, de Macedo de Cavaleiros —, que ainda recentemente recusou a oferta que lhe era feita por «mandatários» de Mota Pinto — substituir Telmo Moreno no Governo-civil de Bragança.

Referindo-se a Júlio Carvalho, as mesmas vozes apontam-no como o homem que personifica a «extrema-direita» do PSD («não é por acaso que aderiu às teses da Nova Esperança...») e «pessoa sófrega pelo poder». Tal como os apoiantes de Júlio Carvalho, consideram que Telmo Moreno «não nutre ódio por ninguém, a haver ódio ele não parte do governador-civil».

Enquanto «motapintistas» e «amaralistas» se digladiam — sob o olhar embevecido de «marcelistas» conscientes de que *exército dizimado reverte em promoção fácil*... —, enquanto uns e outros apostam na continuação ou não de Telmo Moreno no Governo civil de Bragança, esta afunda-se no seu isolamento.

Mas isso, para a nossa classe política, é uma questão de somenos importância. Num momento em que coerência é luxo que se despreza em política, que vale uma via-rápida comparada com a conquista de um lugar ao sol?

Manuel Anta

Cooperação triangular RFA-Portugal-África

propõe em Lisboa ministro de Bona

«A provável cooperação triangular entre a Alemanha Federal, Portugal e os países de expressão portuguesa», foi um dos objectivos que trouxe a Lisboa o ministro da Cooperação da RFA, Jürgen Warnke.

A visita, de apenas 24 horas, incluiu encontros com Soares, Lucas Pires, os ministros das Finanças, Equipamento Social e Indústria, com o secretário de Estado da Cooperação, Gaspar da Silva (Gama estava ausente no Conselho de Defesa) e com empresários alemães. As previstas deslocacões aos projectos hidrográficos do Baixo Mondego e à infra-estrutura do porto da Figueira da Foz foram canceladas.

O ministro da RFA salientou aos jornalistas o que apelidou de papel «extremamente importante» de Portugal na África Meridional, sem o qual — disse — «não seria possível chegar-se a uma situação de desanuviamento militar na região».

Considerou, ainda, que os laços culturais que ligam Portugal aos países africanos de ex-

pressão portuguesa são «extremamente importantes para aumentar a eficácia da cooperação com aqueles países».

Referindo-se à cooperação luso-alemã, Jürgen Warnke informou que nos contactos que efectuou durante a visita foram analisadas diversas hipóteses, nomeadamente o fornecimento por parte da RFA de equipamento de telecomunicações a Portugal.

Disse, todavia, que o seu país está especialmente interessado em projectos de cooperação que «tenham efeito na criação de empregos na própria Alemanha Federal, que se debate actualmente com uma elevada taxa de desemprego».

Adiantou finalmente que a cooperação entre Portugal e a RFA não se cinge apenas à área económica, mas também à segurança externa. Disse ao referir-se a esta questão, que «países como Portugal, a RFA e a França encontram-se mais motivados para avançar nesta matéria», embora, salientou, «não passem de perspectivas para o futuro».

Organizado pelo CDS

Curso de Ofir defendeu maior coesão da NATO

A necessidade de uma maior coesão entre os países membros da Aliança Atlântica, foi a principal conclusão do primeiro curso de Verão sobre estratégia e relações internacionais, organizado em Ofir pelo Instituto Democracia e Liberdade Amaro da Costa e pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

O curso, concluído ontem, teve o patrocínio da Universidade Católica do Porto e registou a presença de duas dezenas de especialistas.

Em documento divulgado no final do encontro, os especialistas da NATO reconheceram a necessidade de aumentar a uni-

dade política da Europa «partindo de uma maior coesão económica, que contribua para diminuir o diferendo entre os países ricos do Norte e os países mediterrânicos».

«Esta medida — acrescenta o comunicado — tem por finalidade, reduzir as tensões sociais entre os países e reforçar o flanco sul».

Definir um novo conceito estratégico comum, especialmente no tocante à política de emprego dos meios convencionais e nucleares, foi outras das conclusões apontadas pelos especialistas.

O documento refere também a

urgência da criação de uma política solidária de ajuda ao Terceiro Mundo, por parte dos países da Europa e dos Estados Unidos.

Referindo-se a uma aproximação geopolítica com o continente africano, os participantes salientaram que «a fragilidade dos seus regimes é o problema crucial dos Estados africanos».

«Este pormenor, põe em causa o problema da internacionalização dos conflitos em África, que poderá vir a ser um campo de batalha, como é o caso actual de Angola e do Chade» — diz o comunicado.

Conselho de Defesa promove coronéis da FAP

O antigo comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores, general Silva Cardoso, foi confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional no cargo de director do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea.

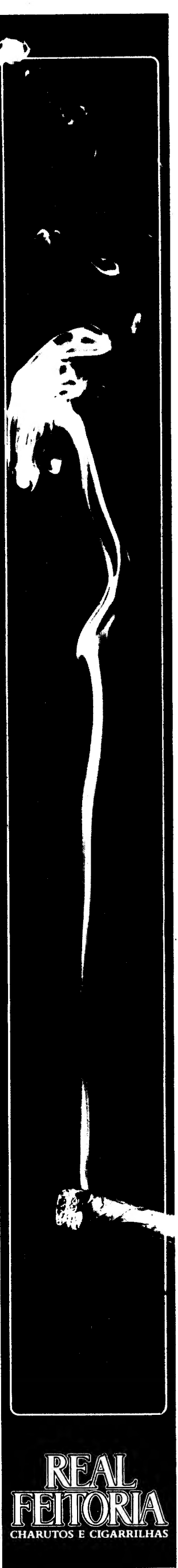
Na reunião do CSDN, presi-

dida por Ramalho Eanes, foram ainda promovidos a brigadeiro, os coronéis da Força Aérea, Mário Cortesão, Artur Santos Mesquita, Rui Manuel Fortes e Henrique Pedro Sinquer.

Os conselheiros ouviram uma exposição do ministro da Defesa

Nacional, Mota Pinto, sobre questões que se prendem com o estatuto do pessoal civil das Forças Armadas, estatuto que será debatido numa futura reunião.

A próxima sessão do Conselho Superior de Defesa Nacional está prevista para o dia 28 de Setembro.



REAL
FÉTORIA
CHARUTOS E CIGARRILHAS

Eanes passa a ganhar 160 contos e fica com subsídio vitalício

O vencimento mensal do Presidente da República é fixado em 160 mil escudos — estipula uma lei da Assembleia da República hoje publicada no «Diário da República». A Assembleia da República fixou também o abono mensal a que tem direito o Presidente, para despesas de representação, em 40 por cento do seu vencimento.

Por seu lado, segundo a Lei 26/84, com data de hoje da Assembleia da República, é atribuída uma subvenção mensal igual a 80 por cento do vencimento do Presidente da República em exercício aos ex-titulares do cargo de Presidente da República eleitos na vigência da actual Constituição, a partir do termo do respectivo mandato, medida que não abrangerá o general Eanes quando deixar as actuais funções.

Em caso de morte do Presidente em exercício ou ex-titular do

cargo, o conjugue, os filhos menores ou incapazes e os ascendentes têm direito conjuntamente a uma pensão mensal de valor igual a 50 por cento do vencimento do chefe do Estado.

Os ex-titulares do cargo de Presidente da República usufruem ainda do direito ao uso de automóvel do Estado para o seu serviço pessoal, com condutor e combustível, um gabinete de trabalho com telefone, uma secretária-dactilógrafa e um assessor, ajudas de custo, direito de livre trânsito, passaporte diplomático e a uso e porte de arma de defesa.

A lei da Assembleia da República foi aprovada em 19 de Julho assinada pelo presidente do Parlamento, Manuel Tito de Morais e promulgada em 13 de Julho pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, e referendada pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, em 17 de Julho.

Licenciatura em Serviço Social muda de nome

O grau de licenciatura em Serviço Social passa a designar-se grau de licenciado em Política Social — determina uma portaria do Ministério da Educação hoje publicada no

«Diário da República».

O curso é ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Operários soterrados

Um operário da construção civil morreu soterrado esta manhã numa vala com cerca de 3,5 metros de profundidade e um outro conseguiu salvar-se.

Francisco Pereira, de 46 anos, natural de S. Veríssimo, e António Maciel da Cunha, de 18 anos, de Viana do Castelo, procediam

à abertura de uma vala para os alicerces de um prédio, na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, em Barcelos. Um aluimento de terras soterrou-os. Acorreram os Bombeiros Voluntários que depois de removerem a terra retiraram já sem vida o corpo do Francisco Pereira.

Aprovação da Lei de Segurança

PS examina “infracção disciplinar” dos sete deputados que votaram contra

Os sete deputados socialistas que votaram contra a Lei de Segurança Interna vão ser objecto de exame disciplinar por parte dos órgãos próprios do PS.

Um comunicado da Comissão Permanente daquele partido, ontem reunido, considera que aqueles deputados cometeram uma «grave quebra da disciplina partidária» e assumiram «uma atitude política totalmente contrária às deliberações dos órgãos directivos do PS».

Os deputados socialistas que manifestaram, através do voto, a

sua oposição à lei, foram Manuel Alegre, Sottomayor Cardia, Eurico de Figueiredo, Margarida Marques, José Leitão, Rui Diciochi e Edmundo Pedro. Para além destes, Mota Torres e Santos Loureiro também não votaram no mesmo sentido da maioria da sua bancada, abstendo-se, e Torres Couto e Laranjeiro Vaz abandonaram a sala.

O comunicado da Comissão Permanente do PS não se refere a estes últimos deputados.

Para aquele órgão dirigente

socialista a atitude dos sete foi tomada depois de alguns deles terem convocado a reunião da Comissão Política, na qual foi deliberado o apoio à Lei de Segurança Interna elaborada pelo Governo.

Em relação à disponibilidade revelada pelo grupo parlamentar do PS de introduzir, na especialidade, as alterações enunciadas durante os debates da Lei de Segurança, aquela Comissão do PS salienta a «posição de inegável serenidade e maturidade po-

líticas, em defesa da autoridade democrática do Estado», assumida pelo grupo parlamentar do partido.

Manifestou, igualmente, «a sua total solidariedade e apreço pela forma como o Secretariado do Grupo Parlamentar e o Grupo Parlamentar souberam traduzir uma linha de orientação política fundada na orientação democrática claramente expressa pela maioria dos deputados e inequivocamente apoiada» pelos órgãos superiores do PS.

Aumentam os protestos

Eanes: a tolerância tem limites

O presidente da República recebeu ao princípio da tarde de ontem, em audiência no Palácio de Belém, uma delegação do movimento contra a Lei de Segurança Interna. Durante o encontro, que durou mais de uma hora, o general Ramalho Eanes foi informado sobre a natureza e objectivos do movimento.

A saída da audiência, o porta-voz do movimento nacional de opinião contra a Lei de Segurança Interna declarou aos jornalistas que o Presidente da República havia dito que se há matérias onde se pode ser tole-

rante, outras há que não o permitem por colidirem com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Rui Grácio sublinhou que o movimento «está preocupado e perplexo e vê com angústia a eventual implementação da Lei de Segurança Interna». Convidou, por outro lado, os portugueses a informarem-se sobre esta questão e anunciou que o movimento tomará iniciativas a partir do próximo Outono.

A delegação recebida pelo presidente Eanes era composta por Agostinha Almeida, Alcina Bastos, Baptista-Bastos, Carlos

Marques, David Mourão-Ferreira, Emídio Guerreiro, Francisco Fanhais, Jacinto Baptista, Luís Moita, Luísa Irene Dias Amado e Rui Grácio.

Um outro apelo

Entretanto, um grupo de cidadãos do distrito de Santarém endereçou ao presidente da República um apelo para que este não promulgue a Lei de Segurança Interna. Os signatários do apelo — mais de mil, segundo se afirma num comunicado distribuído ontem — «lembram que foram comemorados recente-

mente dez anos de liberdade e o fim do regime ditatorial suportado pela tenebrosa polícia política — a PIDE/DGS».

Consideram ainda que se perfila no «horizonte a possibilidade de se vir a constituir um serviço de informações» cujos poderes «põem em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos», tal como são consignados na Constituição.

O repúdio da lei por parte de «numerosas personalidades, incluindo deputados da maioria governamental», é igualmente apontado pelos signatários do apelo.

comunicação social

“Notícias da Tarde”

Comissão de Trabalhadores dá parecer favorável à cessação da publicação

A Comissão de Trabalhadores do «JN» apelou ontem ao conselho de administração para «não ignorar ou menosprezar a opinião dos trabalhadores da empresa em relação aos projectos decorrentes da cessação da publicação do «Notícias da Tarde».

Em comunicado, a CT afirma que analisou todo o processo de cessação do «NT» e diz que deu

parecer favorável a esta decisão porque «o CA garantiu formalmente não pretender dispensar trabalhadores (incluindo contratados a prazo)».

O texto explica que, «em face da evidência das actuais condições do vespertino, a comissão de trabalhadores não poderia forçar a recuperação do «NT», sob pena de pôr em risco a pró-

pria empresa».

«É com desgosto que damos parecer favorável à cessação da publicação do «Notícias da Tarde» — prossegue o texto — porque sempre denunciámos as razões do fracasso do projecto: inépcia na generalidade das chefias e do director do jornal, bem como a orientação por eles imprimida».

Rosário Rodrigues faleceu

Maria do Rosário Liz Rodrigues, de 64 anos, reformada da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas, onde durante mais de trinta anos exerceu funções, faleceu ontem vítima de prolongada doença.

O corpo encontra-se em câmara ardente na igreja da Amadora e o funeral efectuar-se-á terça-feira à tarde para o cemitério daquela cidade.

Incêndio na “Mais”

Um incêndio de pequenas proporções deflagrou ontem nas instalações da revista «Mais», na Rua das Gáveas, em Lisboa, cerca das 15 e 30.

O incêndio deflagrou num algeiro do prédio e tratar-se de um edifício antigo. Os bombeiros foram chamados de imediato.

João Tito de Morais ouvido pela Comissão de Inquérito à RTP

A comissão de inquérito parlamentar à RTP ouviu ontem o presidente interino do seu Conselho de Gerência, João Tito de Morais, para «apurar a verdade acerca do funcionamento daquele órgão de comunicação», disse à ANOP o presidente da comissão.

Marques Mendes, deputado do PSD, que preside à referida comissão de inquérito, acrescentou que serão «ouvidos outros elementos responsáveis, quer actuais, quer antigos», entre os quais se contam Palma Ferreira. Foi feita já uma «recolha de elementos, a várias instâncias, nomeadamente a nível da própria RTP, Governo, Comissão de Trabalhadores», mas «há mais pedidos de esclarecimento a fazer», disse a mesma fonte.

Recorde-se que o CDS reque-

rou a realização deste inquérito parlamentar, acusando a RTP de «desrespeito contínuo dos mais elementares princípios constitucionais e legais». Com o inquérito, o CDS pretende retratar «factos que indicem um acentuado controlo informativo e uma gestão pessoal e financeira desastrosa, que lancem no caos a empresa e, a curto prazo, a poderão inviabilizar».

Entre as ocorrências a averiguar, encontram-se o programa de aniversário da morte de Sá Carneiro, «cujo anonimato é total e não esclarecido», a temática do aborto, «a falta de isenção nos Telejornais», a «interferência permanente do Governo sobre jornalistas» e as admissões e demissões no quadro do pessoal da RTP.

**SABOREIE OS
60 MIL CONTOS
DA LOTARIA DAS
FÉRIAS GRANDES**



DIA 2 DE AGOSTO ANDA À RODA



Monchique não arde desde ontem

Voluntários de Oleiros apagaram fogo que a chuva lhes deixou

Apesar da chuva que caiu abundantemente esta noite no norte e centro do país, os bombeiros de Oleiros foram chamados esta manhã para combaterem um novo foco de incêndio. No entanto, a rápida intervenção debelou o sinistro, permanecendo ainda no local uma brigada de dez homens. A tranquilidade já voltou à serra de Monchique, palco nas últimas 48 horas de um novo sinistro, e no Centro de Protecção Civil da Lousã os aparelhos de combate a incêndios permanecem na placa do aeródromo.

Cerca das 7h30 desta manhã, os bombeiros de Oleiros voltaram a ser chamados a intervir no combate a um novo foco de incêndio, prontamente debelado. No local, segundo nos afirmou uma fonte dos BVO, permanece ainda uma brigada de dez homens de prevenção. As causas do sinistro que, em 30 horas consumiu mais de 1.500 hectares de floresta, não estão ainda determinadas. O fogo foi declarado extinto a meio da tarde de ontem, pelo combate decidido de 21 corporações dos distritos de Castelo Branco e Santarém, num total de 250 homens auxiliados por um helicóptero dos serviços de Protecção Civil sediados na Sertã.

Para além da morte registada no domingo, pela colisão de um veículo de bombeiros com uma motorizada, registou-se ainda um ferido na Lousã, cenário de um dos incêndios, devido a um golpe profundo no braço provocado por uma motosserra.

Prontamente conduzido para o Hospital de Castelo Branco, o sinistrado regressou entretanto a casa.

Tréguas também em Monchique

Também a serra de Monchique conheceu esta noite horas de tréguas e tranquilidade, após se ter reacendido durante a tarde de ontem o incêndio que, desde a passada segunda-feira, destruiu entre 450 a 500 hectares de uma mata de eucaliptos.

O comandante Monteiro declarou ao «DL» que houve prevenção até às 6 horas da manhã de hoje, e que agora os homens exaustos se encontram a descansar.

Para o comandante dos Bom-

beiros Voluntários de Monchique, a origem do sinistro foi um simples descuido: «Estou convencido que foi um descuido, uma ponta de cigarro nas bermas que têm erva com meio metro de altura», afirmou ao DL. A mesma fonte sublinhou as já «tradicionais» dificuldades de acesso, por caminhos verdadeiramente intransitáveis para as viaturas dos bombeiros. «Por vezes tivemos que andar a tirar à força de braços pedras para que os carros pudessem progredir», afirmou o comandante Monteiro.

Os Bombeiros Voluntários de Monchique voltaram a lamentar a ausência de meios aéreos para o combate ao incêndio, numa posição, aliás, comum a todas as Câmaras algarvias que, há algumas semanas, reunidas em Lagoa se referiram à situação.

O problema reside na impossibilidade das autarquias suportarem o peso económico do aluguer de aviões para combate aos incêndios, como pretendia a coordenação distrital da Protecção Civil. Apesar de terem decorrido várias reuniões, a situação, como a prática recente demonstrou, não está ainda resolvida.

Tudo calmo na Lousã

Em contacto com os serviços de Protecção Civil sediados na serra da Lousã foi-nos afirmado que a calma reina no aeródromo, sinal de que as chuvas caídas esta noite terão contribuído para que a eclosão de novos incêndios fique à espera de nova vaga de calor.

Um informador disse-nos que, por isso, «estamos optimistas», esperando que os 3 aviões e os 2 helicópteros não sejam tão cedo chamados a intervir.

Posto por Lopes Alves, tirado por Almeida Bruno

Autarquias de Valpaços ameaçam demitir-se por um posto da PSP

A Câmara Municipal de Valpaços poderá demitir-se em bloco, caso o governo não revogue a Portaria que extingue o posto da PSP de Valpaços, soube a Anop de fonte camarária.

Em sessão extraordinária ontem realizada o actual executivo camarário decidiu conceder noventa dias ao Governo para a revogação da Portaria 517/84, de 27 de Julho, que extingue o posto policial daquela localidade, após o que apresentará a sua demissão.

«O posto policial foi fundado por Lopes Alves, então comandante-geral da PSP, que é de Valpaços, e é agora encerrado porque Almeida Bruno não pode com Valpaços», afirmou, à Anop, Tó Pereira, vereador

da câmara municipal.

«Perdemos uma estrada e agora tiram-nos o posto policial, que funcionava normalmente e onde foi colocada há uma semana uma antena de mil contos», continuou o vereador.

O executivo camarário vai propor igualmente que todos os órgãos municipais e das 31 freguesias se demitam, pelo que irá convocar de emergência a Assembleia Municipal.

Em telegrama enviado a todos os órgãos de soberania e aos grupos parlamentares, a CM de Valpaços «deliberou, por unanimidade, que todos os elementos dos órgãos autárquicos, municipais e das 31 freguesias peçam a demissão em bloco se o Governo não modificar, em no-

venta dias, o disposto naquele diploma».

O telegrama considera que a Portaria «representa uma atitude tomada à revelia dos interesses das populações e sem consulta prévia a quem representa».

Valpaços é o segundo concelho do Vale do Tâmega e o maior concelho rural do distrito de Vila Real, com 120 lugares, 31 freguesias e uma população de 50 mil habitantes.

Para o executivo camarário o «posto da GNR está reduzido a um quadro mínimo e é uma força de características rurais que não serve os interesses da população», pelo que é absolutamente necessária a manutenção da força da PSP».

A partir de 15 de Agosto

Matosinhos pode ficar sem serviço de urgência

O serviço de urgência do Hospital Distrital de Matosinhos poderá encerrar a partir da segunda quinzena de Agosto se, entretanto, o Ministério da Saúde «não o dotar de condições necessárias», afirmaram responsáveis daquele estabelecimento.

Em conferência de imprensa, o presidente do Conselho de Gerência do Hospital, Abel Aroso e o director clínico, Albino Aroso e Costa, explicaram as razões da decisão, que chegou a estar prevista para 1 de Agosto.

Sublinharam que processo ficou «suspensão» até à visita do ministro da Saúde, Maldonado Goncalves, marcada para 17 de Agosto.

Aqueles dois responsáveis, bem como o director do serviço de urgência, disseram que o serviço de urgência do hospital «não tem condições mínimas para um bom atendimento dos doentes» e que ele funciona de «maneira calamitosa por falta de pessoal médico, de enfermagem e de limpeza».

Acrescentaram que o equipamento é antiquado, além de que faltam aparelhos essenciais ao bom funcionamento daquele banco de urgência.

Por outro lado, afirmaram que as instalações do serviço são exiguas e não têm capacidade de resposta para atender os doentes porque o fluxo tem aumentado nos últimos tempos.

Na conferência de imprensa foi também divulgado um documento, subscrito pelo director do Hospital, directores clínico e do serviço de urgência, no qual descrevem em pormenor as carencias e insuficiências do banco de urgência do Hospital Distrital de Matosinhos.

O original deste documento — disseram — foi enviado em 25 de Junho último ao ministro da Saúde com o pedido de serem tomadas as providências necessárias que consideram «inadiáveis».

Todo o corpo clínico e órgãos de gestão daquele estabelecimento de saúde aguardam «com

esperança» a visita do ministro da Tutela, no sentido de ser encontrada uma solução «rápida e eficiente».

O Hospital Distrital de Matosinhos, cuja primeira parte foi construída em 1898, dispõe de 170 camas e serve uma população distribuída por oito freguesias.

Em 1928 aquele estabelecimento foi remodelado e ampliado. Actualmente nele trabalham três centenas e meia de pessoas, incluindo cerca de 70 médicos policlínicos e 36 especialistas do quadro.

Contactado pela ANOP, um informador do Hospital de Matosinhos disse que no primeiro semestre deste ano foram internados 2197 doentes, o que corresponde a 20 338 dias de internamento, no conjunto. Disse também que foram registadas 15 047 consultas externas e 32 537 casos de atendimento no serviço de urgência.

Tentativa de suicídio reduziu-lhe a pena

Oito anos de prisão por ter morto a mulher

No Tribunal do Porto foi condenado esta manhã em oito anos de prisão o soldador Manuel César Lopes Farias, de 36 anos, que residia, antes de ser preso, no bairro de Custóias, e que no dia 26 de Novembro do ano pas-

sado, conforme então noticiámos, matou à facada a sua mulher, Maria Gracinda Sampaio, de 28 anos, a altura a residir com os tios na Rua do Paraíso.

O casal com dois filhos menores, estava separado há cerca de

três meses, tendo a mulher ido para Lisboa morar com um irmão. Sabendo do seu regresso ao Porto, o marido procurou-a em casa dos tios e depois de uma violenta discussão vibrou-lhe duas facadas

ARTIGO

DE FUNDO

MÁRIO CASTRIM

A propósito das relações entre a política e o desporto vou buscar um exemplo a 1973.

Nesse ano e por essa altura jogava-se o torneio de candidatos ao campeonato mundial de futebol. A União Soviética tinha encontrado marcado na equipa do Chile no Estádio de Santiago.

Mas veio o 11 de Setembro e o massacre dos democratas chilenos. Um dos locais mais repugnantes, onde se mataram e torturaram milhares de pessoas, foi exactamente o Estádio de Santiago.

A União Soviética declarou que não poderia nunca jogar naquele Estádio, ainda tinto do sangue do povo chileno. Então ameaçaram-na com sanções. A resposta foi imediata: nada obrigaria a equipa soviética a entrar no campo da morte.

Enão foi, claro. E perdeu por falta de comparação, claro. Mas não perdeu na consideração dos outros povos, claro.

Na Televisão Portuguesa de então (antepassada legítima da actual) lançou-se numa violenta campanha contra a União Soviética pelo facto de misturar a política e o desporto.

Outros exemplos poderiam vir à baila. Aqueles Jogos Olímpicos de Berlim em que um atleta negro deitou por terra a superioridade da raça ariana. Hitler não suportou esta derrota. Se ele fosse supersticioso não tinha provocado a Guerra em 1939.

Da repercussão política de certos momentos desportivos nos fala a atitude do grande jogador Mariano Amaro, que, num jogo internacional, se recusou a fazer a saudação fascista, como era da praxe. Foi, na sua simplicidade, uma atitude mobilizadora da coragem cívica, da resistência.

E quanto aos Jogos Olímpicos, para voltarmos ao tema dos nossos dias, recordemos que, durante muitos anos, os Estados Unidos foram patões incontestados. Eles eram os Maiores. Os países socialistas (diziam) nunca lhes fariam sombra.

Enganavam-se. E não foram apenas os soviéticos que passaram para a frente. Um pequeno país de 17 milhões de habitantes, a República Democrática Alemã, em 1976, ganhava 40 medalhas de ouro, contra 34 dos americanos.

Surgiu então o ataque frontal à ideia dos Jogos Olímpicos. Nos Estados Unidos a ideia ganhou asas. Havia que pôr fim aos Jogos Olímpicos por uma razão muito simples: eles estavam a transformar-se «numa colossal engrenagem de propaganda do comunismo».

...Agora, os americanos estão contentes: têm a sua festa, a «festa da América». Que não é a festa do Desporto. E, que por isso, se voltará contra eles.

Preferem o ministro da Administração Interna

FEDER gera polémica por parte da ANMP

O Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses está, simultaneamente, contente e triste. Rejubila, mais concretamente «congratula-se», com o diálogo que manteve com o ministro da Administração Interna sobre «a candente questão dos transportes escolares».

Bem pelo contrário, os responsáveis da ANMP mostram-se insatisfeitos com o propósito do ministro das Finanças de fazer

depende de si próprio a gestão interna do FEDER, que é o nome dado a um financiamento resultante da nossa anunciada entrada para a CEE.

O tema da entrada para a Comunidade Económica Europeia é outro motivo de alegria para a ANMP, em comunicado assinado por Torres Pereira, que acumula com o cargo de presidente da Câmara de Sousel. A ANMP congratula-se «com o

desfecho favorável do processo de adesão de Portugal à CEE que se traduzirá no ingresso do nosso País como estado membro da Comunidade».

No FEDER é que está realmente o engulho. É dinheiro, pois claro, o que corresponde a esta sigla do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. No Plano de Recuperação Económica e Financeira, o ministro Ernâni Lopes propõe-se assinar

tudo quanto respeito à gestão das verbas respectivas.

A verdade é que na ANMP pensa-se que o FEDER devia depender de Eduardo Pereira. Claro que isto sem prejuízo, no entender da associação, de uma coordenação geral que deveria depender do Ministério das Finanças e do Plano.

A fórmula definida por Ernâni Lopes, dizem os responsáveis da ANMP, é «incorrecta em ter-

mos orgânicos e indesejável em termos funcionais».

«Mais, consideram que numa óptica de verdadeiro desenvolvimento regional, a participação dos municípios portugueses na gestão integrada dos fundos é indispensável à harmoniosa aplicabilidade das verbas comunitárias» — acrescentam os representantes dos municípios portugueses.

de ontem para hoje

Matou o filho recém-nascido e teve a pena suspensa

UMA jovem de 17 anos que, há cerca de um ano, matara o seu filho recém-nascido, foi ontem condenada à pena suspensa de dois anos de prisão, tendo o delegado do Ministério Público recorrido da sentença. De acordo com o libelo acusatório, Paula matou o bebé com uma faca no pescoço e outra no abdómen, enrolando depois o corpo num pijama e atirando-o para um quintal situado nas traseiras da sua casa.

Capitão «Roby» em cena de tiros

A Polícia Judiciária procura identificar o indivíduo que, na madrugada da passada sexta-feira, num restaurante da Amadora, acompanhava o «capitão Roby», tendo atingido a tiro, num pé, o estudante Duarte Nuno Oliveira Martins, de 21 anos. Segundo testemunhas oculares, Jorge Manuel Veríssimo, de 41 anos, marginal que se tornou conhecido pelo alcunha de «capitão» Roby, saído em liberdade há cerca de um ano do Linho, envolveu-se em discussão com um grupo de jovens, tendo então puxado de uma pistola «FN», calibre 7.65, e ameaçado disparar sobre eles. A ameaça seria, no entanto, concretizada por um companheiro de «Roby», que retirando-lhe a arma da mão, disparou, atingindo o estudante Duarte Nuno. «Roby», burlão, sobretudo de mulheres, e homem-de-mão da direita no «Verão Quente» de 1975, seria detido mais tarde numa «bolte» em Campo de Ourique, tendo-se, no en-



tanto, recusado a revelar a identidade do seu companheiro.

Contrabando para todos os gostos

Cerca de 3500 contos é o valor das máquinas de jogos encontradas em situação de delito fiscal na última semana na área do Batalhão de Lisboa da Guarda Fiscal. As apreensões verificaram-se quase todas em salões de jogos em Loures, Cova da Piedade e Amadora, totalizando dez sofisticados aparelhos electrónicos, estando, de cada uma, a ser instruído o auto de inquérito para ser remetido ao tribunal judicial da área. Também no mesmo período o Batalhão de Évora apreendeu em Elvas cerca de 500 contos de tabaco americano e café destinado a Espanha. Ainda, em Almeida, a Guarda Fiscal de Coimbra apreendeu, por contrabando de importação, uma viatura abandonada com 1335 quilos de macas, no valor de 1035 contos.

«Surfista» alemão desaparece em Lagos

Ao largo da praia de Lagos, um alemão de 25 anos, Klas Merx, de 25 anos, desapareceu quando praticava «Wind-surf». Klas Merx, natural de Göttingen, encontrava-se hospedado com um casal de compatriotas na Quinta das Palmeiras, naquela localidade algarvia. Embora «vedetas» da Armada ainda participem nas buscas, tudo indica que o jovem «surfista» tenha morrido afogado.

Mais uma vítima do incêndio na Madragoa

O reformado Mário de Oliveira, de 62 anos, que, na tarde da passada quinta-feira, tinha ficado bastante queimado no incêndio que destruiu a sua casa, na Madragoa, sucumbiu ontem no Hospital de S. José. No fogo, conforme noticiámos, tinha morrido a mãe de Mário Oliveira, a octogenária Maria José de Oliveira.

Três crianças salvas na Cruz Quebrada

Os bombeiros do Dafundo salvaram ontem de morrer afogados três garotos que, na praia da Cruz Quebrada, tinham sido arrastados por uma vaga. Os irmãos Paulo, de dez anos, Ricardo, de nove, e Carlos César Reis, de seis anos, residentes no Alto de Santa Catarina, em Linda-a-Velha, deram entrada no Hospital de S. José, onde os dois últimos tiveram de ficar internados.

Carpinteiro com embalagens de heroína

Um carpinteiro de apelido Santos, de 33 anos, foi detido pela PSP na Rua de S. Bernardo, em Lisboa, quando tinha em seu poder nove embalagens de heroína. Santos confessou que pretendia vender a droga, mas não revelou a sua proveniência.

Dois cadáveres suspeitos em Montargil

As autoridades policiais investigam as circunstâncias em que ocorreram duas mortes na zona de Montargil: o ourives Fernando da Silva Pinto, de 28 anos, solteiro, radicado em Ponte de Sor, que apareceu afogado na barragem de Montargil; e o reformado rural Henrique João, mais conhecido por Henrique «Lagriminha», de Montes Ir-mãos, cujo cadáver apareceu próximo de uma barragem da Herdade de Vale de Simão.

Roubava pedras da Faculdade de Economia

O lavador de automóveis Costa, de 43 anos, casado, foi surpreendido a retirar pedras de granito do edifício da Faculdade de Economia do Porto, tendo afirmado que pretendia utilizá-las na construção da sua casa. Em seu poder Costa já tinha cinco pedras.

Três bombeiros feridos no combate à chamas

Incêndio paralisa actividade da Sociedade Alunos de Apolo

Três bombeiros feridos, ainda que sem gravidade, e cerca de três mil contos de prejuízo, não cobertos pelo seguro, é o balanço do incêndio que, cerca das 16 e 30 de ontem, destruiu o salão de festas e toda a cobertura da centenária, e popular, Sociedade Filarmónica dos Alunos de Apolo, na Rua Silva Carvalho, em Campo de Ourique. O fogo, de origem criminosa, segundo os directores da agremiação, e provocado por um curto-circuito, de acordo com um

porta-voz do Batalhão de Sapadores Bombeiros, consumiu uma potente aparelhagem sonora, 120 cadeiras e mesas e os artificios utilizados durante os bailes e os famosos concursos de dança ali realizados.

Segundo afirmou ao «DL» um elemento da Direcção dos Alunos de Apolo, irá ser contactado ainda esta semana o eng. Krus Abecasis, de forma a que a CML conceda um subsídio para reparar os prejuízos causados pelo sinistro.



Os bombeiros utilizaram uma Magirus para combaterem as chamas no telhado do edifício ocupado pelos Alunos de Apolo

Viagens, estadia e consultas custam 700 contos

Com os dois filhos doentes à procura do «milagre brasileiro»

Uma funcionária da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais), Maria Odília Rodrigues Santos Pereira Valongo, mãe de dois filhos (Marco, de sete, e Lígia, de três), ambos com problemas de atrofia cerebral e incapacidade motora, procura reunir as condições económicas para se deslocar com eles ao Brasil, onde já tem consultas marcadas a partir do próximo dia 27 de Agosto, no Centro de Reabilitação Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro. Entre viagens, estadia e assistência médica, Maria Odília terá de gastar, no mínimo, 700 contos, dos quais apenas tem garantidos duzentos, a título de empréstimo, facultados pela Cooperativa de Empregados da EPAC.

Ao que nos disse, a ideia para esta deslocação ao Brasil nasceu a partir do momento em que viu uma reportagem emitida no programa televisivo «Fim-de-Semana», no qual apareciam duas crianças, com «espectros» clínicos semelhantes aos dos seus filhos, mas já numa fase, visível, de franca recuperação. Essa recuperação, ao que afirmaram a Mário Zambujal as mães das crianças em causa, só fora possível devido à sua deslocação ao Centro de Reabilitação Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, especializado «no tratamento reabilitativo de paralisias resultantes de estados neurológicos».

O programa mostrava as crianças a executarem uma série de exercícios, tendo sempre as suas mães como incansáveis, e persistentes monitoras, pois, ao que revelaram, sem a sua presença junto dos filhos os resultados já obtidos não teriam sido possíveis. «Estou disposta a fazer todos os sacrifícios, inclusive desempregar-me, para ten-

tar recuperar os meus filhos», disse ao «DL» Maria Odília.

Mensalidades de 16 contos

Maria Odília e o marido tinham o «Factor RH», ainda não referenciado, e na altura em que nasceu o pequeno Marco, dadas as anomalias desde logo detectadas, teve de ser sujeito a uma intervenção cirúrgica num hospital de Londres, realizada pelo dr. John Wilson. Tudo parecia decorrer normalmente, mas, quando atingiu os quatro anos, Marco começou a demonstrar dificuldades motoras e na aprendizagem.

Numa declaração assinada pela psicóloga Maria Alice Monteiro Costa Nunes, do Externato Frei Luís de Sousa, em Almada, com a data de 7 de Junho último, podia ler-se que o menino Marco Ruben Santos Valongo, frequentava há dois anos a classe dos quatro anos naquele colégio, «não tendo conseguido o aproveitamento mínimo correspondente a tal nível etário».

Para a dr.ª Maria Alice, no as-

pecto comportamental Marco revelou-se como um garoto «simpático e muito afectivo», mas que demonstrava «uma enorme instabilidade» que o levava a abandonar o trabalho e a deambular pela aula ou se o realizava fazia-o ao acaso sem saber o que se lhe pedia». Pelo que, em sua opinião, Marco necessita «de uma atenção continuada, dado que o seu nível de desenvolvimento intelectual é inferior ao do seu grupo etário».

A dr.ª Maria Alice termina a sua exposição afirmando que, dada a situação de Marco, aconselhara os pais a procurarem um colégio de reeducação pedagógica, pois a continuar a evolução verificada, ele (com sete anos) «não estava em condições de continuar numa classe de quatro anos».

Face a este parecer, a mãe de Marco procurou ainda um dos chamados colégios de reeducação pedagógica. Só que a mensalidade em vigor em todos eles (por ora) é de dezasseis contos e «os resultados — disse-nos Maria Odília — são na sua esmagadora

maioria nulos ou pouco satisfatórios».

Maria Odília referiu depois à nossa reportagem que, no caso da sua filha Lígia, em que o «Factor RH» já estava determinado, procedeu-se, de imediato, a uma transfusão total de sangue logo após o parto. Só que três anos acontecidos, e de acordo com o atestado passado em 11 de Junho último, pelo subdelegado de Saúde do concelho de Almada, dr. Luís Ferreira Marques, a menina sofre «de atraso no desenvolvimento, com paralisia cerebral e má formação cardíaca que lhe conferem um grau de incapacidade de 90 por cento e a fazem necessitar de apoio pedagógico e terapêutico especializados».

Gulbenkian, EPAC e Segurança Social

Marco e Lígia: duas crianças com o direito a uma vida, senão em plenitude, pelo menos dentro dos «parâmetros» a que qualquer ser humano deverá ter dentro das potencialidades da Medicina contemporânea. Logo, se no Portugal em que nasceram, e não contabilizando os erros dos pais (Maria Odília e o seu marido, cidadãos de cultura média, deveriam saber os risos do «Factor RH»), não reúne os requisitos médicos para a sua recuperação que, ao menos, lhes sejam concedidas as condições, ainda que em terra estrangeira, para que tal seja possível. Administração da EPAC (uma promessa ainda não viabilizada), Gulbenkian, Secretaria de Estado da Segurança Social, e, finalmente, na pequena parcela que lhes poderá caber, os leitores do «DL», quem vai tornar, se possível, o «milagre brasileiro» para Marco e Lígia?

Manuel Geraldo



marco, de sete anos, e Lígia, de três: ambos com graves problemas de desenvolvimento motor, intelectual e psíquico.



Economistas

O Ar Condicionado é indispensável à sua vida profissional e ao seu conforto pessoal. Instalamos ar condicionado no seu escritório ou em sua casa com qualidade e rapidez. Fornecemos orçamentos sem encargos. Pagamento após instalação e com desconto de 10% para pagamentos a pronto.



Somos

Tepclima

R. Arco do Carvalhão, 235-C — 1300 LISBOA

Consulte-nos pelos telefones: 655502 • 654105 • 656728 • 658385 • 658401

Após ter caído dum atrelado

Bobina com 800 quilos gerou pânico em Coimbra

Uma bobina de cabos eléctricos, pesando 800 quilos, caiu ontem em Coimbra de um atrelado e desceu a Rua Lourenço de Almeida Azevedo numa extensão de 250 metros, indo embater num automóvel e gerando o pânico entre dezenas de transeuntes, automobilistas e nos frequentadores de uma esplanada onde na altura estava a decorrer a actuação de ranchos folclóricos. Não se registaram acidentes pessoais.

A bobina chegou à Praça da República e embateu num automóvel de matrícula belga que se encontrava ali estacionado, causando-lhe danos consideráveis. Depois do embate com o automóvel, a bobina seguiu em direcção à esplanada de um café, provocando a fuga de dezenas de clientes.

A sua viagem foi travada pelo palco da esplanada, no qual se exibiam alguns grupos folclóricos.

Crise em Israel

Tentativa de formação de um governo de unidade

O presidente israelita, Chaim Herzog, decidiu encetar negociações com os dois maiores partidos do país, com vista a um eventual governo de coligação entre o Likud e os Trabalhistas, anunciou ontem um porta-voz presidencial.

As conversações informais, que começam hoje, constituem uma tentativa de quebrar o impasse causado pelos resultados das últimas eleições gerais, que impedem qualquer dos dois partidos de formar governo.

Tanto o Likud como os Trabalhistas já anunciaram a sua disponibilidade para participar num governo de unidade nacional, mas ambas as organizações partidárias pretendem liderar o processo.

Enquanto isto, o primeiro-ministro Yitzhak Shamir e o líder da oposição trabalhista, Shimon Peres, procuram o apoio dos pequenos partidos, autêntico fiel da ba-

lança depois das eleições, numa tentativa de conseguir uma maioria que lhes possibilite formar governo.

Contudo, alguns desses partidos pretendem manter uma posição de independência, face aos dois grandes blocos, tal como por exemplo o Shinui, que, pela voz de um dos seus membros, Mordechai Wirshubski, fez questão de fazer saber que não está no bolso de ninguém...

Enquanto isto, o governo israelita anunciou um agravamento de 15 por cento no preço dos alimentos básicos.

A medida, que afectará todos os alimentos subsidiados pelo Estado, incluindo pão, lacticínios, óleo alimentar, carne e aves, visa, no dizer de funcionários do Tesouro, combater a inflação, que atinge 400 por cento, e diminuir os gastos públicos.

Os referidos funcionários indicaram que estes aumentos têm de ser considerados como a primeira parte de um plano a curto prazo, que contempla agravamentos de preços numa gama mais ampla de produtos.

Ocupação

Nos próximos quatro meses a Universidade palestina da cidade de Nablus, na Cisjordânia ocupada, manter-se-á encerrada, informou a rádio de Jerusalém.

Esta decisão foi anunciada depois das forças israelitas terem confiscado, na Universidade, propaganda da OLP e armas brancas.

Os soldados entraram na Universidade durante a inauguração de uma exposição, no passado domingo, e levaram todo o material confiscado, que incluía diver-

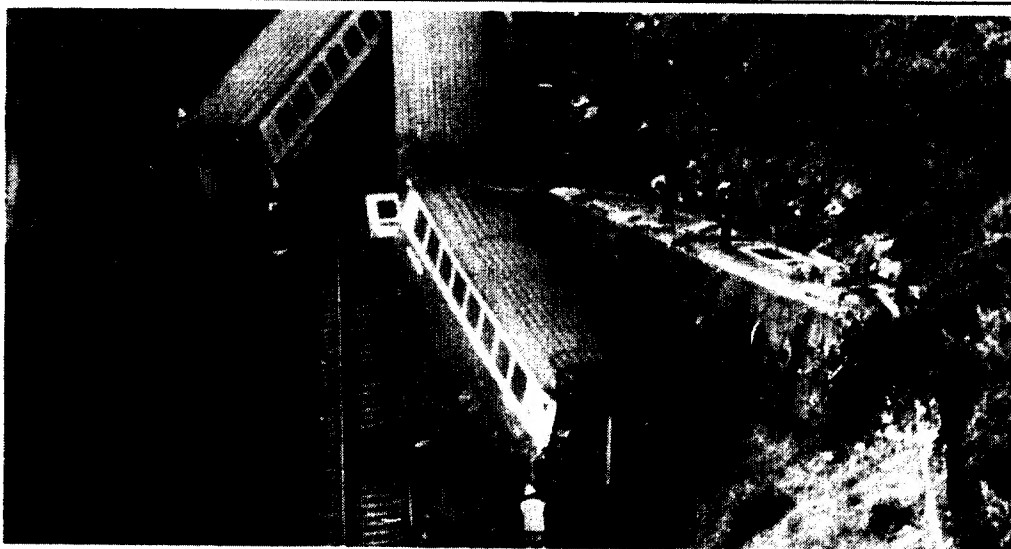
sas armas escondidas no gabinete da Associação de Estudantes, acrescentou a emissora.

Entre os folhetos em exibição encontrava-se um que ilustrava a guerra de guerrilhas, e outro sobre a preparação de material explosivo.

Por sua vez, uma organização palestina apelou ontem, para uma greve e resistência armada contra os israelitas, na sequência da morte de um refugiado palestino às mãos das forças de ocupação de Israel, no Sul do Líbano.

Indivíduos alegadamente pertencentes às «Forças Especiais da Frente de Resistência Palestina», utilizando megafones, incitaram os residentes no campo de Ain Al-Hilweh a entrar em greve hoje, e a uma rebelião geral.

«Enfrentemos as forças israelitas de ocupação de armas na mão», gritaram através dos megafones.



Pelo menos 14 mortos e cem feridos

Acidente ferroviário na Escócia

Pelo menos 14 pessoas morreram e mais de cem ficaram feridas, no descarrilamento ocorrido, ontem, próximo da localidade escocesa de Polmont, anunciou um porta-voz da Polícia britânica.

O acidente poderá ter sido causado pelo embate da composição com uma vaca que se

terá atravessado na via férrea, disse um informador dos caminhos de ferro.

O total de mortos poderá aumentar ainda, dado que muitos dos feridos hospitalizados se encontram em estado crítico, acrescentou o informador.

Foi o pior acidente ocorrido no Reino Unido nos últimos 17

anos. De acordo com o informador, o desastre poderia ter tido consequências catastróficas, se o maquinista de uma composição que se aproximava em sentido contrário não tivesse conseguido fazer o seu comboio parar, ao aperceber-se do acidente.

Samora Machel regressa

A República Popular da China concedeu a Moçambique uma linha de crédito no valor de 30 milhões de yuans, reembolsáveis em 10 anos e isentos de juros - anunciou a AIM. O chefe de Estado moçambicano regressou domingo a Maputo de uma visita à China, Coreia e Vietname, chefiando uma delegação composta por Marcelino dos Santos do Bureau Político da Fretilim, pelo chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Sebastião Mabote, e pelos ministros do Comércio Externo e da Agricultura, Joaquim de Carvalho e João Ferreira. A China concedeu ainda um donativo de cinco milhões de yuans, para aquisição de bens de consumo e ofereceu duas mil toneladas de milho.

Queixá da Líbia

A Líbia encarregou o seu representante permanente de informar o Conselho de Segurança da ONU da violação do seu espaço aéreo por aviões da Sexta-Esquadra americana - noticiou a ANGOP.

Aviões norte-americanos penetraram na madrugada de quinta-feira no litoral líbio, afirmou a agência. Segundo a ANGOP, que cita a agência líbia (JANA), o incidente foi reconhecido oficialmente pelo Pentágono.

Rawlings em Cuba

O presidente do Ghana, Jerry John Rawlings, finalizou a sua visita de sete dias a Cuba, onde manteve conversações oficiais com o líder cubano, Fidel Castro. Rawlings e a delegação que encabeça foram acompanhados à despedida, no Aeroporto José Martí, por Fidel Castro e outros membros do governo.

Comunicado da UNITA

A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) revelou que as suas forças mataram 98 soldados governamentais e 20 cubanos durante ataques efectuados em cinco províncias angolanas entre 23 e 26 de Julho. Em

comunicado distribuído em Lisboa, a UNITA acrescenta que no decorrer das operações capturou ainda 106 armas e 18 soldados governamentais, destruiu 32 viaturas e cinco tanques e abateu um helicóptero.

Prisões iminentes

A prisão preventiva do triunvirato da Primeira Junta Militar argentina está iminente, indicaram fontes próximas do governo. Os militares em questão, o general Jorge Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti serão interrogados pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, onde também permanece detido o ex-chefe da Polícia de Buenos Aires, o general Ramon Camps.

Transplante inédito

Uma menina de oito dias recebeu o coração de um bebé de três dias, numa operação de transplante de órgãos sem precedente pela equipa chefiada por Madgi Yacub no Hospital National Heart de Londres. Segundo um porta-voz do National

Heart Hospital, o doutor Yacub foi à Holanda recolher o coração da doadora. Crê-se não obstante que as possibilidades de sobrevivência do bebé são escassas. O doutor Yacub, egípcio, é o médico que mais transplantes fez até agora na Grã-Bretanha.

Consumo de drogas em Espanha

A Espanha ocupa um dos primeiros lugares no consumo e contrabando de drogas, afirmou o coordenador nacional da luta contra os estupefacientes em Espanha, António de Vicente.

O técnico governamental, que dirige as brigadas policiais especializadas na luta contra as drogas, desmentiu que existam drogas brandas e duras. «O que existe são toxicómanos gravemente intoxicados ou pouco intoxicados», disse.

O coordenador nacional da luta contra a droga disse também que «um em cada mil espanhóis é consumidor de heroína, um em cada 200 consome cocaína e um em cada cem é consumidor habitual de haxixe».

De Vicente disse também que a maior parte da droga entra em Espanha através da fronteira marítima de Algeciras com Ceuta.

«No entanto, não obstante os esforços da Polícia, o aeroporto de Madrid - Barajas continua a ser um ponto importante de entrada de droga».

Conferência de Helsínquia foi há nove anos

Amanhã assinala-se o 9.º aniversário da assinatura da Acta Final de Helsínquia, pelos dirigentes de 33 Estados europeus, dos Estados Unidos e do Canadá.

A conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa representou na ocasião o reconhecimento de que o desanuviamento devia imperar nas relações entre regimes sociais e políticos diferentes, isto é, entre o Leste e o Ocidente - escreve a Novosti.

No entanto o 9.º Aniversário de Helsínquia coincide talvez com um dos pontos mais baixos desse mesmo desanuviamento. Para que este funcione, é necessário que o interesse seja mútuo. Ora em Washington considera-se hoje que o desanuviamento não serve os interesses americanos e que ele mina as posições dos Estados Unidos no mundo.

Não se trata de uma conclusão que caiba inteiramente à actual administração americana do

presidente Reagan. Já com o presidente Carter, que assinou a directiva número 54 sobre «a eliminação do socialismo enquanto sistema sociopolítico», essa tendência era visível. Recordar-se que foi sob o seu mandato que os EUA decidiram instalar na Europa Ocidental os mísseis «Pershing-2» e «Cruise», que são em grande medida os responsáveis pelo estado de «semi-ruptura» existente nas relações Leste-Oeste.

Esta questão veio chamar a atenção para o facto de que a base do desanuviamento é, para além das trocas comerciais, culturais e humanas, previstas pela Acta Final de Helsínquia e debatidas nas subsequentes conferências de Belgrado e Madrid, o desarmamento.

Nesse sentido, em Madrid ficou decidida a convocação para o começo deste ano de 1984, em Estocolmo, de uma conferência sobre medidas de confiança e segurança na Europa, como primeiro passo para

dar uma base material ao desanuviamento.

São patentes as dificuldades que a Conferência de Estocolmo tem tido para avançar. É que a política de Reagan, desde a sua entrada em funções, reforçou ainda mais as tendências de uma América liberta do «síndrome vietnamita» para se confrontar abertamente com a União Soviética e o bloco socialista.

Reagan deu início a um dos mais fantásticos programas de rearmamento dos EUA, que não deixa de fora praticamente nenhuma esfera potencial de corrida aos armamentos. No campo da teoria militar surgiu a «guerra nuclear limitada», e a doutrina do «primeiro golpe nuclear».

Estas concepções reflectiram-se obviamente nos campos tradicionais de desanuviamento e assim tem sido possível ver os EUA a tentar entrar em contacto económico, comerciais e tecnológicos, revitalizando instituições como o COCOM (organismo no âmbito

da NATO encarregado de vigiar as exportações de tecnologia para o Leste), que pertenciam ao tempo da «guerra-fria» e se encontravam moribundas.

Não foi impunemente que os EUA se lançaram nesta via. Em particular na Europa, o movimento antibelicista, liberto do complexo «pacifista-comunista» ganhou uma amplitude nunca vista.

Moscou, por seu lado, não considera «irreversível» a actual tendência para enterrar o desanuviamento. Os soviéticos pensam que é possível a cooperação entre o Leste e o Ocidente, desde que este último respeite o princípio da segurança igual (cuja não aceitação pelos EUA está na base do fracasso das conversações sobre os europeus) e também das fronteiras saídas da Segunda Guerra Mundial, como ilustram as recentes posições dos órgãos de comunicação soviéticos a favor de Potsdam e Ialta.

agora em **SESIMBRA**

Bingo

No Edifício dos Bombeiros Voluntários
a partir do dia 31 de Julho de 1984
com o seguinte horário:
das 18.00 às 02.00

TEnte A SUA SORTE
DAS 18.00 às 20.00 E
GANHARA O DIREITO
A UMA BEBIDA!

UMA CONCESSÃO DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS DEVIDAMENTE
LEGALIZADA PELA INSPECÇÃO GERAL DE JOGOS

Avião venezuelano tomado de assalto

Mortos dois "piratas" e salvos todos os reféns

Agentes de segurança venezuelanos, das Antilhas holandesas e norte-americanos tomaram hoje de assalto o avião venezuelano desviado para Curaçau matando os dois piratas e libertando os reféns — informaram fontes governamentais. «Ambos os assaltantes foram atingidos a tiro e aparentemente mortos» — disse um porta-voz do governo das Antilhas holandesas.

Nenhum passageiro ou membro da tripulação ficou ferido — disseram as autoridades. Entre os 79 dos 87 reféns iniciais que ainda se encontravam a bordo contam-se quatro portugueses: José Castro, Maria Vieira, Ana Maria da Luz e Félix de Sousa.

O mesmo porta-voz acrescentou que um polícia ficou ferido numa mão durante a tomada de assalto do DC-9 da Companhia Venezuelana Aeropostal, mas

não há conhecimento de outras vítimas entre as forças de segurança.

As autoridades dizem que os assaltantes do avião eram um antigo capitão do Exército haitiano, Hilerant Dominique, adversário do regime do presidente Jean Claude Duvalier e um homem com passaporte da República Dominicana.

Duas horas antes do assalto, os dois homens tinham ordenado ao piloto que pusesse os motores do aparelho em funcionamento para a descolagem de Curaçau, terceira escala do avião desde que foi desviado no domingo.

Anteriormente, tinham marcado para hoje de manhã um limite para a satisfação das suas exigências: um helicóptero para fugir, dinheiro e armas.

Em Port-Au-Prince, o ministro haitiano dos Negócios Estrangeiros disse que Dominique era

um terrorista apanhado em Dezembro de 1982 no aeroporto da capital dominicana tentando introduzir armas no Haiti para uma aparente tentativa de derrube do regime de Duvalier.

O governo dominicano exilou-o então para a Venezuela.

A identidade do segundo assaltante não é ainda conhecida.

Uma equipa especial de tropas norte-americanas foi enviada para o aeroporto de Willemstad e vigiava o local desde hoje de madrugada.

Em Santa Barbara, Califórnia, onde o presidente Ronald Reagan se encontra em férias, o secretário assistente para a Imprensa, Mark Weinberg, disse que Washington pôs à disposição «conselheiros técnicos» porque o desvio do avião «envolia potencialmente a segurança de um número considerável de pessoas».

Sindicalistas americanos expulsos das Honduras

Estados Unidos pedem uma "informação completa"

Os Estados Unidos pediram ao Governo das Honduras uma «informação completa» sobre a detenção e a deportação, ocorrida sábado, de seis norte-americanos.

Richard Smith, Thomas Cronin, Arthur Doherty, Michael Finley, Bruce Bloy e John Grant foram detidos e deportados das Honduras depois de participarem, na véspera, numa manifestação contra Reagan, onde estiveram presentes cerca de duas mil pessoas, respondendo à convocação da «Federação Unida de Trabalhadores Hondurenhos» pela retirada das tropas norte-americanas da América Central.

Alan Romberg, porta-voz do Departamento de Estado, disse ontem que os seis deportados estão filiados na AFL-CIO, a maior das centrais sindicais dos Estados Unidos.

Segundo fontes procedentes das Honduras e citadas pela EFE, cinco dos deportados eram da central sindical norte-americana e o sexto um jornalista independente.

As autoridades hondurenhas embarcaram-nos num avião com destino à Nicarágua, onde se juntaram a grupos de sindicalistas norte-americanos que realizam naquele país uma missão de estudo sobre sindicalismo, explicou Romberg.

As leis hondurenhas proíbem a «participação de estrangeiros em actividades políticas», disse o porta-voz norte-americano.

Portanto, «quando estrangeiros que entram no país com um visto turístico participam em tais actividades, o Governo das Honduras toma medidas para os deportar», acrescentou Romberg.

O Governo do presidente Robert Cordova emitiu uma declaração dizendo que os seis norte-americanos haviam «violado de forma flagrante» as leis hondurenhas por se terem atraindo, na sua mera qualidade de turistas, a «crítica ao Governo constitucional e democrático das Honduras, as suas instituições e Forças Armadas».

Richard Smith, um dos seis deportados, disse na manifestação que o presidente Ronald Reagan será derrotado nas próximas eleições «por causa da sua política externa belicista».

Nicarágua: boicote antes de o ser já o era

Os dirigentes principais da oposição nicaraguense tiveram sempre a intenção de boicotar as eleições de 4 de Novembro — afirma o «Washington Post», na sua edição de ontem.

Em crónica do seu correspondente em Manágua, o quotidiano norte-americano declara que a não participação da «Coordenadora Democrática», anunciada a semana passada, representa uma tentativa deliberada da oposição para colocar o regime

sandinista em situação embaraçosa.

O artigo sublinha que, com essa decisão, a «Coordenadora Democrática», coligação dos principais partidos e grupos da oposição nicaraguense, contradiz os seus objectivos de incentivar o desenvolvimento da democracia e do pluralismo na Nicarágua.

Dirigentes da oposição entrevistados pelo «Washington Post» admitiram, que nunca consideraram seriamente a ideia de participar nas eleições de Novembro e que só ponderaram se deviam fazer campanha durante dois meses para depois se retirarem, denunciando como injusto o processo eleitoral.

Segundo observadores em Manágua, o boicote significa que a «Coordenadora Democrática» renunciou a desempenhar um papel proeminente para derrubar os sandinistas e obrigá-los a democratizar o país, deixando essa tarefa aos grupos anti-sandinistas armados e à pressão internacional.

O jornal nota que a não participação da oposição parece favorecer o Governo do presidente Ronald Reagan, que denunciou de antemão, como «uma farsa de estilo soviético» as eleições nicaraguenses.

Se a oposição participasse, legitimando as eleições, teria sido muito difícil à Casa Branca defender a sua «guerra» secreta contra o Governo sandinista — sublinha o «Washington Post».

Gromyko confirma

Conversações de Viena são "imprevisíveis"

O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, disse ao senador norte-americano George McGovern que as eventuais negociações em Viena entre Washington e Moscovo para impedir a militarização do Cosmos são «impossíveis».

As declarações foram citadas por MacGovern, ex-candidato à Casa Branca pelo Partido Democrático em 1972, que esteve reunido com Gromyko na Crimeia, nas passadas quinta e sexta-feiras.

Segundo disse o senador, Gromyko deu a entender que as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética «continuarão a piorar» e que a URSS fez todos os «possíveis para evitar a escalada dos armamentos espaciais».

As declarações do senador MacGovern em Moscovo a um grupo de jornalistas norte-americanos confirmam que as negociações de Viena, em Setembro, para impedir a «guerra das estrelas», não se efectuarão.

Segundo o Kremlin, essas negociações são «impossíveis», porque a «Administração Reagan assim o quis», já que não se sabe o que se irá negociar, convertendo-se o eventual encontro de Viena num «club de discussões».

A URSS responsabiliza inteiramente a Administração Reagan pelo fracasso, acusando-a de ter planeado dois testes de armas anti-satélites — em Agosto e outro em Setembro.

O Kremlin diz ainda que a Casa Branca «faz fracassar primeiro as negociações de Genebra sobre os euromísseis e armas estratégicas e agora fez o mesmo em relação às armas espaciais».

Segundo reconhecem porta-vozes de Washington, os Esta-

dos Unidos pretendiam discutir reduções de todos os armamentos em geral, e particularmente reactivar as negociações de Genebra.

Depois do anúncio oficial soviético, na passada sexta-feira, sobre a «impossibilidade» das conversações de Viena, Washington disse que enviara ao Kremlin nova mensagem, já que «as negociações podem ainda efectuar-se».

Esta resposta, segundo McGovern, não deverá satisfazer o Kremlin, que considera «encerrado outro ciclo» nas suas relações com Washington.

A única possibilidade de reatamento do diálogo, segundo o Kremlin, consistiria numa viragem da política norte-americana ao aceitar todas as negociações prévias de Moscovo, em particular a moratória dos testes e instalação de armas espaciais.

Quanto às negociações de Genebra, o Kremlin diz que «a única possibilidade de tratamento consiste na retirada dos mísseis «Pershing II» e «Cruise»

da Europa Ocidental».

Qualquer outra versão, segundo fonte soviética, faz parte dos «intentos da Administração Reagan de continuar a parecer pacífica, enquanto prossegue os seus planos armamentistas, os quais oculta por razões eleitorais e que levam a uma guerra nuclear».

Conferência de Quito

A Conferência Continental Latino-Americana «pela Paz e os Direitos do Homem», que se desenrolou na capital do Equador, por iniciativa do Conselho Mundial da Paz (CMP), foi considerada pelo presidente desta última organização, Romesh Chandra, como o mais importante acontecimento nas actividades do Conselho na América Latina.

«Nunca anteriormente, declarou à NOVOSTI Romesh Chandra, uma representação tão vasta da América Latina se reuniu para examinar o problema da guerra nuclear».

Geraldine Ferraro — uma rectificação



Por lapso, na informação que ontem demos sobre a abertura da campanha eleitoral democrata à presidência dos Estados Unidos, identificámos como sendo Geraldine Ferraro, candidata à vice-presidência, a esposa de Walter Mondale, candidato à presidência. Geraldine Ferraro al está, na imagem ao lado, para que não hajam dúvidas. O penteado, aliás, está a fazer moda, afirma-se em notícias do habitual folclore que rodeia as corridas à Casa Branca.



APA/CS 4-84

em Portugal e Inglaterra

Verão... a melhor altura para passar algumas horas do dia a aprender ou a aperfeiçoar o seu Inglês, Francês ou Alemão.

- Cursos intensivos, mensais, em Julho, Agosto ou Setembro.
- 40 ou 24 aulas por mês.
- Horários de manhã, à tarde ou à noite.
- Grupos para adultos, jovens e crianças.
- Cursos Video em colaboração com a BBC.
- Inscrições limitadas.

A Cambridge School também lhe oferece a oportunidade de passar algumas semanas em Canterbury, Londres, Stratford, Birmingham e Manchester onde se realizam os seguintes cursos de inglês:

- Curso Geral em grupos.
- Cursos especiais para homens de negócios.
- Cursos com Equitação, Tenis ou Futebol.

A LINGUARAMA/CAMBRIDGE possui ainda centros em França, Alemanha e Espanha.

Para mais informações e inscrições contacte-nos já, para:

cambridge school



LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-1º — TEL. 55 47 80 - 55 47 89 — 1200 LISBOA
LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-3º — TEL. 53 34 73 — 1200 LISBOA
LISBOA: AV. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1º DIR. — TEL. 88 45 44 - 89 98 01 — 1000 LISBOA
BENFICA: EST. DE BENFICA, 729-5º DIR. — TEL. 70 43 29 - 70 36 38 — 1500 LISBOA
ALMADA: PRAÇA DO M.F.A., 12-1º — TEL. 276 02 34 - 275 32 18 — 2800 ALMADA
PORTO: RUA DUQUE DA TERCEIRA, 381-1º — TEL. 56 03 80 - 56 11 30 — 4000 PORTO
COIMBRA: PRAÇA DA REPÚBLICA, 15 — TEL. 3 49 69 - 2 92 85 — 3000 COIMBRA
CAMBRIDGE EXECUTIVE SCHOOL
LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-4º — TEL. 4 13 52 - 57 60 30 — 1200 LISBOA

Summer courses in Portuguese for foreigners in small groups will be held in June, July, August and September. Contact us for further information.

“DOSSIER NUCLEAR” “DOSSIER NUCLEAR”

E agora Veiga Simão?...

A aprovação pelo Conselho de Ministros do texto definitivo do Plano Energético Nacional (PEN), prevista para este mês, voltou a ser novamente adiada, devido às objecções levantadas pelo ministro da Qualidade de Vida, Sousa Tavares.

A versão-84 do polémico documento, que conheceu a luz do dia em Fevereiro de 1983, pela mão do então ministro da Indústria, Energia e Exportação, Bayão Horta, volta, pois, a conhecer novo adiamento.

Os impasses governativos, as críticas que choveram de todos os quadrantes, sobre as opções consignadas na versão inicial do PEN e as desactualizações que a própria evolução da conjuntura económica introduziu, forçou à reelaboração de alguns dos seus aspectos. Uma questão, porém, permanece como constante, ao longo de todo este processo: a opção nuclear, que a versão-83 do PEN consagrava para o fim do século, e que agora não deixará certamente de continuar presente, nomeadamente tendo em conta a presença de um conhecido «nucleocrata» à frente do ministério da Indústria, Veiga Simão.

O convite à discussão pública lançado pelo ministro Bayão Horta em 11 de Fevereiro de 1983 na Sala Ogival do Castelo de S. Jorge, com vista ao aprofundamento e aperfeiçoamento do diploma inicial, que tinha o mérito de pela primeira vez sistematizar e vertebrar um cenário possível de desenvolvimento para o nosso país, foi utilizado pelo «Diário de Lisboa» para dar a conhecer as posições que reputados técnicos e especialistas, grupos ecológicos e associação de cidadãos tinham sobre as diversas temáticas cobertas pelo PN, ao longo de uma série de depoimentos.

Um ano e meio depois, o problema das opções porventura ainda com mais premência do que outrora. Por essa razão, o «DL» decidiu abrir de novo as suas páginas à discussão do problema, centrando-o, por agora, sobre a temática do nuclear. Assim nasceu este «dossier nuclear», que hoje começamos a publicar.

Torres Campos *

“É cedo para construirmos centrais em Portugal”

Ao ser-me solicitado um pequeno depoimento sobre o Plano Energético Nacional — PEN — foi-me referido que a discussão pública do dito Plano tem sido pequena e que a generalidade da população ainda se não deu conta do que está em causa.

É certo que é bastante difícil transmitir ao grande público uma visão sintética e correcta das várias opções que se colocam, dado o denso conteúdo técnico que lhes serve de suporte. A discussão tem sido polarizada à volta de um aspecto apenas: escolher ou não a via nuclear para produzir energia eléctrica. É essa opção, sem dúvida de enorme importância, que tem captado, quase em exclusivo, a atenção dos meios de comunicação e tenho de aceitar que assim seja. Só que o ataque à «solução nuclear» tem-se feito sobretudo com recurso a argumentos que apelam para a reacção emotiva das pessoas, naturalmente predispostas a rejeitar algo que lhes sugere as hecatombes de um conflito em que fosse utilizada a bomba atómica.

Confinar-se a discussão à volta deste aspecto tem desde logo o inconveniente de se ignorarem outros também muito importantes. Não fujo, no entanto, a dar a minha opinião sobre este aspecto mais controverso: acho preferível não iniciar tão cedo a construção de centrais nucleares em Portugal, por razões que são predominantemente de natureza económica. Com efeito e para além da maior margem de erro no que respeita ao custo destas centrais, é evidente que a componente estrangeira de um tal investimento é muito superior ao de uma qualquer das outras alternativas. Os encargos financeiros desta solução serão inevitavelmente maiores, quer em valor absoluto quer pela circunstância de serem maioritariamente em divisas. Sendo reconhecido que a dívida externa do País constitui o principal condicionante negativo à prossecução de uma política de desenvolvimento económico e sabendo-se ainda que tal condicionante vai permanecer por longos anos, parece-me irrealista defender a solução nuclear para já. A situa-

ção pode ser diferente daqui por dez ou quinze anos e é até possível que nessa altura estejam já melhor resolvidos alguns problemas sérios que hoje suscita a utilização das centrais nucleares, como sejam a detecção de incidentes e, principalmente, o armazenamento dos resíduos. Em certo sentido pode dizer-se que decidir esperar é uma forma de tirar partido do nosso atraso.

Voltando ao Plano Energético no seu conjunto gostaria de sublinhar dois aspectos:

a) O tipo de planeamento que representa e que, com esta amplitude, constitui uma inovação entre nós e, na minha opinião, uma inovação positiva, apesar de não estar de acordo com as suas formulações, sobretudo na sua versão inicial.

b) O reconhecimento de que, com taxas de crescimento maiores ou menores, o consumo de energia entre nós deve necessariamente aumentar, dado o nível ainda muito baixo da nossa capitulação, e o desejo de melhorar as condições materiais de vida que é evidente na generalidade da população.

Há que reconhecer que, mesmo com a discussão limitada de que tem sido objecto, já se proporcionou uma revisão bastante profunda do texto inicial — a chamada versão 82 —, e o texto agora ultimado — a versão 84 — apresenta nítidas melhorias na formulação das hipóteses da provável evolução dos consumos de energia e na forma de lhes dar satisfação.

Elementos mais discutíveis na primeira versão tais como o modelo de desenvolvimento adoptado e a relação entre o consumo de energia e a evolução do Produto Nacional, foram sem dúvida melhorados. Pode concluir-se que a discussão pública, ainda que limitada, sempre se traduziu por resultados que julgo positivos.

Isto não significa que esteja de acordo com a actual formulação do PEN. Julgo, por exemplo, que não foram suficientemente exploradas as possibilidades de incremento dos aproveitamentos hidroeléctricos, ainda que, como

é óbvio, esta via seja, por si só, insuficiente para responder ao aumento de consumo. Também a explicitação concreta de fórmulas de cogeração e de poupança de energia deveriam ser bastante mais desenvolvidas e poderão ainda sê-lo. Já quando se faz a comparação de preços de

Terra Viva *

“Opção nuclear não traz independência energética”

O grupo ecológico Terra Viva, numa tentativa de dinamizar a discussão sobre o plano Energético Nacional (PEN) realizou em Fevereiro um colóquio sobre o tema, onde se chegou à conclusão de que:

1.º) É de criticar a maneira como a assim chamada discussão pública sobre o PEN tem sido conduzida, devido a esta discussão se limitar a meia dúzia de especialistas. O Terra Viva é da opinião que deveriam ser ouvidas as forças vivas deste país, como os grupos ecológicos, associações de protecção do ambiente, grupos profissionais, etc. O Terra Viva lamenta também a maneira como o Governo tem vindo a intervir nesta discussão, nomeadamente através de uma campanha nitidamente pró-nuclear.

2.º) Para além das críticas que são comuns a outros grupos no que diz respeito às fontes energéticas disponíveis o TV aponta ainda que: (a) uma fonte de energia realmente alternativa é a poupança de energia que pode ser conseguida através de uma

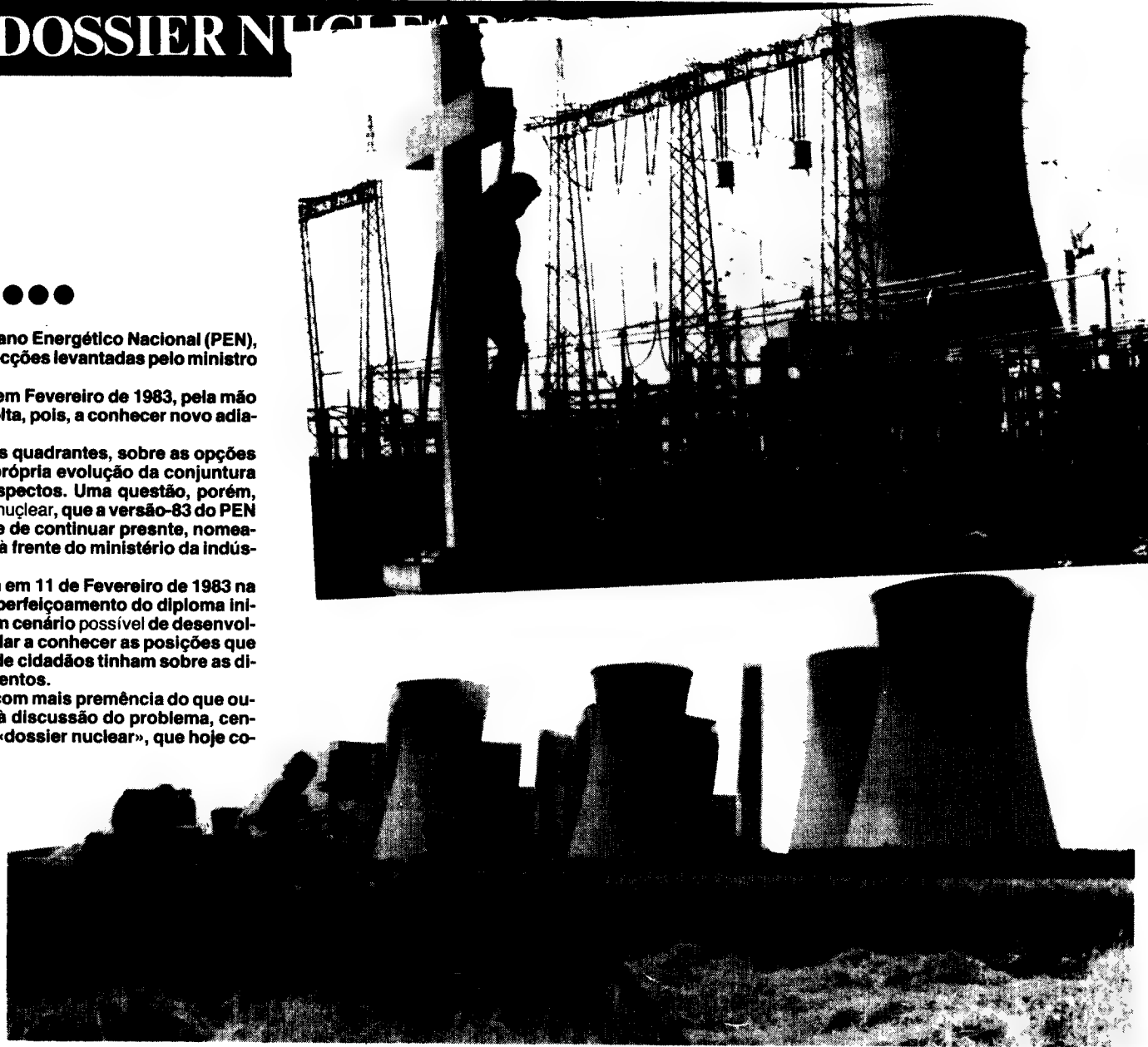
via nuclear com a das centrais a carvão existe a preocupação evidente de «demonstrar» que os primeiros são mais baixos o que, evidentemente, não consegue fazer mesmo nas bases de raciocínio adoptadas no Plano e as quais, como já atrás referi, não julgo que compreendam

toda a realidade.

Em minha opinião deveríamos avançar mais decididamente na utilização do carvão o que, para além do objectivo principal que é o de constituir uma fonte de energia, tem a vantagem adicional de proporcionar uma apreciável fonte de trabalho para

inúmeros sectores produtivos do País, com relevo para a indústria metalomecânica, para os transportes, marítimos e terrestres, gabinetes de engenharia, etc. É, pois, uma solução com possibilidade de gerar um elevado índice multiplicador o que deve ser

Continua na pág. 13



Guilherme Veiga

Os aproveitamentos energéticos e a construção civil

Fala-se muito no Plano Energético Nacional (PEN), das opções a tomar sobre os Centros Produtores de Energia a Construir.

Não se pode ignorar a importância da questão, mas não há dúvidas que ela não constitui a prioridade das prioridades, não é o principal problema dos muitos

que o País tem para resolver.

Alguns ministros, nomeadamente o da Indústria e Energia, alguns técnicos por convicção própria, outros, ao que consta,

pressionados directa ou indirectamente, diversas correntes de opinião, encontram-se prepara-

Continua na pág. 12

“DOSSIER NUCLEAR” “DOSSIER NUCLEAR” “DOSSIER NUCLEAR” “DOSSIER NUCLEAR”

Continuação da pág. 11

dos para o «pulo no desconhecido», para aceitar como inevitável e absolutamente necessário um investimento numa Central Nuclear de 950 MW que rondará as centenas de milhões de contos!

Vamos concretizar melhor este número, partindo das seguintes hipóteses, todas extremamente optimistas e nas quais francamente não acreditamos.

a) Taxas de juro no início de 1985 de 28% ao ano, decrescendo 1,5 ao ano e situando-se, por conseguinte, no início de 1993 em 16% e depois mantendo-se em 16% durante os dez anos seguintes;

b) Coeficientes de revisão crescendo em média 20% ao ano;

c) Empréstimos por pagamento das verbas facturadas e das correspondentes revisões de preços durante a construção e início da amortização das verbas em dívida ao fim desta, em dez parcelas iguais durante dez anos e pagando juros à taxa de 16%.

d) Construção em sete anos, conservando 5% para depósito de garantia, facturável no fim do 8.º após a recepção.

Nestas condições:

Para uma proposta que se estimava em 1983 em 165 milhões de contos, os encargos no fim da construção rondavam os 765 milhões de contos, totalizando no fim (10 anos depois) um valor da ordem dos 1320 milhões de contos.

Para uma proposta em 1984, que se estimava em 230 milhões de contos, os encargos anteriores eram respectivamente de 1025 e 1760 milhões de contos.

Enveredar pela opção nuclear quando os programas nucleares se encontram parados ou tiveram grandes deferimentos em quase todo o mundo ocidental, em virtude de questões financeiras, de não ser necessário aumentar as potências instaladas, dado que os consumos, devido à recessão, não seguiram os incrementos previstos, de questões de segurança, das dificuldades de armazenamentos dos resíduos, da convicção de que a energia nuclear se encontra numa fase ainda em desenvolvimento, do repúdio das populações em resultado de algumas destas razões e por outras ainda, parece-nos uma solução absolutamente descabida.

Se a tudo isto juntarmos que o Plano prevê 6 a 11 Centrais com inícios de construção intervalados de alguns anos e que se admite uma média de 8 anos, pelo menos, para a construção de cada Central, concluiremos que quando a 6.ª Central entrar em funcionamento já não teremos urânio para o seu consumo.

Aliás, a nossa dependência, dado que as Centrais consumirão urânio «enriquecido», verificar-se-á desde o primeiro dia. Um investimento num Programa Nuclear de muitos bilhões de contos, é absolutamente inoportuno e inimaginável na conjuntura socioeconómica em que o País se encontra.

Dizem-nos que o problema é instantâneo, que têm que se tomar medidas imediatas!

Acreditamos que sim, mas nunca optando por uma solução nuclear, que condicionará todo o nosso futuro no que respeita à construção de centros produtores de energia, tornando-o irreversível.

Gostariamos de chamar a atenção para três questões fundamentais:

1 - Balança de transacções correntes.

Em 1983 importámos de produtos agrícolas, nomeadamente trigo, milho, oleaginosas, peixe (!!!), etc, etc, cerca de 130 milhões de contos (108 milhões em 1982).

Uma verba de aproximadamente 192 milhões de contos foi gasta na importação de energia (petróleo, gás, electricidade, etc)

da qual cerca de 11 milhões de contos em electricidade (a previsão para 1984 era de importação de electricidade no valor de 3 milhões de contos).

Os fretes marítimos pagos ao estrangeiro rondaram os 80 milhões de contos no ano passado.

2 - Construção Civil e Obras Públicas.

Cerca de 250 000 trabalhadores ligados a este Ramo, não contando com Engenheiros, Empregados de Escritório, Topógrafos, Desenhadores, Mecânicos, Motoristas, Electricistas, etc, etc, Indústrias a montante, trabalhando exclusivamente para as Empresas de Construção Civil e Obras Públicas, outras que o fazem em grande parte ou em parte apreciável.

São os Cimentos, o Ferro, as Cerâmicas, Madeiras, Vidros, Tubagens, Carpintarias, Serralharias, Caixilharias, Ferragens, as Eléctricas, de Tintas e Impermeabilizações mais ou menos ligadas com a Indústria do Petróleo ainda com fornecimentos diversos, entre os quais os Combustíveis e os Asfaltos. É a Camionagem, são as Empresas de Construção de Equipamentos, de Mobiliário...

E o que se passa com os Serviços, com a Função Pública?

É a Junta Autónoma de Estradas, a Junta Central de Portos, as Direcções-Gerais dos Serviços Hidráulicos, do Saneamento Básico, da Hidráulica Agrícola, das Construções Escolares, são os Edifícios e Monumentos Nacionais, o Gabinete da Área de Sines, a Administração-Geral do Porto de Lisboa e a do Douro-Leixões, é a EDP e o Metropolitano de Lisboa, os C.T.T., a ANA - Aeroportos de Portugal, a Direcção-Geral dos Serviços de Infra-estruturas da Força Aérea, a Direcção de Serviços de Fortificações e Obras do Exército, é a NATO, são as Cooperativas de Habitação Económica, os Gabinetes de Projectos, os Serviços de Obras das Autarquias, os Serviços a elas ligados como a EPUL, é a Brisa, as Empresas vivendo da importação e venda de máquinas, etc, etc.

E os Seguros? A Previdência? E a Banca? Qual a percentagem dependendo directa ou indirectamente das Empresas de Construção Civil e Obras Públicas ou daquelas que para elas ou com elas trabalham?

Qual a percentagem destes Serviços, qual a percentagem da Função Pública ligada a este Ramo de Actividade?

Qual, enfim, a percentagem de população Nacional ligada à Construção Civil e Obras Públicas e dela dependente?

3 - Situação das Empresas

É do conhecimento de todos que actualmente são poucas as obras em construção, que pelo menos nos próximos 6 ou 7 meses a situação se agravará porque no decorrer de 1983 e nos primeiros meses de 1984 praticamente não houve concursos, que em muitas Empresas o pessoal com contratos a prazo já foi ou está para ser despedido e o do quadro, ou parte dele, se encontra parado, que a situação da maioria das Empresas é de falência técnica, tanto mais que a maioria dos donos das obras não paga ou pelo menos não paga a tempo e horas.

4 - Conclusão

Que importância tem na realidade não resolver em definitivo o problema das opções dos Centros Produtores de Energia?

Importar 3, 4, 5... 10 milhões de contos de electricidade, representa uma gota de água nas importações totais que pagamos, algumas das quais poderiam ser extremamente diminuídas, como seja a importação de bens alimentares, se não fosse o problema político que impede que as nossas terras sejam cultivadas.

Se é certo que o nosso problema principal é a falta de traba-

lho para as Empresas de Construção Civil e Obras Públicas, porque não optarmos por uma solução energética que melhor contribua para ajudar a solucionar este problema?

Continua a ser verdade a conclusão (Relatório E.D.P. 1975) de que para igual potência instalada os Aproveitamentos Hidroeléctricos criam 4 a 5 vezes mais postos de trabalho (incluindo indústrias a montante) que as Térmicas Nucleares e são as que permitem maior participação Nacional?

Se a Nossa capacidade Hidroeléctrica só está aproveitada em pouco mais de 50%, porque não aumentar o ritmo de construção destes Aproveitamentos?

É uma questão de construir 4, 5 ou 6 simultaneamente, de complementar esta construção com a construção de Térmicas a Carvão, que por um lado tem um investimento inicial muito menor, a sua construção é mais rápida e o carvão é o único combustível cujas reservas mundiais poderão ainda durar longos anos.

João Martins Pereira *

“Uma energia muito suspeita”

Não. Não se trata da energia nuclear. Trata-se da energia, farras e desproporcionada, com que se vem defendendo a introdução em Portugal da energia nuclear, como se aí se encontrasse a salvação do País (mais uma!). Nunca ninguém se encarniçou tanto a defender o projecto beterrabeiro, ou o Plano Siderúrgico Nacional, nem por certo se teria encarniçado a defender o desastroso projecto de Sines, se na altura se discutissem publicamente estas coisas. E parece pelo menos bizarro este ardor nuclearista quando se sabe que:

- o que está em causa não é significativo em termos do «problema energético nacional»: um reactor nuclear poderá cobrir uma percentagem minúscula do consumo energético em Portugal (2-3%). Aliás, mesmo nos países mais nuclearizados, o total da energia nuclear não excede, em nenhum caso, os 7-8% da energia total.

- o que está em causa não é tão-pouco uma diminuição sensível da nossa dependência energética pois, para aquela minúscula parcela, aumentaremos essa dependência: apenas 3 ou 4 países (entre eles os 2 grandes potências) nos poderão fornecer o urânio enriquecido. Além de que o próprio sistema electroprodutor ficaria, ele, perigosamente dependente de um único reactor.

- não é sequer uma questão sobre a qual estejam de acordo os técnicos e especialistas: nem sobre a tecnologia, nem sobre a segurança, nem sobre o problema dos resíduos, nem sobre o investimento, nem sobre os chamados «factores de capacidade», nem sobre o custo final do Kwh - nem sobre nada. O que significa só por si que não estamos perante um problema estritamente técnico.

- não é uma opção minimamente compatível sequer com as mais recentes declarações de altos responsáveis políticos, alguns deles acérrimos defensores do nuclear. Não tem o ministro da Indústria proclamado aos quatro ventos o fim da era dos «grandes projectos capital-intensivos» e as excelsas virtudes da pequena e média indústria tecnologicamente evoluída?

- não é uma opção minimamente compatível com o panorama de escassez de recursos financeiros, que ninguém duvida vir a manter-se por largos anos.

E o Alqueva? Porque se comete o crime de ter as obras do Alqueva paradas, quando este se justifica pela sua valia eléctrica e, para além disso, todo o Plano de Rega do Alentejo, mesmo os Aproveitamentos já construídos, dependem dele, assim como dele depende o CComplexo de Sines.

Temos falado dos postos de trabalho criados a montante. E já se pensou nos que podem ser criados a jusante e que dependem da construção do Alqueva?

Quanto serão os postos de trabalho criados com a construção de todos os canais principais e redes secundárias de rega e com as ligações às Barragens dos Aproveitamentos já existentes?

E quantos os postos de trabalho criados com a construção e posteriormente com a laboração das inúmeras indústrias criadas para trabalhar os produtos agrícolas provenientes das zonas regadas pelo Alqueva?

* - Engenheiro Civil

João Clímaco *

Qualidade de Vida, Depe

Em trabalho anterior exprimi-mos a nossa não concordância com a opção nuclear e expuse-mos as alternativas que julgá-mos mais convenientes (1). Neste depoimento, que me foi solicitado pelo «D.L.», procurarei apenas chamar a atenção para algumas questões cuja ponderação julgo ser essencial para que possam ser tomadas decisões conscientes sobre um assunto tão importante como delicado e controverso (2).

Têm sido expostas na imprensa muitas posições de especialistas na matéria, os quais põem em causa a veracidade de alguns dados utilizados pelos modelos matemáticos que se usam no P.E.N. para simular o funcionamento do mercado energético a longo prazo. Por coincidência, ou não, as distorções dos dados utilizados contribuem para justificar a ideia chave (a meu ver errada!) do P.E.N., isto é, para concluir que a opção nuclear é inevitável! Contudo, para além dessas distorções, já de si graves e esclarecedoras, existem questões de fundo que, na minha opinião, não podem encontrar resposta satisfatória enquanto a improvisação e as políticas de conjuntura não derem lugar a uma política de desenvolvimento nacional perspectivada a médio e longo prazos. Os objectivos essenciais dum plano energético deverão ser: contribuir para a melhoria da qualidade de vida do povo português e para a redução da dependência externa. O problema que se põe é o de saber se a opção nuclear favorece ou não estes objectivos. A minha opinião é francamente negativa e, portanto, contrária à instalação de centrais nucleares em Portugal, não só porque, segundo creio, já não oferece qualquer dúvida ser falsa a ideia de que a via electonuclear é nitidamente mais económica do que a produção de electricidade em centrais a carvão, mas também em consequência das críticas e objecções que se seguem.

Julgo que, no essencial, por três ordens de razões: • razões de negócio: quando se sabe não haver encomendas de novas centrais nos E. Unidos desde 1978, que a Holanda e a Suíça cancelaram os seus programas nucleares, que a Bélgica não tem novos projectos, que a Espanha acaba de suspender todos os novos projectos, que nenhum país sem nuclear considera seriamente essa opção no momento actual - é natural que Portugal surja como um verdadeiro petisco para os construtores internacionais, que assentaram arraiais em Lisboa. Do lado português, muitos são os que lambem os beiços face aos múltiplos negócios em perspectiva. Pudera: o investimento, será o Estado a pagá-lo (coisa que, estranhamente também, neste caso ninguém discute: por que não interessará à tão incensada iniciativa privada?), e os resultados, como dizia a «Time» face aos desastres económicos de muitas centrais americanas, esses serão o consumidor a pagar...

• razões «psicoteconómicas»: nos últimos 20 anos, muitos foram os técnicos portugueses que se formaram e especializaram no estrangeiro, nas técnicas nucleares. Para eles é, profissionalmente, quase uma questão de vida ou de morte. É o «brinquedo» que se arriscam a não ter: tudo o resto é, para eles, secundário. São, porventura, os mais fanáticos, os que «dão a cara», os que pensam «em mínimo de conhecimentos técnicos».

Em Espanha a única grande central em funcionamento, tipo PWR está a funcionar a 30%. Na Suécia em RINGHALS uma avaria numa central semelhante, da Westinghouse fez com que as centrais da mesma linha de fabrico fossem mandadas parar em todo o mundo. O nuclear está a mostrar-se pois como um mau negócio e empresas como a Framatome, KWU, a General Electric e a Westinghouse vêem o futuro com apreensão, dados os cancelamentos e as múltiplas avarias que afectam as centrais, que impingiram a países pobres. Estes, além de ficarem dependentes tecnologicamente ficam prisioneiros de uma estratégia de dominação política e económica através do endividamento.

Políticas de curto prazo e qualidade de vida

Porque razão em Portugal nunca se prestou a devida atenção à conservação de energia, procurando-se utilizar para cada fim a forma de energia mais adequada e da maneira mais eficiente? Porque será que, já depois de 1973 (data da primeira grande subida do preço do petróleo), se construiu a central térmica a fuel de Setúbal? A resposta é simples: tem-se optado sempre pelas soluções mais cómodas e/ou de menor custo a curto prazo, não se avaliando convenientemente as consequências a médio e longo prazos. Assim, não só se não encoraja o espírito criativo dos nossos técnicos, nem dele se tira partido, como também se esbanjam milhões de contos, na maior parte dos casos em divisas. Por exemplo, se a electricidade produzida em Setúbal e no Carregado (centrais a fuel) durante o ano de 1982 tivesse sido produzida em centrais a carvão, ter-se-iam poupado cerca de 20 milhões de contos (em divisas), o que dá uma medida deste problema na economia nacional. Ora, apesar de tecnicamente viável, a conversão das centrais térmicas a fuel em centrais a carvão não foi equacionada no P.E.N.. Note-se que, por exemplo, na Dinamarca já foram convertidas várias centrais.

Só assim se justifica que Portugal seja, hoje, um dos países da Europa em que o consumo de petróleo continua a aumentar, constituindo o petróleo importado mais de 80% da energia primária utilizada no nosso país.

Ausência de planeamento integrado e qualidade de vida

A reconhecida importância da energia, quer no sector produtivo quer no dos serviços, torna imprescindível a integração do Plano Energético num Plano Económico Nacional flexível. Na verdade, só assim se viabilizam as correcções necessárias a

António Gonzalez

“Se o nuclear fosse apro

Este Governo, com a ambiguidade que o caracteriza, parece (!!!) propor quatro a onze centrais nucleares (250 milhões cada/preços de 1983), mas que ficariam a 5, 6 ou 10 vezes aquela quantia à data da entrada em funcionamento.

Por que não aprende a ouvir o que se passa no mundo? Porque não lê o que se escreve no «Insuspeito Time» quando classifica o nuclear de «buraco» e se faz eco da opinião da população americana que declara: «Prometeram-nos energia sem despesa e oferecem-nos despesa sem energia!»

Em Espanha a única grande central em funcionamento, tipo PWR está a funcionar a 30%. Na Suécia em RINGHALS uma avaria numa central semelhante, da Westinghouse fez com que as centrais da mesma linha de fabrico fossem mandadas parar em todo o mundo. O nuclear está a mostrar-se pois como um mau negócio e empresas como a Framatome, KWU, a General Electric e a Westinghouse vêem o futuro com apreensão, dados os cancelamentos e as múltiplas avarias que afectam as centrais, que impingiram a países pobres. Estes, além de ficarem dependentes tecnologicamente ficam prisioneiros de uma estratégia de dominação política e económica através do endividamento.

Não vamos aqui repetir, por já serem bem conhecidos os dados apresentados por técnicos como o eng.º António Mota Redol, os profs. Delgado Domingos e ou por técnicos do Banco Mundial que desaconselham a opção nuclear para Portugal.

Pela mesma razão não tornamos a fazer acusações sobre as manipulações pelo Governo dos dados do PEN, para fazer crer que o nuclear é mais barato e o único viável. Nem referimos as campanhas sub-reptícias levadas a cabo na RTP, e através de coloridos e aparentemente inocentes desdobráveis, distribuídos pela EDP em que se aponta o nuclear como a única saída para a crise... da energia.

Gostariamos porém de referir nestas curtas linhas que o argumento de que o nuclear é pouco poluente só convence quem quer ser convencido, pois o iodo 131 (I131), o Xénon 133, o Krypton 85 (Kr85), de natureza volátil, são lançados na natureza, sendo o I131 altamente perigoso em consequência da sua actividade biológica! E o Kr85 acumula-se na atmosfera pois o seu período de vida é de 10 anos. Enquanto os elementos radioactivos voláteis são lançados na atmosfera, as águas sobreaquecidas utilizadas no arrefecimento do reactor recebem trítio, radioisótopo de hidrogénio, igualmente radio-

DOSSIER NUCLEAR "DOSSIER NUCLEAR" "DOSSIER NUCLEAR" "DOSSIER NUCLEAR"

Dependência Nacional e Energia Nuclear

Em cada momento, dada a impossibilidade que hoje existe de prever com rigor as futuras transformações económicas e sociais. Ora, foi o próprio director-geral de Energia quem admitiu que «a evolução relativa dos vários sectores de actividade foi feita pelo Departamento Central de Planeamento, mas tratou-se de um trabalho unicamente de técnicos, já que não existe qualquer plano nacional». Assim, não é de espantar que os cenários de crescimento económico considerados no P.E.N. traduzam a projecção para o futuro das estratégias de desenvolvimento energético-intensivas herdadas das décadas de 60 e 70, como também não espanta que sectores como a habitação, urbanismo, transportes, indústria e agricultura sejam encarados, pelos ministérios da tutela, quase como se de compartimentos estanques se tratasse. As consequências estão à vista: elabora-se um Plano de Transportes, em que, segundo li, «não foi possível» considerar factores energéticos; prevê-se, para o ano 2010, um aumento do consumo de gasóleo da ordem das 6 a 10 vezes e da gasolina de cerca de 100% em relação aos valores actuais. O consumo previsto de electricidade é também muito exagerado, o que contribui para que se procure justificar a inevitabilidade de produção electroneuclear. Por outro lado, ao considerar-se cada sector de per si, falseia-se a ponderação entre os custos de produção de electricidade em centrais termoeléctricas a carvão e nucleares, pois, para uma comparação correcta, seria indispensável entrar em linha de conta com o efeito multiplicador dos investimentos, claramente favorável às centrais a carvão. No sector é possível desenvolver tecnologia nacional praticamente auto-suficiente, que, à semelhança do que já acontece com a hidroelectricidade, poderá vir e ser exportada e criar novos postos de trabalho.

Descentralizar para Desenvolver

Qualquer plano da indústria portuguesa deverá ter em conta o desenvolvimento explosivo das novas tecnologias de tratamento da informação e a conjuntura económica internacional. Devem-se adoptar, sempre que possível, soluções flexíveis e de baixo teor energético, assim como promover a utilização racional da energia, em especial nos sectores energético-intensivos cujo desenvolvimento se revele essencial. Ora, só uma política descentralizadora com unidades industriais bem dimensionadas, que promova o aproveitamento dos recursos regionais, poderá perseguir estes objectivos. Note-se que actualmente o parque industrial, e portanto o consumo de energia, estão concentrados na orla litoral ao norte de Setúbal, com o que isto implica no progressivo agravamento das assimetrias de desenvolvimento. Pelo contrário, a política subjacente ao P.E.N. — projecção para o futuro do modelo de desenvolvimento adoptado nas últimas duas décadas — contribui para agravar a já de si baixa competitividade do nosso sistema produtivo, em que, entre outros males, se destaca o sobredimensionamento de certos sectores em detrimento doutros. Por exemplo, as refinarias de Portugal trabalham a 42% da sua capacidade máxima em 1982, o que constitui o valor mais baixo da O.C.D.E. E não se deve esquecer que quem acaba sempre por pagar os défices são os contribuintes, isto é, os portugueses.

No sector agrícola são baixíssimas as taxas de crescimento previstas no P.E.N. Esta situação é incompreensível num país com elevado défice alimentar e corrobora a ideia de que, na prática, os governantes continuam a desprezar o interior do País, contribuindo para a concentração populacional excessiva nos centros urbanos do litoral.

A conservação de energia e a utilização em larga escala de energias renováveis, em que Portugal é particularmente rico, constituiriam um efectivo factor de diversificação das fontes de energia, e contribuiriam para o desenvolvimento regional e para o aumento da segurança de abastecimento, devido ao seu carácter distribuído. Em contrapartida, quanto mais centralizada for a produção de energia eléctrica em centrais térmicas, menor será a segurança de abastecimento e mais problemática a obtenção dum ciclo termodinâmico de rendimento elevado, por ser mais difícil aproveitar o calor de perdas. Todavia, nas conclusões do PEN (versão 82), privilegia-se a produção electroneuclear, expoente máximo dessa centralização, em detrimento doutros sectores. Por exemplo, as restrições financeiras tornam incompatível um programa nuclear intensivo com o rápido desenvolvimento dos 50% do potencial hidroeléctrico do país ainda por explorar. Ora estes, para além da produção de energia eléctrica, podem garantir o abastecimento de água às populações, controlar o efeito das cheias, irrigar os campos e promover a piscicultura e o turismo. Note-se que na análise das Grandes Opções do Governo para 1984 o Conselho Nacional do Plano criticou o Governo pela «grave omissão» quanto às potencialidades hidroeléctricas do país.

Por outro lado, no PEN prevê-se uma participação percentual decrescente com o tempo das outras energias renováveis e não se dá a importância, que julgo merecer, à conservação de energia em sectores que vão desde a estruturação de centros urbanos, transportes, habitação, etc., etc., até ao aproveitamento do calor de perdas nas centrais produtoras de energia eléctrica, ao uso eficiente da mesma quer na indústria quer nos sectores comercial e residencial e à cogeração de vapor e energia

eléctrica para fins industriais. Quanto ao uso eficiente de energia eléctrica, refira-se que o planeamento da procura desta parece não ser muito bem visto, pelo menos por alguns responsáveis, a avaliar pela afirmação proferida num colóquio em Coimbra pelo director geral de Energia de que «não é possível planejar a procura em países democráticos». Note-se que, por exemplo, nos Estados Unidos da América, é prática corrente o controlo directo dos consumos pelas companhias distribuidoras de electricidade, com vista a corrigir o diagrama de cargas, reduzindo as pontas e preenchendo as horas menos ocupadas. Nada disto nos surpreende, uma vez que o desenvolvimento do potencial de conservação de energia e das energias renováveis passa pela descentralização dos órgãos de decisão, tendo as autarquias locais um papel muito importante a desempenhar, e que em Portugal — como se diz no relatório da Agência Internacional de Energia (OCDE) de 1982 — todas as decisões de política energética são tomadas em Lisboa. Assim, parecem-nos injustificáveis as previsões exageradas do aumento de consumo de energia eléctrica, tanto mais que o aumento em flecha das tarifas (devido não só à crise económica, mas também à política energética seguida pelos vários governos e pela EDP), não deixará com certeza de provocar um abrandamento do aumento dos consumos. Somos assim conduzidos a uma situação pouco invejável, isto é, à moderação do crescimento dos consumos, não com base no planeamento racional da procura, mas à custa da degradação do bem-estar das pessoas e da capacidade de produção da indústria nacional. Concomitantemente, propõe-se um programa electroneuclear que, a meu ver, poderá agravar ainda mais os aumentos das tarifas, em especial se houver atrasos de construção ou avarias

que levem à interrupção do funcionamento das centrais por vários anos, situação particularmente grave numa economia de escala reduzida como a nossa. Note-se que estes problemas são vulgares, mesmo em países tecnologicamente mais evoluídos do que Portugal.

Da dependência à subserviência

A dependência externa tem graves implicações na segurança de abastecimento e na balança de transacções correntes, pelo que é muito importante diversificar as fontes de energia e os seus fornecedores, maximizar a participação nacional e promover a exportação de tecnologia. Também neste aspecto a energia nuclear levanta questões delicadas, porque, embora constitua um factor de diversificação, agrava substancialmente a dependência tecnológica do país no sector energético. Mesmo no que se refere à tão falada utilização do urânio português, fico perplexo ao verificar que no PEN (versão 82) apenas se consideraram reactores que utilizam urânio enriquecido (operação realizável num número muito limitado de países), embora existam reactores cujo combustível é o urânio natural (reactores CANDU). Ora o mercado tecnológico em geral, e em especial o nuclear, é fortemente monopolista, sendo pequena a margem de negociação do país importador. Um exemplo muito interessante, não pelo montante envolvido, mas por caracterizar certos aspectos do funcionamento da «cooperação tecnológica internacional», é o projecto de cooperação entre a Direcção Geral de Energia e uma instituição francesa para construir uma pequena central fotovoltaica experimental no Algarve. Faz parte do projecto a aquisição e tratamento sistemático de dados, com vista a caracterizar o funcionamento da central. O grupo de investigação, de que faço parte, foi contactado para colaborar no acompanhamento do projecto. Perante a situação propusemos tomar a nosso cargo a concepção de aparelhagem de medida. Tanto quanto sei, o assunto ainda não está resolvido.

Todavia, constou-nos que os franceses, tendo a seu tempo feito uma proposta para a venda dos aparelhos de medida, ao saberem do interesse duma instituição portuguesa em produzir material, resolveram torná-lo gratuitamente. A confirmar esta oferta, trata-se, na minha opinião, dum presente envenenado, porque na prática evita o desenvolvimento em Portugal duma tecnologia potencialmente exportável, nomeadamente para África.

Para terminar, refira-se que também no que diz respeito à dependência externa seria desejável o rápido desenvolvimento da conservação de energia, do sector hidroeléctrico e das outras energias renováveis.

A participação das populações e a defesa do meio ambiente

Afirma-se no relatório síntese do PEN (versão 82) que a metodologia utilizada «foi aplicada de forma amplamente participada». A verdade é que as coisas passaram de forma bem diversa. Com esse objectivo deveria, a meu ver, ter sido criada uma comissão representativa dos diversos sectores da sociedade portuguesa, incluindo, para além dos representantes do governo, representantes dos partidos políticos, organismos de investigação, regiões, autarquias locais, sindicatos e organizações patronais, que, em estreita ligação com os técnicos encarregados do plano, procurasse soluções satisfatórias, utilizando um processo de aproximações sucessivas. E não se argumente que não é viável trabalhar nestes moldes, pois, na Noruega, por exemplo, foi ensaiado um processo deste género com resultados muito positivos.

Nesté capítulo, a preservação do meio ambiente é um ponto

Continua na pág. 2.

Torres Campos

Continuação da pág. 11

sempre tido em consideração quando se trata de decidir investimentos tão vultosos como o que a produção de energia necessita.

Uma preocupação a reter: logo que se anuncia a hipótese de construir uma central a carvão num dado local, levanta-se um coro de protestos que encontram um eco considerável. É certo que uma central eléctrica, como uma fábrica ou como uma cidade, provoca sempre alguma alteração no ambiente; só que essa alteração não tem necessariamente que ser negativa. Existem centrais a carvão em que a poluição é praticamente inexistente e a título de exemplo, pode afirmar-se que, no que respeita à emissão de enxofre para a atmosfera, a central de carvão será com certeza muito melhor do que as actuais centrais a fuel-óleo. O que parece indispensável é o lançamento de uma adequada campanha de esclarecimento para que as pessoas e entidades mais directamente interessadas adquiram uma melhor informação.

Uma coisa é certa: se queremos mais energia, e tal é uma exigência do progresso material, teremos de ter mais centrais; as energias renováveis, para além das hidroeléctricas que não são suficientes, ainda vêm longe; é possível protelar por bastante tempo o recurso ao nuclear; o gás natural é muito caro e o petróleo escasseia e é incerto. Não vejo outro recurso senão o carvão, não só para a produção de energia eléctrica mas também para utilizações em unidades industriais, em substituição do fuel-óleo.

*Ex-secretário de Estado da Indústria

Proovado...

activo. Agarram-se os defensores do nuclear ao facto de que os níveis da radiação difundida são muito baixos e que as medições da radioactividade das águas do rio atrás referido, não são alarmantes!

Na realidade não o são (quando não se registam avarias; e estas são mais frequentes do que aqueles afirmam) porém parecem esquecer o fenómeno de acumulação desses isótopos radioactivos nos organismos vivos.

Os animais pequenos fixam no seu organismo principalmente o perigoso I131 e ao serem comidos por outros maiores vão «fornecer-lhes» essa substância destruidora de ADN (código genético das células). Estes animais vão depois alimentar outros predadores e através desta cadeia alimentar chega-nos ao prato numa bela truta ou noutro peixe qualquer um cancerígeno recheio de Iodo 131.

Passemos por alto (sob pena de repetirmos o que toda a gente já sabe, ou devia saber!) as situações dramáticas de avarias como a da central americana de Three Mile Island em que além da evacuação das populações aterrorizadas dos arredores, o Senado americano para evitar a falência da empresa proprietária atribuiu uma contribuição para suportar os prejuízos do acidente

que ascendem ao dobro do custo da central (dois mil milhões de dólares). Quem faria em Portugal o seguro, não só das centrais como das vidas e propriedades que poderiam ser atingidas em caso de mau funcionamento ou avaria grave? E quanto custa uma vida humana? Porque será que os técnicos que são favoráveis à instalação de centrais nucleares em Portugal aconselham locais com reduzida população ou sem valor turístico?

E que fazer dos resíduos altamente radioactivos que se mantêm neste estado muitos milhares de anos?

Recordamos aqui o protesto que levámos a cabo em Setembro de 1983 nos Açores aquando dos previsíveis despejos de resíduos, nesse mês. Uma delegação de «Os Verdes» deslocou-se àquele arquipélago e entregou no Governo Regional uma mensagem de protesto perante tal crime ecológico e simultaneamente de solidariedade para com a posição firme de repúdio tomada nessa ocasião por aquela autoridade insular. Esta mensagem era apoiada por organizações ecologistas portuguesas e espanholas.

Parece-nos que para além das críticas que «Os Verdes» têm feito na Assembleia da República e do NAO bem claro que ali irão dar à opção nuclear

aquando da discussão do PEN, é importante que aqui fique a nossa proposta de alternativa ao gigantismo imposto pelos nuclearistas.

Propomos pois a curto prazo uma poupança energética em combustíveis substituindo o fuel e outros combustíveis líquidos nas indústrias onde tal seja possível. Uma poupança energética nos locais de trabalho, habitação e estabelecimentos de ensino, obrigando as empresas de construção a edificar com normas técnicas e materiais, utilizando por ex. a cortiça, que propiciaria um bom isolamento térmico e acústico desses locais.

Instalação de aquecimento central e águas quentes para banhos e lavagens à base de colectores solares ou outros.

Estimular a utilização de tecnologias de reciclagem e aproveitamento dos lixos e biomassa, a nível municipal, industrial e agrícola.

Fomentar o transporte público, de preferência eléctrico, e dificultar o trânsito ao transporte privado (com a consequente poupança de combustível) dentro das cidades, criando simultaneamente espaços para lazer e circulação de peões, além de faixas especiais nas estradas e ruas para circulação de bicicletas.

Propomos a médio e longo

prazo a tomada de medidas que propiciem um desenvolvimento harmonioso das diversas regiões portuguesas e que viabilizem a dispersão pelo nosso país da população hoje concentrada (forçadamente) nas grandes urbes, com todos os problemas incluindo os energéticos que daí advêm!

A criação ou activação de vilas e aldeias para além de resolver a maioria dos problemas que hoje afligem o nosso país e tornam infeliz, frustrada e revoltada a sua população, teriam a vantagem de tornar viáveis pequenos e não poluentes sistemas de produção energética mais apropriados a essas novas estruturas urbanas.

Assim, paralelamente ao desaparelhamento dos problemas característicos das grandes cidades, em termos de desgaste humano obteríamos enormes vantagens energéticas, pois outras formas limpas e descentralizadas de produção de energia eléctrica e térmica satisfariam as carências energéticas desses pequenos e médios núcleos urbanos.

Não perdendo de vista este objectivo, vários passos terão que ser dados até lá e fases intermédias terão que ter lugar, em que centrais a carvão (dessulfurizado) a fuel, etc., embora poluentes terão um tempo de utili-

I Colóquio Internacional sobre as Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa

A celebração?

Manuel Ferreira

Em Novembro do corrente ano vai realizar-se em Paris, por iniciativa do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, o I Colóquio Internacional de Estudos Africanos de Expressão Portuguesa. A ideia e a determinação de levar por diante esta empresa é de José Augusto França, presidente daquele centro.

A este respeito sublinham-se duas coisas a de que as literaturas africanas não nasceram depois do 25 de Abril: e de que o ensino daquelas literaturas só pôde ser iniciado depois da queda do fascismo.

Ainda ninguém se teria esquecido das dificuldades tremendas que se deparavam a todos os que desejavam abordar a obra ou o autor africano numa perspectiva anticolonialista ou apenas numa perspectiva realista e objectiva. Foi por isso que se tornou num acontecimento para o nosso meio intelectual e universitário a criação do ensino das literaturas africanas em Portugal. Fazendo-se eco desse evento o *Diário de Lisboa*, em Dezembro 74, em caixa alta a duas páginas, em sinal de respeito, afirmava: OS ESCRITORES AFRICANOS JÁ ENTRARAM NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA. E o texto era ilustrado com a fotografia de autores, como Castro Soromenho, Agostinho Neto, Luandino Vieira.

Rapidamente foi a vez da Faculdade de Letras do Porto, mercê da iniciativa de Oscar Lopes, e não levou muito tempo que chegasse a Coimbra por decisão cur-

ricular oficial. E de alguns anos já a esta parte, com o apoio da Faculdade de Letras de Lisboa, são parte inteira nos estudos superiores de letras no Funchal e em Faro.

Por motivos de ordem histórica e operacional, o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa só em 1975 foi introduzido a nível do secundário e do universitário em África ou, seja, um ano depois de ter sido instituído em Portugal. Mas é da mais elementar justiça sublinhar que já em 1967 Alexandre Pinheiro Torres — de quem nunca é de mais pôr em evidência a importância da sua actividade crítica e ensaística nesta área — esteve na origem da criação da cadeira de literaturas africanas de expressão portuguesa, de natureza opcional, na Universidade de Cardiff, onde é professor na secção dos estudos portugueses.

De resto, por motivos editoriais, por razões de censura, policiamento, confusão natural ou fomentada por quem metia no mesmo saco a literatura colonial e as literaturas africanas, tal como se metessem no mesmo boral sapos e santolas — o seu ensino no estrangeiro também fora suficientemente bloqueado. Só a independência nacional, em África, e o 25 de Abril em Portugal, permitiram a livre circulação de obras, ideias, autores, jornais e revistas, e com essa invasão produtiva puderam então ganhar uma real expressão no interior das universidades estrangeiras, sobretudo naquelas onde existiam departa-

mentos ou secções de português. O seu ensino faz-se hoje, com mais ou menos eficiência, mas sempre com muito entusiasmo e clara apetência por parte dos receptores.

Dai terem surgido críticos, analistas, historiadores, antologiadores, dicionaristas, lexicógrafos, enfim, uma já razoável comunidade de estudiosos, alguns deles alçados à categoria de especialistas. E gente de fala portuguesa, inglesa, francesa, russa, checoslovaca, italiana, chinesa, alemã, japonesa, búlgara, que ensina ou investiga ou escreve em jornais e revistas comentando e divulgando as literaturas africanas. Ao lado, e simultaneamente, a funcionar em Lisboa o mestrado de Literatura brasileira e literaturas africanas de expressão portuguesa. E já se defendem teses de mestrado ou doutoramento em Portugal, no Brasil, na França, na RFA, URSS, etc., ao tempo que estudiosos das mais diversas origens acorrem ao nosso país onde encontram apoio para a consumação dos seus objectivos, normalmente com bolsas atribuídas pela Fundação Calouste Gulbenkian ou pelo ICAP — Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. E mais. Todos os anos dezenas de estrangeiros dos que frequentam o Curso para Estrangeiros na Faculdade de Letras de Lisboa ou o Curso de Férias regressam aos seus países depois de terem frequentado, optativamente, um seminário de literaturas africanas.

Eis por que este Encontro de Paris, em Novembro próximo,

promovido pelo Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian e com os apoios, também, neste momento já assegurados, do ICAP e, por certo, da UNESCO, vêm coroar um longo trabalho de ensino, investigação, divulgação, cuja certidão de nascimento não lhe foi passada pelo 25 de Abril, outro tanto se aplicando a essas literaturas, embora a independência nacional lhes tenha conferido as disponibilidades necessárias para alcançarem a sua verdadeira dimensão. Com efeito, há todo um longo e aturado trabalho de acumulação beneditina na travessia do longo, espesso túnel do colonial-fascismo. O tempo em que cada um lendo uma página, uma linha de um autor africano; organizando uma ficha literária; publicando ou procurando publicar num jornal um determinado artigo; escrevendo uma simples carta a um escritor africano para Angola, ou Moçambique ou Cabo Verde, ou Paris, ou Estados Unidos, ou Moscovo, ou Argel, ou mesmo ali para uma terreola qualquer da pátria lusitana — a sua liberdade corria risco.

Na verdade este Colóquio não vem por acaso. Nem a destempo. Rigorosamente vem na altura própria, e toca-nos, por igual, a todos: portugueses, africanos e outros. Precisamente após dez anos do seu ensino em livre e produtiva discussão é oportuna a confluência de saberes, experiências, posicionamentos. E inclusive ver onde chegámos e por onde e até onde podemos (ou de-

vemos) caminhar.

Bem, as coisas vão passar-se em Paris e não em Lisboa. Em França e não em Portugal. Talvez não se perca nada com isso. Talvez se ganhe alguma coisa com isso. As literaturas africanas de expressão portuguesa têm ainda um pouco de mistério para muitos universitários franceses, obviamente, mais virados para as literaturas africanas de expressão francesa. Seja, pois, em França onde cresce o número de pessoas receptivas à problemática cultural e literária desta área.

Está, portanto, de parabéns, José Augusto França, aliás um autor do tempo colonial, mas cujo excelente romance *Natureza morta* (recentemente criticado na *COLÓQUIO/Letras* por Alberto Carvalho — um nome a reter na nova vaga dos estudos literários africanos), sendo *da e sobre* a época colonial, não é um romance colonial, antes pelo contrário. Está de parabéns o Centro Cultural Português de Paris. Estamos todos nós, portugueses, de parabéns. E dizendo todos nós portugueses poderemos dizer todos aqueles que vêm dando a sua contribuição para a investigação na área das literaturas africanas de expressão portuguesa ou literaturas africanas de língua portuguesa, como os nossos amigos moçambicanos preferem. Celebrem-se, pois, as Literaturas africanas, em Paris, na esperança de que a próxima vez possa ser em Lisboa ou, preferivelmente, num dos cinco países africanos.

Presente sem futuro simples

Uma garrafa voará desde o outro lado do café e virá estilhaçar-se PLASH! contra o espelho. As pessoas levantar-se-ão, ou para se proteger ou para ver melhor. Esse lado da selva, os cafés da Baixa, cenas ouvidas a terceiros ou lidas em jornais, serão ainda por algum tempo um fantasma a evitar, para não vir interferir com o primeiro contacto das suas vozes e dos seus olhos — o doce, o único enleio. Terão estado enleados. Assim, a garrafa contra o espelho será só o sinal de passarem ao lado prático da emoção de se conhecerem, serão horas. Ela dará conta de que estará atrasada, terá que ir à Boavista entregar uns desenhos do arquitecto onde trabalha, ele dirá que então ainda será capaz de apanhar o das 15.05 para São Romão.

Descerão a avenida, apressados, até à paragem do 20, em silêncio. Retomar a conversa — mas de que terão estado a falar? Impossível saber-se em que ponto teriam ficado — não fará mais sentido, a emoção de se falarem terá sido brutalmente cortada por aquela garrafa contra o espelho. Voltarão a ver-se, marcarão para dali a dois dias, mas no Jardim da Cordoaria, e ele pedir-lhe-á também o número do telefone para o caso de.

No autocarro e no comboio — apanhados ambos à tangente (como apanhamos tudo o que começa sempre por nos resistir; só a garrafa é ainda mais forte do que eles e eles ainda mais fortes que o espelho da parede) — dominarão esse lado da cena, num presente futuro simples (cada vez mais ou cada vez menos?) violentamente desejado, desdobrarão o filme mudo do rosto do outro, sobre o qual cada um começara a abismar a tarde, o corpo, aquela fome de prazer, o irresistível convite de um desconhecido para uma Coca-Cola naquele café escuro, a fuga ao trabalho (dela) e à província (dele), o desejo de viver.

No Porto, o mês de Maio começará alguns minutos antes das 15 horas do dia 18 de Maio de 1982.

Carlos Leite

CARTÃO RAIL EUROP SENIOR A EUROPA NA MÃO!



A Senhora já tem 60 anos de idade?

E o Senhor, já completou os 65?

Nesse caso, muitos Parabéns.

Porque, agora, basta-lhe adquirir o novo Cartão Dourado para obter o cartão "Rail Europ Senior"...

e partir em viagem por essa Europa fora, a preços muito, muito acessíveis. Basta dizer que o Cartão "RES" abrange 19 países europeus e as suas reduções vão até 50%!

Informe-se já na Estação mais próxima. Aproveite o Cartão "RES" para ter a Europa na sua mão...

...e Boa Viagem!

VIAJE A PREÇOS REDUZIDOS
ADQUIRA JÁ O SEU CARTÃO "RES"



Comboio, a opção inteligente

VIAJE VERDE

Viaje de comboio
nos PERÍODOS VERDES
Viaje a preços reduzidos

Os **períodos verdes** correspondem aos momentos em que o tráfego ferroviário é de menor intensidade.

Isto é, cerca de 2/3 do ano! Viajar de comboio nestas circunstâncias representa, portanto, um acréscimo de tranquilidade, conforto, prazer.

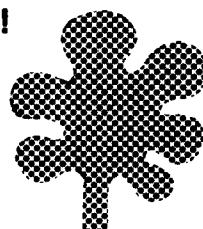
E, significa, também, beneficiar de preços reduzidos muito vantajosos.

Agora, programe as suas viagens de comboio em função dos **períodos verdes**.

Pense verde! Viaje verde!



Comboio, a opção inteligente



CP/Design

Evite o encandeamento.

Vele pela sua segurança
e pela dos outros.



circular é viver.



Veiga Simão anunciou

Três milhões de contos para criar empresas no interior do País

O ministro da Indústria e Energia, informou ontem que «o plano de apoio ao desenvolvimento do interior tem como prioridade a criação de novas empresas e a modernização das existentes que se baseiam em recursos naturais».

Veiga Simão falava no final de uma reunião onde deu a conhecer às associações empresariais regionais as bases do programa de desenvolvimento regional do interior.

Outro aspecto do plano de Desenvolvimento que o ministro da Indústria deu a conhecer a mais de uma dezena de representantes das associações empresariais de Viseu, Guarda, Bragança e Faro foi o apoio que será dado à formação de técnicos para integrarem os quadros dessas empresas.

O representante da Associação Industrial Portuguesa, Pedro Vila Franca, disse à NP que «os contactos entre as associações regionais e os organismos de-

pendentes do Ministério da Indústria e Energia iriam ser institucionalizados».

Pedro Vila Franca sublinhou o papel da AIP «no desenvolvimento do associativismo como vertente regional».

«Para o Plano de Desenvolvimento Regional do interior está prevista a afectação de 3 milhões de contos entre 1984 e 1986», sublinhou ainda aquele director do Departamento Associativo da AIP.

Um dos industriais presentes na reunião frisou a importância da articulação deste plano com o FEDER (Fundo de Desenvolvimento Regional) organismo da CEE que presta auxílio às regiões desfavorecidas.

O representante da Associação dos Industriais de Bragança salientou que durante este encontro foram desbloqueados cinco projectos para o distrito, que incidem nas áreas da energia e das águas minero-medicinais.

Comissão luso-moçambicana discute segurança de Cahora Bassa

Delegações de Portugal e Moçambique reuniram-se ontem, de manhã e de tarde, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, a fim de debater aspectos técnicos da Hidro-eléctrica Cahora Bassa.

O secretário de Estado português do Tesouro, António de Almeida, e o ministro moçambicano da Indústria e Energia, António Branco, presidem às duas delegações, cujos trabalhos terminam hoje.

A protecção das linhas condutores da energia de Cahora Bassa e a eventual construção de uma segunda central, na margem Norte do rio Zambeze, são os dois pontos básicos em discussão — disseram à ANOP participantes na reunião.

Mota Pinto vai inaugurar a Agro-Barroso-84

A Agro-Barros/84, iniciativa conjunta das Câmaras Municipais de Boticas e Montalegre, será inaugurada a 12 de Agosto em Boticas com a presença do vice-primeiro-ministro — foi ontem anunciado em conferência de imprensa.

Os presidentes das duas autarquias anunciaram, ainda, que na abertura do certame estarão também os ministros da Agricultura, do Trabalho e do Equipamento Social.

Do programa da Agro-Barroso, que termina em 19 de Agosto, destaca-se a realização de quatro «chegas» ou lutas de bois, prática característica da região transmontana.

Um conjunto de colóquios sobre emigração, educação de adultos, desenvolvimento integrado de Trás-os-Montes, cooperativismo e produção pecuária, fazem ainda parte do programa do certame.

A Agro-Barroso, que se realiza há quatro anos, alternadamente em Boticas e Montalegre, decorre de um protocolo entre as autarquias das duas localidades que termina este ano.

Pelas Comissões de Trabalhadores

Viabilização da construção naval proposta ao Presidente da República

O Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval entregou ontem na Presidência da República documentação sobre a situação no sector, incluindo uma petição para que o Parlamento «se debruce sobre esta área estratégica da economia».

Segundo um porta-voz da coordenadora, a petição, com 5071 assinaturas e dirigida ao presidente da Assembleia da República, já entregue, quinta-feira, no Parlamento e depois de confiada à Presidência da República, será agora entregue ao Primeiro-Ministro logo que ele conceda a audiência já solicitada.

A petição considera que o documento «A Indústria Naval em Portugal — Contribuições para a sua Viabilização» (elaborado por um grupo «ad-hoc» de técnicos ligados ao sector) é feito numa perspectiva integrada que tem em conta a necessidade de resolução dos problemas no sector de transportes marítimos e das pescas.

A crescenta que aquele documento «põe em causa a política de despedimentos do Governo» ao considerar pre-

citadas quaisquer medidas pontuais, aponta para o reequipamento das frotas de comércio e pescas, que garanta a plena ocupação dos estaleiros nos próximos anos e propõe a celebração de contratos de transporte entre armadores e utilizadores.

Um porta-voz da coordenadora disse que cerca de duas centenas e meia de técnicos da indústria naval e sectores afins, assim como plenários de empresa e reuniões de órgãos representativos manifestaram a sua concordância com aquele estudo de 60 páginas em cuja elaboração participaram Costa Leal, António Catita, Carlos Pimpão, Hugo de Jesus, João Abel de Freitas, José Santos Almeida e Miguel Moisés.

O apoio de especialistas

A professora Manuela Silva, antiga secretária de Estado do Planeamento e actual presidente da Associação Portuguesa de Economistas foi uma das personalidades consultada acerca deste estudo da Coordenadora de Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval e o seu depoimento foi

também entregue ao Presidente da República junto com os dos profs. Mário Murteira, Martins Pereira, Pereira de Moura, Ferreira do Amaral e Martins Barata e do dr. Silva Lopes.

Considera a prof. Manuela Silva:

«Do estudo colecivo encaixado pelo dr. Costa Leal parece ressaltar clara a conclusão de que a crise a nível mundial da indústria dos transportes marítimos e a situação económico-financeira não constituem razão para deixar morrer a construção naval em Portugal. Pelo contrário, existem, em Portugal, condições objectivas de oferta e de procura que permitem criar um quadro de viabilização da indústria de construção naval, superados que sejam alguns estrangulamentos, nomeadamente de ordem financeira, e definido um planeamento a médio prazo que equacione conjuntamente necessidades de renovação e ampliação da frota de navios mercantes com uma carteira de encomendas ao sector da construção naval.»

«O problema com que se debate este sector não é quali-

tativamente diferente do problema mais geral da orientação de fundos da política económica.»

«É indispensável e urgente que se ponha termo ao tipo de política económica que tem sido seguida e que se traduz na desvalorização relativa dos recursos nacionais com consequente impacto negativo num nível de desenvolvimento já precário.»

«A proposta que o GT que produz o relatório 'A Indústria Naval em Portugal — Contributo para a sua Viabilização' é um exemplo paradigmático de que existem soluções para sair da crise. Soluções que não adjectivo de alternativas, porquanto o caminho que está a ser trilhado pelo Governo não constitui solução para a crise, antes concorrendo para o seu agravamento.»

«O processo de esclarecimento e de luta encetado pelo sector da construção naval merece ser apoiado, já que ele poderá também constituir um teste à viabilização de um regime democrático que dê expressão e representatividade efectivas aos interesses e aspirações da população.»

Queixam-se os construtores civis

Lançamento de novas obras públicas baixou 67 por cento num ano

De acordo com o boletim de informação económica, da AECOPS, «Conjuntura/Construção», ontem distribuído, à Comunicação Social, durante o primeiro trimestre do corrente ano confirmaram-se inteiramente as perspectivas pessimistas que o ano de 1983 deixava antever para o sector da construção e obras públicas.

Todos os indicadores disponíveis revelam tendência negativa (exceptuando os índices de custos) o que reflecte a inexistência de uma política integrada dirigida ao sector e os fracos resultados de uma política integrada ao sector e os fracos resultados das poucas medi-

das isoladas versando sobre aspectos pontuais — diz o boletim da Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul.

A situação global do sector caracteriza-se por um clima fortemente recessivo que no subsector das obras públicas assume, mesmo, contornos de preocupante gravidade. O lançamento de novas obras no primeiro trimestre deste ano situou-se 67,7 por cento abaixo do valor de adjudicações no período homólogo de 1983.

Garante aquela Associação Patronal que, globalmente, a capacidade de produção das em-

presas do sector está a ser drasticamente subaproveitada, ao mesmo tempo que se debatem com o espectro da falta de encomendas a curto prazo. Em Março as empresas utilizavam apenas, em média, 60,5 por cento da sua capacidade produtiva, tendo um tempo de laboração assegurado de somente 6,8 meses — conclui a informação.

Ainda a Lei das Rendas

A AECOPS voltou, ontem ainda, a tomar posição sobre o adiamento da entrada em vigor da lei do arrendamento urbano considerando que, «de modo nenhum se compreende que o Governo

não tenha atribuído carácter de urgência à proposta de lei do regime de rendas habitacionais que apresentou na Assembleia da República nem utilize agora o direito de solicitar uma autorização legislativa para aprovar este diploma, tanto mais que essa faculdade tem sido frequentemente usada para questões menos importantes e manifestamente menos urgentes».

A única explicação possível — diz a AECOPS — para esta atitude, reside no facto de o Governo não querer assumir a responsabilidade política decorrente desta medida, esquivando-se elevados custos sociais do seu adiamento.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Federação de Municípios do Ribatejo, Santarém, a que se refere o processo 1/968, arquivo 7037, para o estabelecimento na freguesia de Vila Moreira, concelho de Alcanena, de uma linha aérea a 30 Kv com 31 metros, do poste n.º 1, da linha para o P.T. ACN n.º 26 C de Emídio Gonçalves Martins & Filhos, Lda. ao P.T. ACN n.º 7 C de José Cardoso Mateus, Lda., em Feneões.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 6 de Julho de 1984

O ENGENHEIRO DIRECTOR
Júlio Carlos Odebrecht Larcher Nunes



PASSE SOCIAL

Uma mão cheia de **VANTAGENS**
Uma mão cheia de **TRANSPORTES**

A venda nas bilheteiras da CP

O Passe Social representa inúmeras vantagens para o seu titular. É uma das mais importantes, sem dúvida, a sua validade para os mais variados meios de transporte — o comboio, o eléctrico, o autocarro, o metropolitano, a camioneta, os barcos cacilheiros... Muitos milhares de portugueses conhecem-no já. Por isso, não perca tempo. Compre, a tempo e horas, o seu Passe Social.

A venda nas bilheteiras da CP.
Linhas de Cascais, Sintra,
Azambuja e Barreiro.

CP Caminhos de Ferro
Portugueses

DESPORTO

ponta esquerda

Futebolista escolhe bicicleta como veículo nupcial

O jogador de futebol Vieira Dias e a noiva utilizaram, como veículo nupcial, uma bicicleta para duas pessoas com a qual percorreram, após a cerimónia de casamento, as principais artérias do Barreiro.

Seguidos por extenso cortejo automóvel, os jovens nubentes, dando ambos ao pedal, despertaram (pelo ineditismo do meio de transporte que utilizaram após o casamento) a maior curiosidade, os sorrisos e também aplausos das pessoas queos viram passar, sorridentes e felizes. Não foi possível saber, contudo, qual o motivo determinante da escolha: se uma contribuição para a luta contra a poluição que aflige o Barreiro, se o preço da gasolina, se propaganda ao ciclismo, muito embora Vieira Dias seja futebolista da equipa da Quimigal, se, apenas, uma maneira original de assinalar o casamento.

Clubes votam desconfiança à Federação de Hóquei

Há um total desinteresse da Federação Portuguesa de Patinagem no apelo aos clubes, os quais servem para se lá ir buscar dinheiro e jogadores para as selecções nacionais. As camadas jovens não tem qualquer apelo e os seus dirigentes, por cansaço ou por desinteresse, estão a prestar um mau serviço à modalidade, chegando-se a uma situação verdadeiramente indesejável. Estas as considerações do dr. João Rodrigues, porta-voz do movimento dos clubes que após concorrida reunião havida na sede do Paço de Arcos concluíram atribuir um voto de desconfiança contra a Federação Portuguesa de Patinagem. A situação parece realmente de certa degradação, já que também foi requerida uma sindicância à direcção da associação lisboeta por não prestar contas desde 1981. Ficou agendada uma assembleia geral para o dia 10 de Agosto na qual serão tomadas as adequadas medidas de que a modalidade parece carecer.

"Parceiro" de Goethals contratado pelo Ajax

O internacional belga Walter Meeuws, recentemente suspenso do futebol do seu país pela sua implicação num caso de suborno, assinou contrato com o Ajax da primeira divisão holandesa.

Meeuws, que foi contratado pelo Ajax (de Amesterdão) por três anos, não poderá, contudo, alinhar pela sua nova equipa até Janeiro, em virtude do castigo imposto pela federação belga de futebol. Meeuws, 33 anos, defesa, foi um dos oito futebolistas do Standard de Liege envolvidos no escândalo de suborno. O jogador foi punido inicialmente com um ano de suspensão em Abril passado, mas a Federação decidiu reduzir-lhe o castigo em três meses. A estreia de Meeuws ao serviço do Ajax está prevista para o início de Janeiro de 1985.

Keegan treinador na Malásia

O ex-internacional inglês Kevin Keegan aceitou treinar a selecção «B» de futebol da Malásia durante um mês, a partir de 15 de Agosto. Keegan, além de treinar os «Tigres», jogará por eles num torneio internacional a disputar entre 21 de Agosto e 9 de Setembro. O negócio rende ao futebolista retirado o equivalente a dez mil contos.

Alberto Bastos Lopes ingressa no Belenenses

O Belenenses não pára de reforçar o seu plantel futebolístico. A última aquisição, com vinculação contratual prevista para hoje, foi a de Alberto Bastos Lopes que termina o seu contrato com o Benfica, no qual não conseguiu singrar mau-grado a sua reconhecida craveira técnica bem patenteada quando esteve (por empréstimo) ao serviço do Estoril Praia. Mário Rosa Freire e José da Silva estão a apostar forte no regresso do clube ao escalão maior do nosso futebol e certamente com objectivos situados para além da desejada manutenção no sector primeiro do «associação» cá do burgo. Jimmy Melia

nense, a disputar no Estádio de São Luís, em Faro.

O encontro, que está marcado para as 21.30 h, servirá para testar as capacidades do novo plantel da turma de Faro.

O plantel do Farense é o seguinte: Guarda-Redes: Amaral (ex-Porto), Peres e Laurence (ex-Fulham, de Inglaterra); defesas: Bio, Leonardo, Quim Manuel (ex-Marítimo), Quaresma (ex-Belenenses), Buckovac, Morgado, José Luís e Andrade (ex-Alcobaca); médios: Mário Wilson, Nelson Borges, Rogério Valério, Fernando Martins (ex-Portimonense) e Carraça (ex-Belenenses); avançados: Fernando Cruz (ex-

de forma a que a equipa seja mais ambiciosa e permita mais facilmente atingir altos objectivos. Para o antigo preparador físico da equipa do FC Porto, não prometemos a subida, porque cada vez se torna mais difícil essa meta na Zona Norte da II Divisão.

Chaves, Espinho, Tirsense, Paços de Ferreira e Gil Vicente serão adversários que «justificam credibilidade como aspirantes à 1.ª divisão», referiu.

O plantel leixonense para a próxima época será constituído pelos seguintes jogadores: guarda-redes: Nunes (ex-Boavista), Castro (ex-Marco) e Madureira. Defesas: João Paulo (ex-Beira-Mar), Alfredo Murça (ex-V. de Guimarães), Nelinho (ex-Boavista), Licínio I, Paulo Henrique e os ex-juniões Xico e Licínio II. Médios: Eliseu (ex-Sanjoanense), Henrique, Tony, Ramos, Freitas, Tozé (ex-júnior) e Filipe (ex-juvenil). Avançados: Cavungi (ex-Alcobaca), Delgado (ex-Covilhã), Albertino (ex-Sanjoanense), Rui Neves (ex-Beira-Mar), Quim e Jacques (ex-júnior).

O professor Fernando Duarte confia na aquisição de mais dois avançados, podendo ser um deles inglês.

Os jogadores que saíram foram: Phil Walker (Boavista), os guarda-redes Rodrigues (Peniche) e Figueiras (Caldas), Campos, Carvalho e Alfredo (Caldas), Rui Lopes (Rio Ave), Fernando Jorge (Vizela), Dias e Paulo Vilaça (Varzim), Peter (Chaves), Berto (Gil Vicente), José Fernandes (Espinho), Pinto Vieira (Paços de Ferreira) e Maheiro (Sanjoanense).

Após 15 dias de preparação, o Leixões tem apazados jogos com o Salgueiros (15 de Agosto) e com o Penafiel (18 de Agosto).

Olhanense: novo estádio

O antigo Estádio Padinha, em Olhão, cenário de muitas tardes de glória para o clube local, vai ser substituído pelo novo Estádio José Arcanjo, dotado de um campo relvado e de uma pista de atletismo.

Segundo um dirigente do Olhanense, o novo estádio irá ser inaugurado no início da temporada futebolística de 1984-85 para satisfação dos sócios da colectividade, que terão maior conforto e jogos de melhor qualidade do que no antigo pelado do «Padinha».

Entretanto, a equipa de futebol do Olhanense, sob o comando técnico de Mário Lino, está já em ritmo adiantado de preparação para a nova época futebolística, sendo de registar a contratação de novos jogadores.

Entre os novos recrutas destacam-se os três ex-internacionais juniores do Sporting Eugénio, Ferrinho e Vitor Santos, emprestados pelo «grémio» de Alvalade.

Continua na pág 17

FC Porto: delegação em Lisboa

A nova delegação do FC Porto em Lisboa foi inaugurada com a presença de Alexandre Magalhães, vice-presidente da direcção do clube nortenho. A delegação, situada no centro de Lisboa (Avenida Dr. António José de Almeida, 7, 1.º Esq.), terá um carácter provisório, dado possuir instalações exíguas para o grande número de sócios que aquele clube possui na

capital.

A anterior delegação, que ocupava um andar de um prédio do ex-presidente Pinto de Magalhães, foi desocupada porque os herdeiros pretendem a demolição do imóvel. Uma das salas da

delegação provisória terá o nome de Pinto de Magalhães: em «homenagem a um grande nome do clube das Antas».



No último fim-de-semana realizou-se no Hotel Estrelícia, do Funchal, o III Torneio Internacional de Ténis com a participação de nomes cimeiros da modalidade a nível nacional e internacional, tendo triunfado Peter Bastiansen que derrotou na final o belga David Hans por 6-3 e 6-4. O bicampeão nacional Pedro Cordeiro não foi além da terceira posição. Na imagem, o vencedor.

MICROSEPIÓ

Benfica dispensa hoquista

Contando com três candidatos à camisola número um do hóquei em patins, o Benfica resolveu dispensar o jovem e prometedor António Fernandes. Ao que se constata, a decisão dos dirigentes benfiquistas ficará a dever-se mais a razões de ordem disciplinar do que às qualidades técnicas do hoquista. Refira-se que Torcato Ferreira dispôs do seguinte elenco para a próxima temporada: guarda-redes: Paulo Fernandes, Parreira e Vítor Silva; defesas-médios: Hernâni, Rodrigues e Cosme; avançados: Rocha, Rui Baptista, Garrido, José Virgílio e Leste (estes últimos acabam de regressar de Itália).

Aikido em Sintra

Organizado pelo Instituto Georges Stobbaerts (Escola de Arte e Movimento) vai realizar-se no próximo dia 7 de Agosto, nas instalações do Dojo Ten-Chi, na Várzea de Sintra, uma demonstração de Aikido. A sessão de demonstração decorre por ocasião do 7.º Estágio Internacional de Aikido e será antecedida de uma recepção (15 horas) no Palácio de Valenças em Sintra. Gratos pelo amável convite que nos endereçaram.

Novos Dirigentes da Associação de Patinagem

A Associação de Patinagem de Lisboa tem novos dirigentes. Os diferentes órgãos são presididos por dr. João Aguiar Trindade Nave (Assembleia Geral), Luís Manuel Lopes de Almeida (Direcção), Miguel J.F.E. da Silva Pessanha (Conselho Fiscal), Vítor Manuel Pereira (Conselho Técnico), dr. Adelino H. Carvalho (Conselho Jurisdicional) e Fernando Rodrigues Oliveira (Conselho Distrital de Arbitros).

Andebol: curso de treinadores

Dirigido pelo professor Carlos Lisboa, a Associação de Andebol de Lisboa vai organizar um curso de treinadores (3.º grau-região Sul) da modalidade, tendo-se inscrito apenas treze candidatos. O curso decorrerá entre 31 de Agosto e 8 de Setembro no Centro de Estágio dos Desportistas, na Cruz Quebrada.

I Troféu Asa Delta na serra de Montejunto

Organizado pelo Aero Club de Portugal, Região de Turismo do Oeste, Câmara Municipal de Torres Vedras e Câmara Municipal do Bombaral, vai efectuar-se o I Troféu de Asa Delta Região de Turismo do Oeste no próximo sábado pelas 11 horas, na serra de Montejunto.

Caminhos de Ferro Portugueses Informação

INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

LINHA DE SINTRA

Trabalhos de conservação da catenária

No âmbito das acções regulares de conservação das infra-estruturas da Linha de Sintra, está a CP a proceder a trabalhos na catenária, que decorrerão até 10 de Setembro próximo.

Embora se tenha planificado um esquema destas intervenções técnicas de molde a perturbar o menos possível o tráfego ferroviário naquela zona, a verdade é que somos forçados — por motivos operacionais — a suprimir algumas circulações, nos períodos das 10.00 às 12.00 horas nos dias úteis e das 10 às 12.00 e das 15.00 às 17.00 horas aos sábados e domingos.

Ao mesmo tempo que solicitamos a compreensão dos senhores passageiros — pois os trabalhos em curso destinam-se a garantir a qualidade técnica da circulação — chamamos a atenção do público para a alteração de algumas rotinas na circulação ferroviária naquela área.

Para mais completo esclarecimento solicitamos o contacto com as estações da Linha de Sintra.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 15.º JUÍZO

ANÚNCIO

Proc. 1000

2.ª Secção

Convidam-se todos os credores da sociedade CAPA — COOPERATIVA DOS ARMADORES DE PESCA DO ARRASTO, com sede na Docapesca, em Algés, Lisboa, para comparecerem neste Juízo, instalado no 8.º Piso do Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira, Lisboa, no dia 11 de outubro próximo, pelas 14.30 horas, a fim de ter lugar a reunião de verificação de créditos da dita sociedade para apuramento da situação dos seus negócios e as causas do seu estado de liquidação e de se discutirem e apreciarem os seus débitos.

Os credores que não figurem na relação apresentada, pela referida sociedade, junta aos autos podem reclamar no processo os seus créditos até dez dias antes daquele designado para a reunião, e qualquer credor nos cinco dias seguintes, pode impugnar créditos e denunciar actos culposos ou fraudulentos da devedora.

Lisboa, 12 de Julho de 1984
O Juiz de Direito,
a) Manuel Luís de Sá Ferreira

O Escrivão Adjunto,
a) Luís M. Rocha Cândido

«D.L.» — 31/7/84 — 2.ª Pub.

DESPORTO

Assim vai o futebol

Continuação da pág. 16

O plantel do clube para a temporada que se avizinha é o seguinte: guarda-redes: Guimarães, Barão (ex-Portimonense), e Sérgio (ex-júnior); defesas: Eugénio, Ferrinho (ambos ex-Sporting), João Pereira, Lima, Herculano, Valdo e Araújo; médios: Carlos Alberto (ex-Portimonense), Carlos Reis, Augusto, Sérgio e José Armando (ex-Portimonense); avançados: Nelson Moutinho, Oliva e Loulé (ex-júnior).

Dois brasileiros para o União de Coimbra

O União de Coimbra vai gastar 15 mil contos com o futebol na presente época procurando manter-se na 2.ª divisão, disse o presidente do clube, Júlio Ramos.

Júlio Ramos salientou que a permanência no segundo escalão é o principal objectivo, sem descurar, contudo, todas as oportunidades que surjam, ao longo da época, de fazer o melhor possível.

Sublinhou a importância da manutenção da «espinha dorsal» da equipa e do técnico de há três anos a esta parte, o que, segundo disse, poderá proporcionar alguns frutos esta época.

No que respeita ao plantel, adiantou que está praticamente completo, apenas faltando um ponta de lança.

Depois de lastimar que Cammegim tenha voltado com a palavra atrás momentos antes de assinar pelo clube e numa altura em que «existia acordo total entre as partes», acrescentou que o departamento de futebol está a envidar esforços no sentido de preencher a lacuna.

Assim, para além dos contactos que os dirigentes unionistas estão a desenvolver no «mercado interno», Júlio Ramos revelou que vão integrar-se nos trabalhos, que começam a 12 de Agosto, dois avançados brasileiros, oriundos de S. Paulo.

Segundo adiantou Júlio Ramos, trata-se dos dianteiros Dumas e Carvalho, que se deslocam a Portugal a expensas de um associado do União radicado no Brasil há alguns anos e, para já, vêm à experiência. Por outro lado, o dirigente unionista tem alguma esperança que o Boavista volte a ceder o guineense Jaime Graça por mais uma época, na sequência de contactos que Júlio Ramos manteve com Valentim Loureiro.

O presidente do União de Coimbra salientou ainda que a actual direcção vai continuar a investir nas camadas mais jovens e nas modalidades amadoras que, em seu entender «têm proporcionado grandes resultados ao clube».

O plantel do União de Coimbra vai continuar a ser comandado por Francisco Andrade e fica constituído da seguinte forma: guarda-redes: Luís Almeida, Arménio, Reis (ex-júnior); Coelho, Vítor Duarte, Álvaro, Orlando, Damião, Cardoso, Arinto (ex-júnior), Redondo (ex-Académico), Pedro, Sardinheiro, Ramon, Freitas, Alexandre (ex-Académico), Henrique (ex-Oliveira do Bairro), Cavaleiro, Carvalho, Juvenal e Paulo Marques (ex-juniões).

A apresentação da equipa está marcada para o próximo dia 25 de Agosto, na Figueira da Foz, contra o Naval.

Árbitro Raul Nazaré no troféu «Ramon Carranza»

O árbitro internacional Raul Nazaré foi designado pelo Conselho Nacional de Arbitragem para dirigir um dos encontros do troféu «Ramon Carranza», a realizar em Madrid na segunda quinzena de Agosto.

Raul Nazaré será auxiliado por dois árbitros portugueses de primeira categoria, ainda a designar.

No torneio, com grandes tradições a nível mundial, participam as equipas do Real Madrid, Liverpool (Inglaterra), Juventus (Itália) e Ajax (Holanda).

O Benfica foi convidado para participar na prova mas declinou o convite, tendo sido substituído pela equipa holandesa.

Taça tem data para sorteio

A Federação Portuguesa de Futebol marcou para o dia 17 de Agosto o sorteio dos campeonatos nacionais das 2.ª e 3.ª divisões bem como da primeira eliminatória da Taça de Portugal. Os sorteios serão públicos e terão lugar no Hotel Fénix, em Lisboa.

Sem pagar multas não há actividade

Por não terem pago as multas que lhe foram aplicadas por ocorrências verificadas nos seus recintos encontram-se impedidos de participar em provas oficiais os seguintes clubes: Associação Desportiva de Poiares, UD Rio Maior, Sintrense, CD Tondela, Canavieiras, Nazarenos, Montijo, Alcobaca, Estoril Praia. Pelas mesmas razões (falta de pagamento de multas) estão impedidos de desempenhar a sua actividade os seguintes técnicos: Faustino (treinador do Marinhais), Chora Barroso e António Matinhos secretários-técnicos respectivamente do Riachense e do Sport Faro e Benfica.

Totobola: doze totalistas

Os serviços do Totobola escrutinaram 12 apostas com 13 resultados certos, cabendo a cada prémio cerca de 530 contos. Com doze resultados certos foram apuradas 335 apostas, correspondendo a cada uma o prémio de 18 contos.

El Salvador vence Porto Rico

A selecção de El Salvador derrotou Porto Rico por 5-0 em confronto das eliminatórias para o Campeonato do Mundo de Futebol no México em 1986, disputado em São Salvador. Ever Hernandez (2), José Maria Rivas, Maurício Alfaro e Medrano, marcaram os tentos da turma salvadorenha. Os três primeiros jogadores integraram a selecção de El Salvador no último mundial-82 em Espanha. O domínio dos salvadorenhos foi mais avassalador durante o primeiro tempo, com o resultado a cifrar-se em 3-0 ao intervalo. Presenciaram o encontro cerca de 40 mil pessoas.

Placard

CARTA DESPORTIVA. A Delegação de Coimbra da Direcção-Geral dos Desportos está a proceder ao levantamento das instalações desportivas existentes em todo o distrito com vista à preparação da carta desportiva nacional. Neste momento foram já efectuados os levantamentos relativos a doze dos dezoito concelhos do distrito de Coimbra, devendo os trabalhos estar concluídos em finais de Setembro próximo.

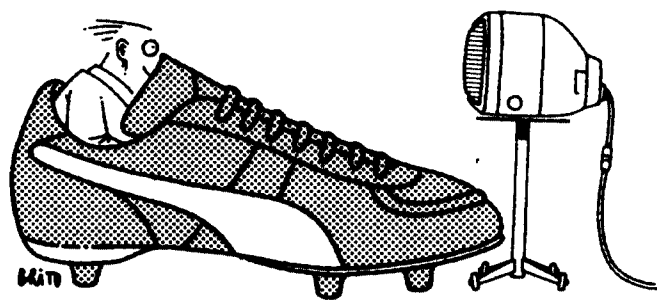
ASA DELTA: O seu a seu dono. Nas recentes provas realizadas em Loures de que foi primeiro classificado João Perestrelo, referimos a participação de João Garção quando deveríamos ter citado João Gonçalves. Aqui fica a devida rectificação com as nossas desculpas.

Teles Roxo assegura:

Transferência de Sousa: caso para tribunal

«Sousa alegou, na carta que recebemos ontem, que não recebeu os vencimentos de Junho e Julho, bem como o prémio referente à eliminação do Aberdeen, para justificar o seu pedido de rescisão, mas a verdade é outra e o jogador valer de prestar contas pelo seu acto, já que é nossa intenção mover-lhe uma acção judicial», disse-nos Teles Roxo, chefe do departamento de futebol do FC Porto.

O mesmo dirigente esclareceu ainda: «O mês de Julho só termina hoje e no mês de Junho o jogador esteve ao serviço da selecção nacional, pelo que a responsabilidade do pagamento será da Federação, que ainda não nos reembolsou da respectiva verba. Quanto ao prémio de eliminação do Aberdeen direi, apenas, que o mesmo não figura no contrato, sendo certo, porém, que estava assente que seria pago até ao final da época, ou seja, até hoje. É o que faremos com os restantes jogadores que intervieram na eliminatória».



Teles Roxo referiu, entretanto, que era intenção do seu clube levar o «caso Sousa» até às últimas consequências: «Já demos conta ao secretário de Estado dos Desportos do que se passou no «Europeu», onde se permitiu que os nossos jogadores fossem contac-

tados a altas horas da madrugada por empresários que propunham chorudos negócios.

Por outro lado, recordo que o Sousa tem em seu poder importâncias que recebeu logo no início do contrato e que se referem a dois anos de compromissos. Os recibos que temos em nosso poder e que atestam isso mesmo são provas irrefutáveis de que a razão está do nosso lado».

O dirigente «azul e branco» disse, também, que as baixas de Sousa e Jaime Pacheco estavam em vias de serem colmatadas, através da contratação de dois excelentes reforços: um inglês e outro espanhol, mas cujos nomes não indicou, já que decorrem ainda as respectivas negociações.



Damas: o regresso de um grande senhor à baliza de Alvalade.

Andebol: Portugal organiza mundial do grupo C

O 20.º Congresso da Federação Internacional de Andebol (que decorreu em San Diego, Califórnia) atribuiu a Portugal a organização do campeonato do mundo do grupo C, em Fevereiro de 1986.

O presidente federativo Eduardo Saraiva realçou o «saldo positivo» para Portugal deste Congresso, realizado à margem dos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Para além do «mundial» em 1986, Portugal recebe a organização do Simpósio Internacional de Arbitragem, que terá lugar em Maio de 1985 e deverá analisar as mudanças no Regulamento Internacional aprovadas pelo Congresso (que incidem essencialmente sobre a arbitragem) e que deverão desencorajar o jogo duro. A estratégia de conjunto dos países latinos (em que se inclui Portugal) também vingou neste Congresso, com a nomeação de um francês e de um italiano para o Conselho da Federação Internacional.

O novo presidente, o austríaco Erwin Lanc (ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país) foi nomeado presidente da Federação por consenso.

O Congresso decidiu ainda criar uma Comissão de Finanças para gerir um fundo de apoio para os campeonatos do Mundo dos grupos B e C e de juniores, que não beneficiam dos apoios publicitários da competição do grupo A.

Foi decidido que o próximo Congresso terá lugar em 1986 no Senegal, e que a «Taça Latina» (que tem sido disputada anualmente) passará a ter lugar de dois em dois anos, imediata-

mente antes dos campeonatos do Mundo de juniores.

Portugal foi também convidado a participar no torneio

«Mare Nostrum», disputado entre seis países do Mediterrâneo, e que será realizado em Dezembro de 1985, no Egipto.

“Gigantes e anões” polémica para cientistas

O desporto de elite tende cada vez mais a descobrir campeões em idades muito precoces, numa ameaça crescente de converter crianças em monstros, que transforma artificialmente em gigantes ou anões.

A denúncia foi feita por médicos alemães federais, a propósito da da próxima olimpíada.

Os países de Leste, na sua maioria ausentes dos Jogos Olímpicos, são, no entanto, os mais visados nas críticas.

Rolf Mocellin, especialista de medicina desportiva da Universidade de Friburgo, afirma que o treino de elite de crianças e jovens pode trazer consequências terríveis para o seu organismo.

Os técnicos da RDA são citados, nesse sentido, como aproveitando os modernos métodos científicos para iniciarem a preparação de crianças a partir dos seis anos de idade, para disputarem as olimpíadas dez a quinze anos mais tarde. Nos indivíduos com idades entre 8 e 10 anos é possível, mediante uma radiografia aos ossos, saber a estatura, peso e envergadura física que terá o futuro atleta, decidindo os técnicos a sua especialidade desportiva futura.

Investigadores da escola superior de cultura corporal de Leipzig (RDA) calculam que uma em cada mil crianças nascem com um coração capaz de suportar violentos exercícios desportivos. É, porém, convergente a constatação dos especialistas desportivos de todo o mundo que um jovem que decida praticar desporto depois da adolescência dificilmente atingirá craveira de vulto.

As acusações incidem também sobre as análises, extremamente dolorosas, da estrutura muscular, conseguidas depois da extracção, com uma agulha, de tecido do corpo do atleta, e sobre a violência de numerosos exercícios.

Armin Kluempner, professor de medicina desportiva da Universidade de Friburgo, assegura que esses exercícios, impossíveis de realizar pela anatomia humana, são inventados por funcionários sem escrúpulos, sem conhecimentos do corpo humano. Os ginastas, iniciados muito jovens na modalidade, são considerados os atletas sujeitos aos treinos mais duros e tensões mais fortes. Wildor Hollmann, da Universidade Desportiva de Colónia, diz que os atletas de elite estão à beira do limite biológico, acabando em poucos anos com as articulações arruinadas e condenadas a sofrer dores nos ossos no resto das suas vidas.

Desportiva

História e vida do Sporting Clube Farense

Da autoria de Luís Vaz da Costa, com responsabilidade editorial da «Algarve em foco», aí temos a «História e vida do Sporting Clube Farense» (1910-82). Um volume que apenas foi possível (garante o autor) pela colaboração recebida de grandes adeptos do símbolo mais popular da capital algarvia: Manuel de Sousa, António Guerreiro da Silva Gago, Joaquim Manuel Bernardo Fernandes, António Gomes Afonso, Jaime Apolinário Simões, José António Gonçalves Júnior, Orlando Miguel Silva e Manuel Santo Júnior.

«História e vida do Sporting Clube Farense» é um trabalho muito bem documentado, rico de pormenores curiosos e perfeitamente bem enquadrado naquilo que deve ser o levantamento histórico de uma grande colectividade. Muitas fotografias, outros tantos marcos do «palmarés» farense, enriquecem esta obra de Luís Vaz da Costa.

VIGO-MINHO

DE 5.ª a SÁBADO 6900\$00
TODAS AS SEMANAS

GERÊS

DE 4.ª a 6.ª FEIRA 9500\$00
TODAS AS SEMANAS

ARRAIAL MINHOTO

SABADO E DOMINGO
4500\$00
VISITANDO O GERÊS

FÉRIAS NO MINHO

DE DOMINGO A 5.ª FEIRA
14 300\$00 TODO INCLUIDO
UM COMPLETO PROGRAMA
DE VISITAS. IDA A TUY.
VIAGEM PELO INTERIOR
DO GERÊS

SEVILHA-ARACENA

DE 6.ª a DOMINGO - 8000\$00
HOTEL D. PACO ***

HOTÉIS DE 1.ª

PULLMANS LUXO

LUSANOVA TURISMO

Av. João XXI, 9-A M. Moniz, 6-A
Tel. 89 43 1189 44 80

DESPORTO

EUA: reis em casa própria

Grave acusação tomba sobre atirador de 1.ª

Fraude no tiro é coisa complicada, mas para o vice-presidente da Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça, houve sabotagem no torneio nacional de apuramento para os Jogos de Los Angeles. Francisco Lacerda Barradas afirmou à NP que os cartuchos utilizados por João Rebelo e José Palhavá Pinto, numa prova em Vilamoura, foram propositalmente falsificados. E explica: **alguém abriu os cartuchos e martelou os chumbos, para que os tiros perdessem precisão. Com chumbos martelados a precisão baixa para sete a oito metros.** Para Francisco Lacerda Barradas, **alguém queria prejudicar o apuramento de alguém para Los Angeles. Quem foi, não sei, desconfio apenas. Ainda tentei junto do presidente da Federação levar o caso para a frente, mas o consultor jurídico disse não haver matéria criminal.** O dirigente português disse ainda suspeitar que José Casquilho Faria tenha sido alvo de idêntico procedimento numa prova em Castelo Branco.

Só depois de Vilamoura, associei um caso ao outro, porque o Casquilho é um atirador de categoria e 173 pontos é marca curta para ele — sublinhou Lacerda Barradas. O vice-presidente da Federação Portuguesa de Tiro com Arma de Caça disse ter descoberto a fraude, juntamente com o pai de João Rebelo. **Estávamos atrás dele e vimos que o tiro foi correcto, só que levou uma direcção diferente. Então, abrimos o cartucho e vimos a sabotagem.**

No ponto de vista de Lacerda Barradas, deslocaram-se a Los Angeles os melhores atiradores portugueses, mas se a sabotagem não tem sido descoberta, talvez outros a esta hora estivessem a competir no Prado Park.

João Rebelo foi o primeiro no torneio de apuramento (com 95,6 por cento) seguindo-se Casquilho Faria (95,0), Palhavá Pinto (94,6) e Armando Marques (medalha de prata em Montreal, com 94,3). Instados a comentar o caso, João Rebelo e Casquilho Faria recusaram dar a sua posição. Apenas segundo afirmou: **sei que chegaram a desconfiar de mim mas, quem me conhece bem sabe que não sou pessoa para isso.**

Ciclismo: recorde mundial

Em velódromo aberto, o ciclista norte-americano Steve Hegg estabeleceu um novo recorde do Mundo nas eliminatórias dos 4000 metros em perseguição individual, nos Jogos Olímpicos, com uma marca de 4.35.57. A velocidade média de Hegg foi de 52,255 quilómetros por hora. O anterior recorde, estabelecido em recinto fechado, era pertença do soviético Viktor Kupovets (com 4.37.687) e fora estabelecido em Moscovo, a 26 de Julho de 1983. A anterior melhor marca mundial ao ar livre era de 4.40.23, estabelecida a 31 de Outubro de 1979, pelo dinamarquês Hans-Henryk Oersted, na Cidade do México.

Futebol: jogadores suspensos

A Federação Internacional de Futebol (FIFA) decidiu suspender quatro jogadores expulsos no jogo Itália-Egipto do torneio olímpico de futebol, em Los Angeles. O Comité Disciplinar da FIFA advertiu ainda toda a equipa de futebol do Egipto por mau comportamento durante o jogo do grupo D, que a Itália venceu, por 1-0.

A FIFA suspendeu o egípcio Mohamed Sedki e o italiano Sebastiano Nela por três encontros internacionais. Aloq El Din Nabil por dois jogos e o terceiro egípcio (Mustafá Ismail) por um jogo.

A FIFA apelou, num comunicado, para que os 16 países presentes no torneio olímpico de futebol **joguem de forma justa e leal.** O encontro Egipto-Itália (do grupo D do torneio) teve diversos momentos de agressão física consecutiva entre os futebolistas, particularmente do sector egípcio.

Quem conquista medalhas

Disputado um total de 17 conjuntos de galardões olímpicos, o quadro de medalhas dos Jogos de Los Angeles é o seguinte:

	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
Estados Unidos	9	6	—	15
Canadá	3	3	—	6
Alemanha Federal	3	1	3	7
China	2	1	1	4
Finlândia	1	—	—	1
Austrália	—	1	4	5
França	—	1	1	2
Suécia	—	1	—	1
Brasil	—	1	—	1
Holanda	—	—	2	2
Inglaterra	—	—	2	2
Noruega	—	—	1	1
Japão	—	—	1	1
Grécia	—	—	1	1
Bélgica	—	—	1	1

Estão distribuídas 51 medalhas, sendo 18 de ouro, 16 de prata e 17 de bronze, porque nos 100 metros livres (femininos) foram atribuídas duas medalhas de ouro e não houve prata.

Cinco finais de natação e quatro de tiro monopolizarão as medalhas de hoje. A halterofilia, com uma única final, completará a distribuição de 30 medalhas na 3.ª jornada dos jogos, a qual proporcionará a presença no pódio de 15 homens e 15 mulheres. A natação, que continua a sua marcha triunfal de recordes mundiais e olímpicos, participará hoje com nove medalhas em provas femininas e seis em masculinas. As finais de natação começam com os 400 metros livres, seguindo-se as finais de 100 metros bruços e estafeta 4x200 metros livres (provas femininas) enquanto que em homens se disputarão as finais de 100 metros livres e 200 bruços. No tiro disputar-se-ão medalhas em carabina de pressão de ar e fosso olímpico (provas femininas) e em alvo móvel e fosso olímpico (masculinas).

O nadador João Santos, apesar de estar apenas a «treinar» para a prova em que tem melhor marca, foi ontem o melhor dos seis portugueses em acção. Os dois atiradores (Casquilho Faria e João Rebelo) e os três pentatlonistas (Roberto Durão, Manuel Barros e Luís Monteiro) tiveram actuações bem discretas. No segundo caio, a desilusão foi maior, até porque tinha sido a equipa de pentatlo moderno que assinara a actuação mais agradável entre os portugueses, no 1.º dia.

João Santos competiu de manhã na piscina McDonald's, e queixou-se da hora a que teve de nadar: «A esta hora é muito duro. Ontem à tarde, estava a andar mais depressa e, se disputasse a prova, faria 57 segundos e poucos décimos». O nadador do Benfica acabou por realizar (nos 100 mariposa) 58,17 sendo 6.º na 4.ª série, o que não chegou para bater o recorde nacional absoluto (57,86) que é seu desde o «Europeu» de Roma em 1983. Mas está optimista para os 200 mariposa, a «sua» prova: «Com este tempo que fiz aos 100, é possível que o recorde caia».

Tiro e pentatlo: queda livre

No segundo dia do «fosso olímpico», os portugueses foram piores que na jornada de abertura, restando esperar que façam hoje melhor, no encerramento da prova. Casquilho Faria desceu oito lugares na geral, para o grupo dos 26.ºs, depois de uma série de 66 pontos (22+24+20), tendo 135. João Rebelo, que continua apoucado com cólicas, fez 64 em 75 possíveis (21+23+20) e tem 131 pontos, tendo passado do grupo dos 30.ºs para o dos 42.ºs.

No pentatlo moderno, à boa exibição em hipismo sucedeu-se uma jornada para esquecer, em esgrima, com um dos portugueses, Luís Monteiro, a ser último no conjunto dos combates contra os outros 51 concorrentes. Ele fora no primeiro dia o melhor português, com um excelente 7.º lugar, mas caiu para 42.º.

O melhor português na esgrima foi Roberto Durão (32.º) e é agora 36.º na geral, ao passo que Manuel Barroso, com um 42.º lugar na prova, está um furo mais abaixo na geral.

Balanço da 2.ª etapa

Três medalhas de ouro e três de prata para os norte-americanos no 2.º dia dos Jogos Olímpicos confirmaram a supremacia do país anfitrião, mas o atleta mais falado em Los Angeles foi o alemão federal Michael Gross. Conquistou uma segunda medalha de ouro com 2.º recorde mundial e por um triz não averbrou 3.ª vitória: teria sido também com uma marca para eclipsar o anterior máximo mundial.

O alemão federal (de 20 anos e 2.01 metros) que nos últimos dias pôs o Mundo inteiro a falar de uma ave não muitas vezes mencionada (o albatroz) pois essa é a sua designação habitual pela Imprensa da RFA, já está a ser «americanizado», pelo menos de nome. Ele, que várias vezes recusou vir para os Estados Unidos estudar e competir por uma Universidade americana (com tudo pago e ainda algum dinheiro) é já chamado pelos norte-americanos de «superpeixe».



Os praticantes de atletismo continuam em «brasa» com os ilustres membros do nosso Comité Olímpico: o eng. Correia da Cunha é quem vai deitando água na fervera.

Treze países já ganharam medalhas: França, Grã-Bretanha, Brasil e Bélgica a estrearem-se ontem.

Portugueses: hoje

Os velejadores portugueses, com tantas tradições nos Jogos Olímpicos, iniciam hoje a sua participação em Los Angeles, assim como José Pedro Monteiro na modalidade de prancha à vela.

Além da modalidade de vela, os pentatlonistas portugueses estão em acção na prova de natação e os atiradores João Rebelo e José Casquilho Faria terminam a sua prova de fosso olímpico.

Antonio Mardel Correia (50 anos), administrador de empresa, e Henrique Anjos (32, Marítimo) voltam a competir nos jogos na classe «Star», depois de um 6.º lugar na estreia olímpica em Munique. Os velejadores portugueses foram protagonistas de um caso insólito, pois o barco que tinham alugado nos Estados Unidos e inicialmente pertencia ao norte-americano Henry Sprague foi reprovado nos exames técnicos. O barco, com o qual Sprague conquistou dois títulos mundiais, tinha a quilha modificada e a comissão técnica «chumbou-o». Mardel Correia (porém) tem amigos na representação austríaca, que trouxera dois barcos. Conseguiu que lhe emprestassem um barco e é nesse que vão participar. **Já estávamos habituados ao outro, mas este está a andar bem — diz Mardel Correia.**

José Pedro Monteiro vai, tal como os velejadores, competir



Pedro Pablo Morales: 53,78 segundos nos 100 metros mariposa o que seria novo recorde olímpico. Dai a instantes, o alemão federal Michael Gross nadaria a distância em 53,06 s batendo o máximo mundial!

na baía de Long Beach em sete regatas e até dia 8 de Agosto, com folgas a 4 e 5. **Conheço a baía e penso alcançar um bom resultado, mas nada de medalhas,** afirma Monteiro, que completou na 6.ª-feira 25 anos.

fosso olímpico e, segundo o dirigente da Federação Portuguesa de Tiro (Francisco Lacerda Barradas), um deles pode ganhar uma medalha. **Vieram a Los Angeles os melhores atiradores portugueses, e tudo pode acontecer.**

Como estamos

Delfim Moreira começou ontem a andar sem muletas, mas o maratonista português manifesta-se desencantado com a sua vida. **Anda uma pessoa quatro anos a preparar-se para os Jogos e quando chega cá logo havia de acontecer uma coisa destas,** — disse o atleta, de 28 anos. Delfim sofreu uma infecção num pé e teve de ser lançado. Ele veio competir no dia 12 de Agosto ao lado de Carlos Lopes e Cidália Caetano na maratona, tem estado inactivo e teme não se encontrar em condições para a exigente e dura prova da maratona. Delfim poderá, após mais alguns dias, começar a treinar com limitações, mas Antonio Leitão já está totalmente recuperado e segue o programa de trabalhos do seu

Hoje na TV

Serão as seguintes as transmissões a efectuar, hoje, pela Radiotelevisão Portuguesa: 15 horas — resumo — canal 1 (diferido); 16 e 30 — natação — canal 1 (diferido); 18 horas — ginástica — canal 1 (directo); 19 horas — ginástica — canal 2 (directo); 19 e 30 — boxe — canal 2 (directo); 21 horas — ciclismo — canal 2 (diferido); 22 e 30 — resumo — canal 1 (directo).

Roberto Durão, Manuel Barroso e Luís Monteiro efectuem (em Coto de Caza, a 150 quilómetros de Los Angeles) a prova de natação, na qual nenhum é especialista. Trata-se de uma prova contra-relógio de 300 metros, feita por eliminatórias, não havendo final. Os pontos são atribuídos em função dos tempos e uma marca de 3,54 minutos equivale a 1000 pontos. **A natação não é o nosso forte, mas vamos ver o que conseguirmos fazer,** afirmou Manuel Abrantes, técnico dos pentatlonistas.

João Rebelo e José Casquilho Faria completam a prova de

técnico, Jorge Ramiro, que se encontra também em Los Angeles.

O atletismo está à porta e é nesta modalidade que se concentra a atenção dos portugueses, em especial por causa do recordista mundial Fernando Mamede, que tem seguido os seus treinos diários e não tem sido importunado pela Imprensa, que, apesar do máximo mundial, não o aponta com favorito à medalha de ouro. **Ainda bem, porque assim posso descansar mais reage Mamede.**

Continua na pág. 19

Calendário para hoje

Calendário de hoje 3.º dia de provas:

Basquetebol (local: the Forum) competição feminina, jogos preliminares no grupo A: Austrália - Estados Unidos (9 h locais, 17 h Lisboa); Jugoslávia - Coreia do Sul (14 e 30, 22 e 30); China - Canadá (20 h, 04 h). Competição masculina, jogos preliminares no grupo B: China - França (10 e 45, 18 e 45); Estados Unidos - Canadá (16 e 15, 00 e 45); Uruguai - Espanha (21 e 45, 5 e 45).

Box (local: Sports Arena) combates preliminares (11 h às 16 h e 18 h às 21 e 30; 19 h e 22 h e 22 h e 5 e 30).

Ciclismo (local: Olympic Velodrome) perseguição individual, quartos de final (10 h e 15 h, 18 h e 23 h).

Futebol (local: Rose Bowl) jogos preliminares no grupo D: Itália - Estados Unidos (Cambridge) às 19 h locais, 03 h de Lisboa) grupo A: Noruega - França (Annapolis) às 19 h (03 h); grupo C: Qatar - China (Stanford) às 19 h (03 h); grupo B: Egipto - Costa Rica às 19 h (03 h).

Ginástica (local: Pauley Pavilion) homens, exercícios obrigatórios (9 e 30-11 e 30 e 15 e

30-17 e 30 em Lisboa); homens, exercícios obrigatórios, finais por equipas (18 e 30-20 e 30 e 02 e 30-04 e 30).

Andebol (local: Cal State Fullerton) jogos preliminares no grupo B: Suécia - Coreia do Sul (11 h locais, 18 h Lisboa); Dinamarca - Espanha (12 e 30, 20 e 30); RFA - Estados Unidos (21 e 30, 05 e 30); grupo A: Jugoslávia - Israel (14 h, 22 h); Suíça - Japão (18 e 30, 02 e 30); Roménia - Argélia (21 e 30, 05 e 30).

Hóquei em campo (local: East Los Angeles College) jogos preliminares homens, grupo A: Austrália - Espanha (8 e 30 locais, 20 e 30 Lisboa); Estados Unidos - RFA (10 e 15, 18 e 15); Índia - Malásia (16 e 15, 00 e 15). Senhoras: Holanda - Nova Zelândia (14 e 30 locais, 22 e 30 Lisboa).

Pentatlo moderno (local: Coto de Caza) natação, 14 h 16 h (22 h-00 h).

Remo (Iago Casitas) competição masculina, fase preliminar: 7 e 30, 10 e 30 (15 e 30, 18 e 30).

Tiro (Prado Park) tiros aos pratos, 9 h, 16 h (17 h, 01 h); alvo móvel, 9 h (17 h, 01 h); espingarda, 9 h, 16 h

(17 h, 01 h).

Natação (piscina McDonalds) 400 estilos senhoras, 8 e 30 (16 e 30); 100 estilos homens, 8 e 30 (16 e 30); 100 costas senhoras, 8 e 30 (16 e 30); 200 costas homens, 8 e 30 (16 e 30); 4X100 estilos senhoras, 8 e 30 (16 e 30); 400 estilos senhoras (final) 16 e 15 (00 e 15); 100 estilos homens (final) 16 e 15 (00 e 15); 100 costas senhoras (final) 16 e 15 (00 e 15); 200 costas homens (final) 16 e 15 (00 e 15); 4X100 estilos senhoras (final) 16 e 15 (00 e 15).

Voleibol (Long Beach Sports Arena) competição masculina, jogos preliminares: Egipto - Canadá (grupo B) 10 h (18 h); Itália - China (grupo B) 12 h (20 h); Brasil - Argentina (grupo A) 18 e 30 (02 h); Estados Unidos - Tunísia (grupo A) 20 e 30 (04 h).

Halterofilia (Loyola Marymount University) plumas (60 quilos) 14 h (22 h).

Luta (Anaheim Convention Center) luta greco-romana: jogos preliminares 48, 52, 62, 74, 90 mais de 100 quilos, 20 e 30 (04 e 30).

Vela (Olympic Yachting Center) primeira prova, 13 e 30, 18 e 30 (21 h, 02 h).

DESPORTO

Gross: o "superpeixe"

Continuação da pág. 18

Mas a representação portuguesa não é só atletismo. Os judocas já treinam na UCLA, as meninas da ginástica rítmica fazem «footing» com os do atletismo, o esgrimista João Marquilha treina com romenos e até Rui Santos (do tiro ao arco), mantém-se em acção.

João Marquilha e o seu técnico Miguel Magalhães treinam entre si no local onde vão decorrer as provas e por vezes competem com atiradores romenos. **Só os italianos é que não querem competir com os outros concorrentes à prova de sabre,** afirma Marquilha.

João Santos e Alexandre Yokochi já fizeram os seus «treinos» na piscina McDonald's (nas provas de 100 e 200 metros mariposa e bruços) aguardando agora pelos 200 das respectivas especialidades, onde são mais fortes.

Dois portugueses já concluíram a sua participação nos Jogos: o halterofilista Raul Dinis e a atiradora Isabel Chitas. Enquanto aguarda pelo regresso a Portugal (dia 6 de Agosto), Dinis mostra-se desalentado pelo fracasso registado no domingo no Grupo B da categoria de 52 quilos, onde o português não se classificou devido a um nulo no arremesso. Dinis não jantou nesse dia, fechou-se no quarto e, ontem, era um homem de poucas conversas, apesar do apoio que lhe foi prestado pelos seus colegas Jorge Soares e Francisco Coelho.

Aldrabice outorgada ao presidente

As relações Atletismo-Comité Olímpico não parecem do mesmo modo. Nota-se ainda um certo ressentimento dos atletas em relação ao Comité Olímpico pela exclusão dos seus companheiros José Sena e Luís Horta. No dia-a-dia não se repara em nada, mas sente-se que os atletas estão magoados com o COP. No meio deste problema está o presidente da Federação Portuguesa de Atletismo (eng.ª Correia da Cunha) que funciona como pára-choques entre os blocos atletas-técnicos e COP.

Os representantes do tiro estão aborrecidos com os jornalistas por causa de notícias de Los Angeles que diziam ter sido violada a Carta Olímpica, por Helena Neto (dirigente) e Francisco Neto (competidor), marido e mulher, dormirem juntos. **A decisão pertence-me. Foi eu que, como chefe de missão, autorizei a Helena e o Francisco Neto a dormirem juntos. Os atletas não estão a violar a Carta Olímpica, a qual diz que homens e mulheres têm de ficar em sites diferentes,** frisou Vicente Moura, acrescentando: **Se alguém está a violar a Carta Olímpica são os norte-americanos, que colocam homens e mulheres a dormir nos mesmos edifícios.** Vá lá entender-se isto: fazemos o mal e a caramunha...

Com a ginástica ainda numa fase preliminar, (a natação ocupou, como no 1.º dia), a posição mais destacada, com expectativa para as cinco finais que não foi defraudada. Cairam recordes do mundo por quatro vezes e houve competição intensa no sector masculino, já que o feminino continua a mostrar-se demasiado debilitado com a ausência das nadadoras da RDA.

O primeiro duelo entre o «gigante» alemão e os rivais norte-americanos aconteceu nos 100 mariposa, onde Gross, que não era favorito em distância tão «curta», acabou por se impor ao recordista mundial, Pablo Morales, despossando-o do má-

ximo; com 53,08, os nadador de Offenbach retirou três décimos ao recorde. Ainda na piscina, e a olhar para o quadro electrónico que o dava como vencedor, gritou: «Não pode ser, não pode ser».

Outro recorde mundial tombou nos 400 estilos, onde o canadiano Victor Davis ganhou numa piscina a primeira medalha de ouro para o seu país desde há 72 anos: o seu tempo foi de 4.17,41, mas aqui Bauma não tirou o recorde do Mundo a ninguém, limitando-se a retirar 12 centésimos ao seu anterior máximo.

A estafeta de 4x200 dos Estados Unidos deu uma razoável compensação a um dia mau para os nadadores masculinos norte-americanos (até o último recorde olímpico, de Mark Spitz tinha sido apagado das listas) com a vitória sobre a RFA (de Gross) em tempo recorde do Mundo, depois de já ter batido o máximo nas eliminatórias.

Bruce Hayes ficou com o maior quinhão das honras. Partindo em desvantagem relativamente a Gross no último percurso (estilo livre) o norte-americano conseguiu tocar primeiro na parede da piscina. Gross ficou privado de uma 3.ª medalha de ouro (para já) por quatro centésimos de segundo: o novo máximo da estafeta é de 7.15,69.



O canadiano Alex Baumann: 4 m 22,40 s (máximo olímpico) nos 400 metros estilos. Baumann tem uma folha igual à que figura na bandeira do seu país tatuada no peito

No sector feminino, as norte-americanas Mary Waite e Cynthia Woodhead subiram ao pódio dos 200 livres como 1.ª e 2.ª mas nos 200 bruços uma canadiana (Anne Ottenbrite) recolheu o galardão máximo.

Na espargarda de pequeno calibre, o norte-americano Ed Etzel contribuiu com mais uma vitória para a colecção dourada do seu país.

O alemão federal Rudiger Schmidt foi o primeiro nos mil metros em velocidade e, na halterofilia (classe até 56 quilos), Oc Hines We Shude confirmou a valia mundial do seu país. Com outro chinês (Lai Running) em 2.º, a China «repetiu a graça» da véspera: arrebater em halterofilia medalhas de ouro e prata.

A ginástica feminina deu os primeiros saltos, confirmando o duelo esperado entre as romenas e as norte-americanas. Cada uma das equipas possui um par de jovens de graciosa e classe comparáveis às de Comaneci, que assistiu nas bancadas à prova.

Para a história

Resultados verificados no basquetebol masculino: Itália - RFA, 80-72; Egipto - Brasil, 82-91; Jugoslávia - Austrália, 94-64. Classificação: 1.º, Itália e Jugoslávia, 4 pontos; 3.º, Austrália e Brasil, 3; 5.º, RFA e Egipto, 2. Feminino: Jugoslávia - EUA, 55-83; Austrália - China, 64-67; Coreia do Sul - Canadá, 67-62.

Hóquei em campo, Grupo B: Holanda - Canadá, 4-1; Paquistão - Nova Zelândia, 3-3; Inglaterra - Quênia, 2-1.

Mais desfechos do hóquei em campo: Nova Zelândia, - Paquistão, 3-3; Holanda - Canadá, 4-1; e Inglaterra - Quênia, 2-1.

Futebol, Grupo B: Canadá - Iraque, 1-1; Jugoslávia - Camarões, 2-1; RFA - Marrocos, 2-0; Brasil - Arábia Saudita, 3-1.

Voleibol, competição feminina: Canadá - Peru, 0-3 (9-15, 10-15, 4-15); Japão - Coreia do Sul, 3-1 (8-15, 15-11, 15-2, 15-7); China - Brasil, 3-0 (15-13, 15-10, 15-11); RFA - Estados Unidos, 3-0 (17-15, 15-8, 15-10).

Entretanto, prosseguiram as provas de hipismo, tiro, pugilismo, luta greco-romana, halterofilia, ciclismo e remo.

O norte-americano Edward Etzel conquistou a medalha de ouro da prova de espargarda de pequeno calibre do torneio de tiro e igualou o recorde olímpico da especialidade, com 599 pontos.

Adeus, Mark Spitz

Os nadadores norte-americanos Pablo Morales e alemão-federal Michael Gross bateram o último recorde olímpico ainda na posse de Mark Spitz, nas eliminatórias dos 100 metros mariposa. Spitz (dos Estados Unidos), tinha estabelecido a sua marca nos Jogos Olímpicos de Munique, com 54,27. Na sua eliminatória, Michael Gross baixou o recorde para 54,02, e minutos mais tarde foi a vez de Morales de estabelecer uma nova marca olímpica, com 53,78. Em Munique, Spitz tinha ganho sete medalhas de ouro e estabelecido outros tantos recordes do Mundo e olímpicos.

Finais masculinos:

4x200 Livres: 1.º Estados Unidos (Michael Heath, David Larson, Jeffrey Float e Bruce Hayes), 7.15,69 (recorde mundial); 2.º RFA (Thomas Fahrner, Dirk Kort-hals, Alexander Schowtka, Michael Gross), 7.15,73; 3.º Inglaterra (Neil Cochran, Paul Easter, Paul Howe, Andrew Astbury), 7.24,78; 4.º Austrália, 7.25,63; 5.º Canadá, 7.26,51; 6.º Suécia, 7.26,53; 7.º Holanda, 7.26,72; 8.º França, 7.30,16.

400 Estilos:

1.º Alex Baumann (Canadá), 4.17,41 — recorde mundial; 2.º Ricardo Prado (Brasil), 4.18,45; 3.º Robert Woodhouse (Austrália), 4.20,50; 4.º Jesse Vassalo (EUA), 4.21,46; 5.º Maurizio Divano (Itália), 4.22,76; 6.º Jeff Kostof (EUA), 4.23,28; 7.º Stephen Poulter (Grã-Bretanha), 4.25,80; 8.º Giovanni Franceschi (Itália), 4.26,05.

100 Metros Mariposa: 1.º Michael Gross, (RFA) 53,08 s — recorde mundial; 2.º Pablo Morales, (EUA), 53,23; 3.º Glenn Buchanan (Austrália), 53,85; 4.º Rafael Vidal Castro (Venezuela), 54,27; 5.º Andrew Jameson (Grã-Bretanha), 54,28; 6.º Anthony Moss (N. Zelândia), 54,93; 7.º Andreas Behrend, (RFA), 54,95; 8.º Bengt Baron, (Suécia), 55,14.

200 Metros Livres: 1.º Marv Finais femininas de natação: ● 200 livres: 1.ª Mary Wayte (EUA), 1.59,23; 2.ª Cynthia Woodhead (EUA), 1.59,50; 3.ª Annemarie Verstaappen (Holanda), 1.59,69; 4.ª Michele Pearson (Austrália), 1.59,79; 5.ª Conny Ven Bentum (Holanda), 2.00,59; 6.ª June Croft (Grã-Bretanha), 2.00,64; 7.ª Ina Beyermann (RFA), 2.01,89; 8.ª Anna Mc Van (Austrália), 2.02,87.

● 200 bruços: 1.ª Anne Ottenbrite (Canadá), 2.30,38; 2.ª Susan Rapp (EUA), 2.31,15; 3.ª Ingrid Lempereur (Bélgica), 2.31,40; 4.ª Horoko Magasaki (Japão), 2.32,93; 5.ª Sharon Kelleto (Austrália), 2.33,60; 6.ª Ute Hasse (RFA), 2.33,82; 7.ª Susannah Brownson (Grã-Bretanha), 2.35,07; 8.ª Kimberly Rhadenbaugh (EUA), 2.35,51.



Faria e Rebelo: que pontaria vão ter hoje?

Recordes vão caindo

Cronologia do recorde mundial de 4x200 metros livres masculinos em natação:

Equipa	tempo	Local	Data
Japão	8.22,6	Tóquio	22/07/59
Japão	8.18,7	Osaka	26/07/59
EUA	8.17,0	Toledo	3/07/60
Austrália	8.16,6	Townsville	6/08/60
EUA	8.10,2	Roma	1/09/60
Japão	8.09,8	Tóquio	21/04/63
EUA	8.07,6	Illinois	10/08/63
EUA	8.03,7	Tóquio	19/08/63
EUA	8.01,8	Los Angeles	28/09/64
EUA	7.52,1	Tóquio	18/10/64
EUA	7.48,0	Tóquio	28/08/70
EUA	7.45,8	Cali	9/07/71
EUA	7.43,3	Minsk	10/09/71
EUA	7.35,78	Munique	31/08/72
EUA	7.33,22	Belgrado	7/09/73
EUA	7.30,54	Long Beach	22/08/76
EUA	7.30,33	Montreal	21/07/76
EUA	7.23,22	Montreal	21/07/76
EUA	7.20,82	Berlim	24/08/78
RFA	7.20,40	Roma	23/08/83
EUA	7.18,87	Los Angeles	30/07/84
EUA	7.15,69	Los Angeles	30/07/84

Recorde mundial de natação dos 100 metros mariposa masculinos:

G. Tumpek (Hun.)	1.03. 4	Budapeste	26/05/57
T. Ishimoto (Jap.)	1.01. 5	Kurume	16/06/57
T. Ishimoto	1.01. 3	Tóquio	07/07/57
T. Ishimoto	1.01. 2	Tóquio	06/09/57
T. Ishimoto	1.01. 0	Kochi	14/09/57
T. Ishimoto	1.00. 1	Los Angeles	29/06/58
L.M. Larson (EUA)	59. 0	Los Angeles	26/06/60
L.M. Larson	58. 6	Toledo	24/07/60
F.W. Schmidt (EUA)	58. 4	Los Angeles	20/08/61
L.A. Nicolao (Arg.)	58. 4	Rio de Janeiro	24/04/62
L.A. Nicolao	57. 0	Rio de Janeiro	27/04/62
M. Spitz (EUA)	56. 3	Santa Clara	09/07/67
M. Spitz	56. 3	Winnipeg	01/08/67
D. Russels (EUA)	56. 3	Tóquio	29/08/67
M. Spitz	55. 7	Berlim Oeste	07/10/67
M. Spitz	55. 6	Long Beach	30/08/68
M. Spitz	55. 0	Houston	25/08/71
M. Spitz	54.72	Chicago	04/08/72
M. Spitz	54.56	Chicago	04/08/72
M. Spitz	54.27	Munique	31/08/72
J. Botton (EUA)	54.18	Berlim Leste	27/08/77
P. Arvidsson (Sue.)	54.15	Austin	11/04/80
W. Paulus (EUA)	53.81	Austin	03/04/81
M. Gribble (EUA)	53.44	Clovis	06/08/83
P. Morales (EUA)	53.38	Indianápolis	26/06/84
M. Gross (RFA)	53.08	Los Angeles	30/07/84

Recorde mundial de natação de 400 metros estilos masculinos:

V. Stroujanov (URSS)	5.12. 9	Moscovo	20/10/57
F. McIntoch Black (GBR)	5.08. 8	Cardiff	06/06/59
G. Harrison (EUA)	5.07. 8	Los Angeles	24/06/60
G. Harrison	5.05. 3	Los Angeles	22/07/60
J.D. Ronnsavalle (EUA)	5.04. 5	Toledo	22/07/60
E. Stickles (EUA)	5.04. 3	Chicago	01/07/61
E. Stickles	4.55. 6	Los Angeles	18/08/61
G. Hetz (RFA)	4.53. 8	Mosvoco	24/05/62
E. Stickles	4.51. 4	Chicago	30/06/62
E. Stickles	4.51. 0	Louisville	12/07/62
G. Hetz (RFA)	4.50. 2	Tóquio	12/10/63
R.W. Roth (EUA)	4.48. 6	Los Altos	31/07/64
R.W. Roth	4.45. 4	Tóquio	14/10/64
A. Dunaev (URSS)	4.45. 3	Tallin	03/04/68
J. Ferris (EUA)	4.45. 2	Long Beach	30/08/68
G. Buckingham (EUA)	4.45. 1	Santa Clara	06/07/68
G. Hall (EUA)	4.43. 4	Los Angeles	20/07/68
D. Hickox (EUA)	4.43. 3	Long Beach	30/08/68
C. Hickox (EUA)	4.39. 0	Long Beach	30/08/68
G. Hall (EUA)	4.38. 7	Louisville	15/08/69
G. Hall	4.31. 0	Los Angeles	21/08/70
G. Hall	4.30.81	Chicago	03/08/72
A. Hargitay (HUNG)	4.28.89	Viena	20/08/74
Z. Verraszto (HUNG)	4.26.00	Long Beach	02/04/76
R. Strachan (EUA)	4.23.68	Montreal	25/07/76
J. Vasallo (EUA)	4.23.39	Woodlands	04/08/78
J. Vasallo	4.20.05	Berlim Este	22/08/78
R. Parado (BRA)	4.19.78	Guayaquil	02/08/82
J. Peter Berndt (RDA)	4.19.61	Magdeburgo	23/05/84
A. Baumann (CAN)	4.17.53	Toronto	27/06/84
A. Baumann (CAN)	4.17.41	Los Angeles	30/07/84



Mas é incrível!

Vicente de Moura: «no caso do casal que dorme junto, assumo a responsabilidade de violar a Carta Olímpica!»

Nos 3000

com Decker e Zola

Aurora Cunha entre as <feras>

A luta entre a norte-americana Mary Decker e a inglesa de ascendência sul-africana Zola Budd nos 3000 metros promete vir a ser uma das mais emocionantes das olimpíadas. No meio estará Aurora Cunha.

Mary Decker, com um tempo nos 3000 metros (8 minutos 29,71 segundos) que bate largamente o de Zola Budd (8.37,05), optou pela participação nesta prova em detrimento da de 1500 metros, distância em que durante as provas de selecção, há um mês, sofreu a sua primeira derrota em quatro anos. No entanto, os treinos a que Zola Budd tem sido sujeita nos últimos meses, poderão fazer encurtar significativamente a diferença entre ambas. Foi precisamente uma prova de 1500 m que consagrou Mary Decker como a rainha do fundo feminino ao vencer a soviética Zamira Zaitseva nos campeonatos mundiais de Helsínquia.

Quanto a Zola Budd, 18 anos, para além das marcas que vem conseguindo (há apenas três semanas bateu o recorde mundial dos 2000 metros, no Crystal Palace (Em Londres), com o tempo de 5.33,15) tem a particularidade de correr descalça. No entanto, é muito provável que os espectadores dos jogos de Los Angeles vejam os pés da jovem atleta calçados durante as provas, por razões quer técnicas quer comerciais.

A pista do memorial Coliseum é, com efeito, demasiado mole e necessitará de sapatos para uma melhor aderência e um maior impulso no arranque e, por outro lado, os fabricantes de calçado desportivo fizeram-lhe já ofertas que não são de desprezar para ela os usar nas provas.

A jovem inglesa tem uma admiração sem limites por Mary Decker, de quem tem um poster de tamanho natural no quarto, legendado-a como seu ídolo desde que começou a sonhar com as pistas de atletismo mas, ao mesmo tempo, ambiciona vencê-la numa prova. A tarefa está longe de ser fácil se se atender a que Mary Decker, desde a distância dos 800 metros até aos 10 000, já bateu sete recordes mundiais e todos os recordes norte-americanos naquelas provas. Apesar de, aos 25 anos, a norte-americana se sentir na plenitude das suas forças, Zola Budd poderá vir a juntar o seu nome aos dos heróis das últimas olimpíadas: Bob Beamon (no México), Mark Spitz (em Munique) e N. dia Comaneci, em Montreal.

Pano de Boca

Leitor: é tempo de aproveitar os últimos cartuchos que grupos e companhias de teatro estão a disparar antes do descanso que um ano de trabalho e consumições tornou bem merecido. Acontece esta coisa pasmosa: de súbito, neste Verão ardente, caem sobre nós alguns espectáculos que representam um salto de qualidade inesperado nas condições de trabalho em que todos vivemos. Convidamo-lo a apreciar esse salto. Na lista que se segue encontrar-se-á pistas que lhe permitirão escolher com alguma confiança. Pelo menos, assim o esperamos. Atenção às datas!

LISBOA

Centro de Arte Moderna

(Sala polivalente)
«Deseja-se Mulher»
de Almada Negreiros.
Deixa-se ir na onda almadiana: da pintura para o teatro não preciso de escolher — está «tudo» lá. Pela nossa parte preferimos Almada plástico, poeta, romancista, mas este texto agora refeito por Fernanda Lapa, vem ser uma obra-prima, contém valores que importa conhecer. Divirta-se!

Comuna

«Marat»
de Peter Weiss
Até fins de Julho, uma das obras fundamentais do teatro contemporâneo cujo conhecimento é indispensável para quem se interessa por estas coisas. Um espectáculo com a marca da Comuna. A não perder, de maneira nenhuma.

Café-teatro

«Docemila»
de João Grosso
O grupo Teatro do Século, reaparece, agora na Comuna, com uma experiência de café-teatro, dirigida pelo jovem actor Guilherme Filipe. Não vimos mas temos na agenda. (De 5.ª a sábado às 22,30).

Malzum

(Casa da Madeira, Rua do Século, 65)
«Preparadise, Sorry, Now»
de Fassbinder
Um grande texto, um grande espectáculo representado sem rede. O texto de Fassbinder carrega numa campanha de alarme: a besta nazi faz parte do nosso (capitalista) quotidiano. A encenação de Rogério de Carvalho e a interpretação dos actores do Malzum exprimem a densidade da rede de sinais do texto ao mesmo tempo que clarificam o teor do discurso. Absolutamente indispensável. (até 29/7).

Teatro do Bairro Alto

«Simpatia»
de Eduardo de Filippo
pelo Teatro da Cornucópia
Não se trata apenas de um espectáculo simpático, embora seja um espectáculo muitíssimo simpático. Divirta-se e aprecie como se representa bem em Por-

tugal. Outro espectáculo indispensável.

Teatro da Caixa

(Antiga Fábrica de Cerâmica Lusitana, ao Campo Pequeno)
«O Avarento»
de Molière
Um clássico sem uma ruga, tão divertido hoje como no seu tempo. Isto também graças ao talento do encenador Adolfo Gutkin e dos amadores do Teatro da Caixa. Aprecie este espectáculo num novo fabuloso espaço criado pelo grupo. Indispensável, também este. (De 4.ª a sábado, às 21 h.; até 30/7).

«Sonata»

de Yannits Ritsos
Numa sala ao lado, uma actriz do grupo, Maria Emilia Castanheira, interpreta numa encenação de Paulo Filipe, do grupo Ibis, um belo poema de um dos maiores poetas vivos. Um espectáculo para aqueles que fazem da poesia o pão do quotidiano. E para os outros que querem experimentar. (De 6.ª a domingo às 19 h. As 2.ª e 3.ª às 21,30).

Teatro do Mundo

• (Igreja de N.S. da Conceição dos Cardais)
Rua do Século, 123)
«A Troca»
de Paul Claudel
Se a palavra genial está no dicionário, então ela vai inteira, letra a letra, para Manuela de Feitas no papel de uma actriz monstro (Sagrado). Depois da prodigiosa máquina que foi «Terramoto no Chile», o Teatro do Mundo volta a espantar com este Claudel. Tanto pela encenação de Jean Pierre Taillade, como pelo aproveitamento do espaço e especialmente pelo trabalho de Manuel de Feitas muito bem acompanhada por Fernanda Neves. Espante-se conosco, leitor.

Teatro Nacional D. Maria II Sala Experimental

«A Birra do Morto»
de Vicente Sanches
Leitor: se não gosta de velórios; se quer saber como um morto se pode recusar à morte, e se se pode brincar com a morte e tudo bem; se quer saber como é possível um espectáculo ser virado do avesso, e sem dar por isso o público transformado em espectáculo e até bate palmas por isso — se quiser saber tudo isso (e o resto), então não perca

este espectáculo. É absolutamente impagável. (Só até 30/7).

Teatro da Trindade

«Filhos de um Deus Menor»
de Mark Medoff
O texto é frágil, a encenação não resolveu satisfatoriamente os problemas do espaço cénico, mas o trabalho dos actores (em especial João Perry e Teresa Madruga), além do trabalho geral do encenador merecem a visita.

Teatro da Universidade Técnica

(Alameda de St.º António dos Capuchos, ao Campo de Santana)
«Leôncio e Lena na Estalagem de Mirandolina»
de Buchner e Goldoni
Um casamento aparentemente contra-natura deu um excelente espectáculo em que o público é convidado a percorrer o belo palácio e jardim onde está instalada a reitoria da Universidade Técnica. Que noites para este espectáculo a não perder! (De 26 a 29 de Julho)

Teatro Vasco Santana

«Quando a Banda Tocar»
de Luzia Maria Martins
pelo Teatro Estúdio de Lisboa
Vinte anos de luta pelo teatro português simbolizados neste espectáculo onde a esperança não é uma palavra vã.

Teatro Villaret

«Super-Silva»
de Ray Conney
Um divertimento com o talento de Solnado. Não é preciso dizer mais.

PORTO

O Realejo

«Memória no Espelho... ou... Isabel Nunca Mais Esqueceu Estas Palavras»
A recordação indesejável dos que foram educados nas escolas fascistas. Para que não esqueçamos.
«Viagem de um Homenzinho Mala na Mão, Cheia de Sonhos e de Objectivos» de Victor Valente.
Para os mais jovens, O Realejo repõe um dos seus espectáculos de maior êxito. (Aos sábados às 11 h.).

ALMADA

Teatro de Campolide

(Academia Almadense, Rua Capitão Leitão)
«Hughie»
de Eugene O'Neill
De um dos maiores dramaturgos do século XX, Joaquim Benite encenou a peça «Hughie», desconhecida em Portugal. (Estreia: 26/7).

SETUBAL

TAS

(Teatro de Bolso)
«Doce de Laranja»
de Fernando Gomes, Carlos César, etc.
Um espectáculo bem gozado, entre o café-concerto e a revista. Daqui se recomenda aos habitantes e visitantes de Setúbal.

Carlos Porto

As «Líricas», de Sena

Luís de Miranda Rocha

Uma editora de Lisboa (Edições 70) lançou recentemente no mercado os dois volumes da terceira série de **Líricas Portuguesas**, selecção, introdução e apresentação de Jorge de Sena.

O segundo volume aparece agora publicado pela primeira vez, o que só pode ser considerado como importante acontecimento na vida literária (e, mais vastamente, na vida cultural) portuguesa. Do primeiro volume é esta uma terceira edição, mais correctamente, uma reedição da segunda. A primeira data de 1958, a segunda de 1975, embora, neste caso, tenha saído somente cerca de dois anos depois. É importante, porém, assinalar que em 1958 o plano da obra era diferente, muito menos vasto, e realizava-se num só volume. Em 75/77 todo o projecto estava repensado e apontava para dois volumes.

Que o segundo tenha demorado cerca de sete anos a sair, é decerto surpreendente, mas as razões disso escapam-nos. Entretanto, a edição de 75 (77) estava esgotada já há anos. O seu reaparecimento nas livrarias é, pois, um importante acontecimento que é preciso assinalar, — antes de mais e depois pelo interesse que vem tendo, para o público leitor, e principalmente a crítica, o trabalho que Jorge de Sena fez como antólogo — com o que de análise e síntese críticas nesta tarefa aparece implicado. Neste caso, estamos pelo menos em presença de dois textos de referência absolutamente indispensáveis para a compreensão dum longo período da poesia portuguesa moderna, — os prefácios à primeira e segunda edições —, e de breves mas rigorosas sínteses sobre as obras dos autores antologados.

Não vale a pena trazer para aqui números ou dados sobre esta obra e que constem dos prefácios, — onde o leitor interessado os pode ler. Impõe-se no entanto uma reflexão, mínima que seja, sobre alguns desses dados, ao menos pelo que isso puder constituir de orientação sugestiva (ou sugestão orientadora) para a leitura desta antologia, e pela menos para aqueles a quem esta antologia, tanto no segundo volume como no primeiro, se propuser pela primeira vez.

Importa, antes de mais, dizer que esta é talvez a melhor antologia panorâmica de determinado período de tempo da poesia portuguesa que alguma vez se fez em Portugal.

É, no mínimo, a que menos se expõe aos reparos que mais habitual e também facilmente se fazem a trabalhos deste teor, — dando conta quase sempre apenas duma imponderável discórdância no domínio dos critérios aplicados a nomes incluídos e excluídos, significações e repre-

sentatividades inerentes às obras, às peças que as integram, e de tidas (tais discórdâncias) em pormenores por vezes tão secundários como, por exemplo, o espaço ocupado por este, aquele e aquele outro autor, etc, etc.

A dado passo dum dos seus prefácios, Sena refere os trabalhos que há, de idêntico teor, feitos antes do dele, — e, pelo menos num caso, já depois da primeira edição do dele, em 1958 —, e está aí uma relação de referências a considerar para proceder a um confronto. É a nossa opinião que outro desses trabalhos — a quarta série das **Líricas** feita por António Ramos Rosa — é também de grande qualidade, pelo acerto na selecção dos nomes e de peças, quase sempre, pelo rigoroso e decisivo das sínteses críticas sobre as obras de cada autor, — rivalizando, por isso, nestes tocantes, com o trabalho feito por Sena. Mas é também nossa opinião — e não haverá nisso nada de ousado, já que não assenta senão em evidências — que o trabalho de Ramos Rosa, aquém e além de demasiado selectivo (como, de algum modo, não poderia deixar de ser) precisava dum texto introdutório que fosse uma visão global da poesia portuguesa no período de tempo abarcado pela antologia, uma análise da sua evolução por movimentos e tendências, e um pouco de atenção também a outros autores que não foram seleccionados — e alguns deles com obra de não menor significação ou menos representatividade do que a daqueles que o foram.

Este último aspecto será tudo menos despidendo, porque tem a ver com o que numa antologia há sempre de injustiças, distorções, arbitrariedades, — mais ou menos pesadas, mais ou menos ligeiras. Não será o caso da antologia de Ramos Rosa, mas é o caso de muitas outras. A antologia de Ramos Rosa, aliás, está também há muito esgotada, e uma reedição dela poderá certamente apresentar-se como trabalho substancialmente enriquecido, pelo menos no aparato introdutório.

Dir-se-á que qualquer antologia é discutível. Certamente. Mas há antologias que o são mais ou menos do que outras, e, das que se conhecem, a de Sena é a que parece poder suscitar menos controvérsias. Diga-se porque. Antes de mais porque Sena, no próprio trabalho que fez, previu as discórdâncias possíveis, e fez alguma coisa, aquilo que se pode dizer **neutralizar** previamente os efeitos de possíveis discórdâncias, discutindo-as ele próprio com uma visão muito abundante de pormenores e dominada por uma coerência e uma coesão envolventes de contradições, estas,

aliás, também por vezes explícita e não inconsequentemente assumidas.

A metodologia de Sena, neste caso, será conhecida pelo menos num pormenor, — que é, aliás, factor de valorização decisivo. Sena fez aqui uma antologia sena feita, coisa que não havia antes nem voltou a haver depois, pelo menos na poesia portuguesa. Não deixou o seu trabalho de selecção (de nomes, desde logo) dependente de outros. Mas os dados obtidos através da consulta terão sido determinantes para o apuramento dum critério e decisivos para os bons resultados conseguidos da sua aplicação. Não se devem, porém, a consultas, mas a decisões próprias, algumas presenças nesta antologia que especialmente nos chamam a atenção, pelo inesperado mas explicado que aparentemente as caracteriza e que contribui muito para lhe reforçar os motivos de interesse, e os desta antologia.

Roberto de Mesquita é o primeiro exemplo, logo no início do primeiro volume. Aqui, porém, explica-se tal presença no prefácio à segunda edição, — e a presença de outros que era preciso fazer figurar na série, depois de os responsáveis pelas duas primeiras (Régio e Cabral do Nascimento) os terem esquecido. Irene Lisboa é outro exemplo — e conviria assinalar que a obra poética desta autora, apesar do seu interesse, continua por reeditar, há cerca de meio século desaparecida das livrarias. Outro nome sobre o qual também nos deteríamos (alguma coisa surpreendidos, por certo) é o de Carlos Maria de Araújo — de quem tudo quanto se sabe e pode ler-se é o que Sena divulga aqui. Por estranho que pareça, ainda é possível nos nossos dias um poeta (certamente significativo e representativo — pelo menos da marginalidade, do exílio, — publicar toda a sua obra (muito ou pouca coisa, três livros) no estrangeiro, onde vivia, morrer longe da pátria e 20, 25 anos depois, não ser minimamente conhecido para além do que nesta antologia Sena dá dele a conhecer.

São 73 poetas, todos (excluídos os recuperados do silêncio feito sobre eles na série de Cabral do Nascimento e colocados logo à entrada do primeiro volume) nascidos entre 1909 e 1929, — de António Pedro e Ana Hatherly. Inevitavelmente, algumas presenças há-de parecer-nos (a qualquer leitor) excessivas, ou, pelo menos, desproporcionadas na sua representação, em relação à de outros. Inevitavelmente, também há nomes que ocorrem como podendo e devendo estar aqui, e não estão. Não citamos. Seriam poucos, aliás, e os dedos das mãos sobriariam para os contar.

tel
TEATRO ESTÚDIO DE LISBOA

Teatro Vasco Santana

«QUANDO A BANDA TOCAR»

HOJE ÀS 21.30 h.

Texto, direcção e encenação de Luzia Maria Martins todos os dias às 21.30 excepto às 2.ªs feiras. Matinée aos domingos.

20.º ANIVERSÁRIO
Desconto de 50% para estudantes, sindicatos, comissões de trabalhadores etc.

Sub/Mont.

teatro do bairro alto

TEATRO DO BAIRRO ALTO
R. Tenente Raul
Cacém, 1-A
1200 Lisboa
Tel. 661515 • 669205

Teatro da Cornucópia

simpatia
de
EDUARDO DE FILIPPO

De 3.ª a 6.ª feira — 21.30 h.
Sábados — 16 h e 21.30 h.
Domingo — 16 horas

Filhos de um Deus menor

Mark Medoff

Teatro Trindade

Intatel

Terça a Sábado às 21.30 horas
Domingo às 16 horas
Estreia a 12 de Julho 1984

Encenação MARIO FELICIANO
Cenografia JOSE CUNHA
Figurinos VERA CASTRO
Música CONSTANCA CAPDEVILLE
Luminotecnica ORLANDO WORM

Subsídios: Ministério da Cultura
Fundação Calouste Gulbenkian

Patrocinios: Associação Portuguesa de Seguros
Tabacaria
Petrogal

Apoio: Radio Comercial / T S F Som & Imagem

Com: ÂNGELA PINTO
BAPTISTA FERNANDES
FERNANDO JOSE OLIVEIRA
JOÃO PERRY
MARGARIDA ROSA RODRIGUES
MARIANA REY MONTEIRO
TERESA MADRUGA

Ensino de Linguagem Gestual
ANA CRISTINA
ARTUR JORGE
Colaboração Especial
Linguística
ISABEL PRATA
Terapia da Fala
CONCEIÇÃO TORRADO

Telefone: 320000

SÓ ATÉ 29 DE JULHO

9876 **JL** o jornal

crítica de teatro

CARLOS PORTO

Magdalena sem Maria



Glicínia Quartin é Magdalena

«MAGDALENA LÊ UMA CARTA, de Jaime Salazar Sampaio. Encenação: Rogério de Carvalho. Cenografia: José Manuel Castanheira. Música: Pedro Jordão. Interpretação: Glicínia Quartin. Produção: Glicínia Quartin/Jaime Salazar Sampaio. Estreia: Sala Manuela Porto, 4-7-1984 (5-7-1984).

Se bem me lembro, há em «Stalker» um plano em que se vê um copo deslizar numa mesa aparentemente por acção do olhar de uma rapariguinha sentada a essa mesa. Vi o filme há anos, mas tenho ideia de que simultaneamente se ouve um ruído como de um camião pesado a passar na rua. A simultaneidade da acção e do ruído leva-nos a ter dúvidas em relação ao conteúdo da imagem: o copo desliza graças aos dotes extra-sensoriais da jovem ou pelo facto da casa ter estremecido?

Apetece-me falar de «Stalker», obra genial de carácter metafísico, a propósito da peça curta de Jaime Salazar Sampaio «Magdalena lê uma Carta». É claro que o filme não tem nada a ver com a carta, perdão, com a peça, a não ser nisto que, numa e noutra, é fundamental: a ambiguidade do discurso. O melhor teatro de JSS («Conceição...», «O Desconcerto», «O Sobrinho», «Magdalena...», entre outras) tem nessa marca da ambiguidade, que é também uma marca

de incognoscível, a sua razão de ser primeira e última. Essa ambiguidade é o que nela há de mais fortemente teatral.

De resto, encontramos na capa do programa do espectáculo um sinal dessa ambiguidade. Pois que vemos? A gravura de um sobressalto de avião (e porquê de avião?), com um selo de 1\$00 (um tempo antigo como o «g» de Magdalena), um carimbo Porto/Lisboa (uma distância que se percorre), um nome Magdalena; na parte de trás, como antigamente se escrevia, o remetente — Jaime Salazar Sampaio, ambos os nomes escritos na letra do dramaturgo. A carta que a personagem lê em cena (último elo a ligá-la ao mundo) foi-lhe escrita, como não podia deixar de ser, pelo autor da peça. Ele, criador e criatura, amante e amado (a), dois e único, homem que escreve, mulher que lê, dramaturgo fora de cena, atriz no palco. Nome verdadeiro de um lado (JSS), nome fictício do outro lado (M).

Mas quem é esta Magdalena para além de ser o que se disse? Uma mulher junto à porta fe-

chada de um mundo que a chama. Porta do Castelo, porta da Lei, de Kafka. Mas Magdalena é uma personagem anti-kafkiana num mundo talvez kafkiano. Ela recusa-se a entrar. Entre outras razões porque lá dentro (esta é uma peça que resvala entre o «fora» e o «dentro»), lá dentro não poderá usar o seu primeiro nome, Maria. Só poderá ser Magdalena. Esta a primeira, a segunda chave da peça: Maria Magdalena é a personagem bíblica e aquele que lhe escreveu, o seu homem preferido, evidentemente, Jesus Cristo. Tenha-se, no entanto, em atenção que tanto uma como outro não são personagens tiradas a papel químico, ambas passaram pela imaginação do autor, e nessa passagem a ironia é um elemento fulcral.

Porém esta primeira, segunda chave não basta (por essa falamos em ambiguidade) porque Magdalena também é simplesmente uma mulher que se recusa a envelhecer, a entregar os pontos, se assim se quiser: colocada ante a possibilidade de ter garantidos a sopinha diária, os chininhos quentes no Inverno, uma vida sem sobressaltos em direcção à morte, Magdalena hesita. Ela arrasta um mundo de que não quer separar-se: a mala. Mundo de recordações: os vestidos, os sapatos, as jóias, os retratos, esse rastro de uma existência, talvez fútil, que é o tesouro de cada um de nós (quando não há outros). E os patins da infância? E o despertador que toca sempre e é preciso deixar fora?

A mala e a carta as coisas e o ser, o passado e a paixão, as paixões — Magdalena pinta as unhas, recorda a primeira noite de amor à luz das velas, ri, chora, treme, teme a porta fechada.

Ficar do lado de cá, partir para o lado de lá? Há ainda uma terceira hipótese, mais radical. Ela puxa a corda da sineta — é ótima para se enforcar. Mas é ótima também para jogar às cordas. Entre a liberdade e a prisão, Magdalena escolhe a liberdade; entre a vida e a morte Magdalena escolhe a vida.

Magdalena é uma personagem típica do autor. Irmão da

personagem é uma personagem de «O Desconcerto», da «Conceição», ela confirma ser JSS o dramaturgo português que melhor sabe auscultar o «universo feminino», se a expressão me é consentida.

Mas Magdalena seria apenas uma personagem no papel (na carta) se não houvesse uma actriz como Glicínia Quartin para a transformar num ser vivo. Num ser vivo que nos comove, irrita, diverte como todos os grandes seres vivos que povoam os palcos do mundo.

Texto muito belo pela escrita («A chama furiosa e mansa do teu desejo», «Não posso levar o calor indecente que trago debaixo do vestido»), ele teve em Glicínia Quartin aquilo a que poderemos aplicar o lugar comum: a intérprete ideal. Glicínia absorve a personagem por dentro mas torna-a física e animicamente num ser vivo, repete-se, com quem nos identificamos mas de quem nos separamos, e nesse duplo movimento captamos a realidade da personagem e a sua artificialidade, o seu teatro. O entendimento do texto, das várias linhas que o cruzam, passa por essa realidade da actriz em representação.

Num caso como este, o texto vai do autor à intérprete sem que haja grande lugar para o trabalho de encenador, embora na sua subtilidade e inteligência, o conhecimento das teias em que se tece o teatro de JSS, o trabalho de Rogério de Carvalho faça parte desse universo breve mas não pequeno. Seja nele também elemento fundamental.

Tive algumas dúvidas em relação ao espaço cénico proposto por José Manuel Castanheira certamente de acordo com o encenador. Os volumes cinzentos de um mundo hostil, mundo kafkiano, não exprimem, penso, o elemento fundamental da peça, a sua ambiguidade, como referi. Seria necessário um cenário entre o real e outro real, entre o presente, o passado e o futuro, entre a morte e a vida, entre a saudade e a esperança. Seria possível? A música de Pedro Jordão pareceu-me servir o projecto deste belo espectáculo.

Hoje

RTP1

A RTP-1 exibe mais um episódio da série intitulada «Q. E. D.»

- 15.02 Jogos Olímpicos — sumário (em diferido, o principal da jornada de ontem), natação (em diferido) e ginástica (em directo).
18.45 Teleregiões
19.00 A Guerra Civil de Espanha
20.00 Telejornal
20.30 «O Bem Amado» — episódio n.º 95.
21.05 «Q. E. D.» — mais um invento de Q. E. D., o «olho automático».
22.05 Danças e Cantares — participam neste programa o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, o Grupo Coral e Tecnográfico da Casa do Povo de Serpa e o Rancho Tá-Mar da Nazaré.
22.20 Jogos Olímpicos — sumário (em directo, os grandes acontecimentos da jornada de hoje).
00.00 Últimas Notícias



A RTP-2 apresenta esta noite nos Jogos Olímpicos de Los Angeles provas de pugilismo, ginástica e ciclismo

RTP2

- 18.47 Jogos Olímpicos — ginástica (em directo), pugilismo (em directo) e ciclismo (em diferido).
22.30 «Guerra dos Sexos» — episódio n.º 70.
23.15 Jornal da Noite

Amanhã

RTP1 RTP2

15.00: Jogos Olímpicos; 18.45: Teleregiões; 19.00: «O Barco do Amor»; 20.00: Telejornal; 20.30: «O Bem Amado»; 21.05: «Something Evil»; 22.30: Jogos Olímpicos; 24.00: Últimas Notícias.

19.00: Jogos Olímpicos; 22.30: «Guerra dos Sexos»; 23.15: Jornal da Noite.

João Clímaco

Continuação da pág. 13

particularmente sensível. Torna-se indispensável criar legislação adequada e os mecanismos que permitam às populações ter um controlo efectivo sobre o cumprimento da lei. No que diz respeito à produção de energia eléctrica, apesar das previsões de aumento de consumo serem exageradas, e de existir ainda um potencial hidroeléctrico considerável por aproveitar, uma parte (tal pequena quanto possível) do consumo, terá que ser satisfeita por centrais a carvão e/ou centrais nucleares. Ao longo deste artigo manifestei a minha preferência pelas centrais a carvão, mas, que fique bem claro, trata-se de optar pelo mal menor. Os pro-

blemas de poluição levantados por este tipo de centrais são grandes e, portanto, não se pode querer que as populações aceitem uma política de factos consumados. É necessário, em primeiro lugar, mostrar por «a + b» que os locais escolhidos são os mais convenientes, tendo em conta os diversos factores em jogo e não apenas as vantagens de colocar as centrais do diagrama de base no centro de gravidade das cargas. Por outro lado, é necessário que os órgãos de poder local disponham não só de meios para controlar os níveis de poluição, mas também de poderes para encerrar as instalações que, neste como noutros sectores, não cumpram a lei.

Quanto às centrais nucleares,

João Martins Pereira

Continuação da pág. 12

cos» se pode seriamente discutir o problema.
• razões de «necessidade defensiva»: contrariamente a outros grandes projectos, que são bem ou mal decididos nas empresas ou nos gabinetes ministeriais, os nuclearistas sabem que, quanto a este, a reacção já é forte e será crescente. É que,

não se trata de uma decisão meramente técnica e económica, mas antes com sérias implicações políticas, culturais, ambientais, «civilizacionais». Extraindo o argumento: 1984 (o do Orwell) seria impensável sem o nuclear.

* Engenheiro

se bem que, em funcionamento normal, também levantam problemas sérios de poluição, são, sem dúvida, a questão dos resíduos radioactivos e o risco de acidente grave que mais preocupam as populações. Se, quanto ao gravíssimo problema dos resíduos, ninguém duvida de que ainda não existem soluções satisfatórias, já no que diz respeito ao risco têm sido muitas as mistificações do problema. Não basta afirmar que o medo das populações é irracional e/ou apresentar alguns índices pretensamente favoráveis ao nuclear. É preciso dizer que, em caso de acidente, não é possível prever as suas proporções; é preciso dizer que o risco depende da organização social, da organização do trabalho, da preparação dos técnicos e dos operários, etc.: é preciso dizer que a combinação de diversos tipos de acidentes motivados por avarias técnicas e/ou erros humanos para obter os referidos índices, não é tarefa simples, nem neutra, embora, actualmente tenhamos ao nosso dispor técnicas sofisticadas de simulação. Em suma, devemos ter sempre muito cuidado ao tirar conclusões de estudos deste tipo, particularmente se eles forem efectuados em sociedades tecnologicamente muito mais evoluídas do que a nossa. Mais ainda, o desfecho lógico dum programa nuclear maciço será a opção a longo prazo, pelos reactores regeneradores que utilizam plutó-

nio, elemento fortemente radioactivo e susceptível de ser usado no fabrico de armas nucleares. O problema da segurança contra acções terroristas é neste caso ainda maior, já que quer a sabotagem quer o roubo de plutónio podem ter consequências gravíssimas. Sendo assim, uma sociedade baseada na economia do plutónio terá de pôr em prática um sistema centralizado de segurança, provavelmente atentatório das mais elementares liberdades cívicas.

Para terminar, não quero deixar de dizer uma palavra sobre a tão falada discussão pública do PEN. Na verdade, nos grandes órgãos de comunicação social (rádio e televisão), tem-se reduzido quase exclusivamente à repetição das posições oficiais.

(1) «Análise Crítica do Plano Energético Nacional», Universidade de Coimbra. Dezembro de 1983. Em colaboração com a A. Traça Almeida e A. Gomes Martins.

(2) A data em que este texto está a ser escrito, o autor ainda não tem conhecimento da versão de 84 do PEN, tendo lido apenas que continua a defender-se a opção nuclear. Ficaria muito feliz se as objecções aqui levantadas viessem a perder a actualidade. Contudo creio que, no essencial, isso não virá a acontecer.

Professor da Universidade de Coimbra

GRUNDIG
a segurança de um grande nome
seleccionou para si...

RTP1

«Q. E. D.»
(21.05)

RTP2

Jogos Olímpicos
(19.00)O BEM AMADO
(Resumo do 95.º Episódio)

O Vigário não sabe o que fazer porque não pode mandar sair ninguém da igreja. Percebendo que os Medrado não querem sair, os Calazais decidem esperar até que eles o façam, pois não querem baptizar a criança na presença deles. Recendo o pior, Libório vai ter com Lulu Gouveia e pede-lhe que intervenha antes que aconteça uma desgraça. Um pouco preocupada e na delegacia, Dona Ana manda o cabo e os soldados estarem alertados para alguma eventualidade.

Talma percebe que desde que Neco voltou, se tem mostrado muito revoltado, como se alguma coisa tivesse acontecido, e tenta saber o que se passa.

Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraca, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

roteiro cultural

Teatro

• Numa iniciativa do Centro de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte continua no Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian o espectáculo «De-seja-se Mulher» de Almada Negreiros, que tem encenação de Fernanda Lapa.

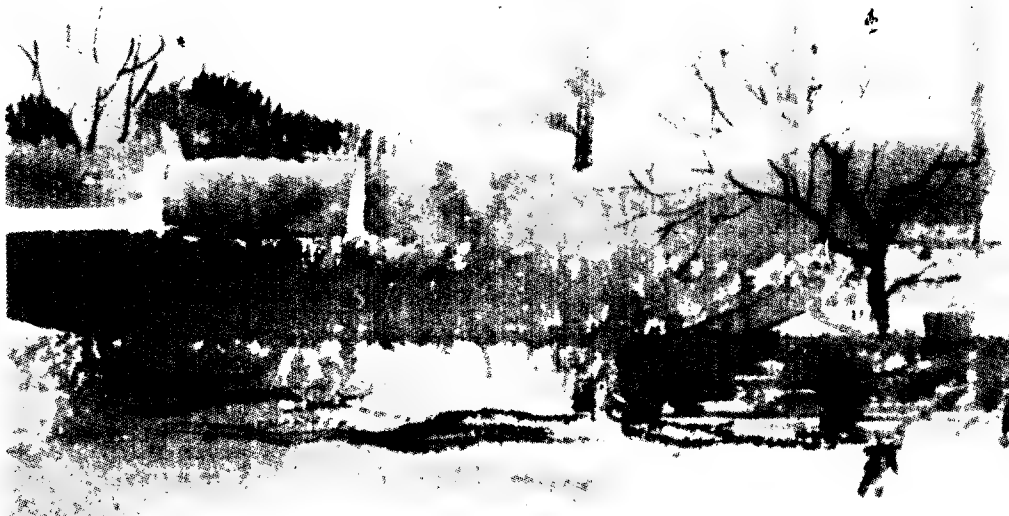
• «A Carroça do Poder», de Bernard Shaw está em cena no Teatro Nacional D. Maria II, de terça a domingo.

• Ainda no espaço do Nacional, mas na Sala Experimental, está em exibição a farsa trágica em 1 acto de Vicente Sanfins intitulada «A Birra do Fado». Mais uma iniciativa do ciclo «Autores de Cascais», que tem encenação de Orlando Neves.

• Até 12 de Agosto o Teatro da Cornucópia continua a apresentar no Teatro do Bairro Alto a peça de Eduardo de Filippo «Simpatia». O espectáculo tem encenação de Luis Miguel Cintra e conta com a interpretação de Raquel Maria, Dalila Rocha, Márcia Breia, Alda Rodrigues, Fátima Madeira, Rogério Vieira, Luis Miguel Cintra, Gilberto Gonçalves, Francisco Costa e Luis Lima Barreto.

• Na comemoração do seu 20.º aniversário, a Companhia Teatro Estúdio de Lisboa leva à cena até ao próximo dia 5 de Agosto a peça de Luzia Martins «Quando a Banda Tocar». Mais uma oportunidade para ver um bom trabalho no Teatro Vasco Santana, mesmo ao lado da Feira Popular.

• O Teatro do Mundo continua a apresentar o seu mais recente espectáculo «A Troca», de Paul Claudel, com interpretação de Manuela de



Um trabalho de Marques Cruz em exposição na Galeria Diagonal, ao Hotel Cidadela, em Cascais.

Freitas, Fernanda Neves, Carlos Carvalheiro e Carlos Meireiros.

Exposições

• Centenas de trabalhos do pintor português Henrique Pousão estão patentes ao público nas Galerias de Exposições temporárias da Fundação Calouste Gulbenkian. A mostra é uma iniciativa conjunta da Fundação Gulbenkian e da Fundação da Casa de Bragança.

• Na Galeria Almada Negreiros, no Ministério da Cultura, está presente ao público uma mostra de trabalhos do arquitecto Álvaro Siza cujo tema é «Arquitectura e renovação urbana em Portugal».

• Trabalhos de Manuel Carvalheiro, 25 pinturas a óleo sobre tela, podem ser vistas nas Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, em Lisboa.

• No Museu Nacional de Arte Antiga, à R. das Janelas Verdes, continua aberta ao público uma exposição temporária constituída pelo Legado Barros e Sá.

• «O Brinquedo português — do pós-guerra ao plástico» é o tema de uma exposição patente ao público no Museu Nacional do Traje.

• Na Galeria de Arte do Casino do Estoril continua patente ao público uma exposição de pintura da autoria de Jaime Murteira. A mostra

pode ser vista até ao próximo dia 5 de Agosto.

• «Terra do Não Ser» é o tema de uma exposição de trabalhos de Adérito Amor patente ao público na Sala Tropical do Hotel Palácio do Estoril.

• Desenhos e aquarelas de Marques Cruz podem ser vistos até ao dia 2 de Agosto na Galeria Diagonal, ao Hotel Cidadela, em Cascais.

• Uma exposição de pintura de Luísa Correia Pereira, «Os Azuis», continua patente ao público na Galeria Alfarroba, à Travessa Visconde da Luz, 7, em Cascais.

• «... do outro lado do espelho» é o título de uma exposição de pintura e escultura de



O som da guitarra portuguesa por Carlos Paredes está esta noite presente no Teatro São Luiz

vários artistas portugueses presente ao público no Módulo Centro Difusor de Arte, à Avenida da Boavista, 854, Porto.

• Uma mostra colectiva de pintura, desenho e fotografia, intitulada «Tendências Actuais», continua patente na Galeria do Shopping Center Itália, no Porto.

• «Uma bica com Fernando» (Pessoa) é a proposta de Vasco, numa exposição que estará abertas ao público até ao dia 10 de Agosto na Galeria Quarto Crescente, em Portimão.

• Ainda no Algarve, mas no Hotel Montechoro, continua patente uma colectiva de pintura com trabalhos de, entre

outros, Catarina Castelo Branco, Espiga Pinto, Mário Botas e Rui Filipe.

• No Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha, continua a decorrer uma homenagem a Rafael Bordalo Pinheiro através de duas exposições «Azulejos e jardins das Estações Portuguesas» e «A Arte do Barro nas Caldas».

Música

• Carlos Paredes e Roberto Aussel apresentam-se esta noite, pelas 21h30 m, no Teatro São Luiz, num concerto para duas guitarras integrado no X Festival de Música da Costa do Estoril.

Se conduzir não beba



ALCOOL E CONDUÇÃO

COTACÕES CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTACÕES DE NOTAS

	(Por unidade)	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	79625	85825	
ALEMANHA FED (marco)	51820	52830	
ÁUSTRIA (xelim)	7320	7340	
BÉLGICA (franco)	23367	23567	
BRASIL (cruzeiro)	\$046	\$076	
CANADA (dólar — notas de 1 a 2)	112880	114880	
(notas de 5 a 1000)	113830	115830	
DINAMARCA (coroa)	14800	14840	
ESPAÑA (peseta)	\$967	\$987	
EUA (dólar — notas de 1 a 2)	148870	150870	
(notas de 5 a 1000)	149820	151820	
FINLÂNDIA (marca)	24835	24895	
FRANÇA (franco)	16865	17835	
HOLANDA (florim)	45830	46830	
IRLÂNDIA (libra)	158805	162805	
ITALIA (lira)	\$076	\$086	
JAPÃO (lêne)	\$576	\$611	
NORUEGA (coroa)	17880	18830	
REINO UNIDO (libra)	194840	198840	
SUÉCIA (coroa)	17865	18825	
SUIÇA (franco)	60825	61835	
VENEZUELA (bolívar)	8875	8875	

OBSERVAÇÕES:
1. — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

rádio

Antena Um

16.00: Musicomania; 18.00: A galta dos sete foles; 19.00: Informação e música; 20.00: Musical; 20.25: No estúdio e no estúdio; 20.30: A voz da solidariedade; 21.00: Seara do vento; 21.30: Noites de luar. Noticiários intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas.

Programa 2

15.50: Sonata, em si menor, para piano, de Franz Liszt; 16.25: Música orquestral; 17.00: Música instrumental; 18.00: A obra para órgão de Buxtehude; 18.30: «O Profeta», de Kalil Gibran; 19.00: Os olhos férteis; 19.30: O concerto para violoncelo; 20.10: Tudo isto e música também; 21.00: Música instrumental; 22.30: O gosto pela música; 23.00: Concerto pela Orquestra Sinfónica da RDP/Porto; 00.00: «Sinfonia Latino-Americana», de Morton Gould; 00.25: Quarteto n.º 5, de Frank Bridge; 01.00: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (263, 290 e 397m)

14.00: Matinée; 17.00: Rápido das cinco; 19.00: Programa do F. C. do Porto; 20.00: Conta corrente; 21.00: Quando o telefone toca (2 edições); 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Programas religiosos; 22.30: Desporto; 23.00: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 17.00: Ondas lusitanas; 18.00: Circulo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Programa de José Ramos; 21.00: Jazzofone; 22.00: Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

15.00: Clube da casa; 18.00: Jornal das regiões; 18.30: Transmissão do terço; 19.30: Horizonte; 20.30: Programa da LAR; 21.00: Quando o telefone toca; 21.30: Ouvir e pensar; 22.00: Máquinas ao vivo; 23.00: Diário 23; 23.40: Bola branca (3.ª edição); 23.55: Meditando.

Rede Sul em FM

21.00: Paju; 21.30: Pentagrama. Desdobramento em FM Estéreo 23.00: A cor do som; 01.00: As super-estrelas do FM. Noticiários a todas as horas.

Tiragem média diária do mês anterior: 42.150 exs.

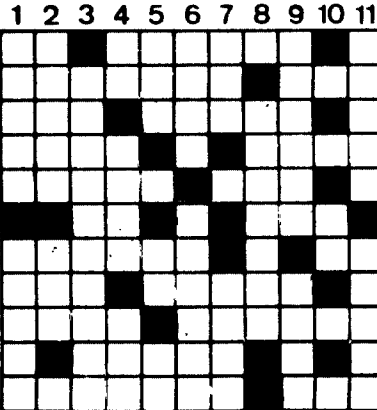
palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA 14 099

HORIZONTAIS:

- 1 Preposição e artigo. Mais bom.
- 2 Cidade da Turquia. Porto do Japão.
- 3 Rei de Judá (908-867) a.C. Nome de fruto.
- 4 Montão. Rangifer (inv.).
- 5 Virgulas dobradas. Conselho de Segurança Nacional (abrev.).
- 6 Aparência. Navegador português que descobriu a foz do rio Zaire.
- 7 Chuviscos. Sentidas Condições.
- 8 Ave da família dos Láridas. Aquela que foi vítima da sua própria ambição.
- 9 Alcoviteira. Loja em tendas.
- 10 Cidade do NO da Síria.
- 11 Restos mortais (pl). Primeira das duas palavras que formam o nome de uma cidade da China.

Resolheu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito



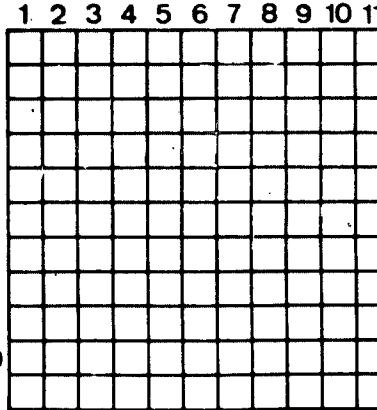
VERTICAIS:

- 1 Desejara. Cão peraltito e esguio.
- 2 Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto. Preposição.
- 3 Lâmpadas pequenas.
- 4 Ruim. Ilha do Pequeno Belt. Flanco.
- 5 Monte da Grécia, onde, segundo a lenda, Hércules teria morrido, deixando-se consumir pelas chamas de uma pira. Nesse lugar. Espera Deferimento.
- 6 Cidade do Peru. Foge do perigo.
- 7 Tempo do verbo haver. Chinela (inv.).
- 8 Ganhara ranço.
- 9 República da África Central. Cidade da URSS.
- 10 Osmio (s.q). Artigo definido.
- 11 Mamífero roedor, muito veloz na carreira. Bioquímico judeu, inglês, que em conjunto com Florey e Fleming receberam o Prémio Nobel da Fisiologia e Medicina em 1945

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9949

HORIZONTAIS:

- 1 Supremo. Pêlos de certos animais. Rádio (s.q).
- 2 Roga. Verjearem.
- 3 Aqui. Parceiro.
- 4 Nome de mulher. Cure. Érbio (s.q).
- 5 Cidade de Itália. Cãhamo de Manila. Miriara.
- 6 Reza. Mil e cem em romano.
- 7 Planta gramínea de cujo grão se obtém uma farinha para o fabrico de pão. Vela de moinho.
- 8 Catedral. Autores. Acreditar.
- 9 Lavras. Assassinas.
- 10 Família. Consentou.
- 11 Ouro (s.q). Unira pelo casamento.



VERTICAIS:

- 1 Esmurrara. Oração pública dos Muçulmanos.
- 2 Nome de planeta. Possuirá.
- 3 Ruim. Paixão. Arara.
- 4 Cantigas.
- 5 Chefe etíope. Nome de letra.
- 6 Aperfeiçoam. Mecânica. (abrev.).
- 7 Desejaram. Aparência (fig.).
- 8 Cure. Missivas.
- 9 Rádio (s.q). Messe.
- 10 Governo (fig). Dignitário de Ordem militar.
- 11 Gostar muito de. Bário (s.q). Transpira.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 098

HORIZONTAIS:

- 1 A. CÃO. FRACO.
- 2 Fresco. Aira.
- 3 Aal. Bombas.
- 4 Operário. Si.
- 5 Asura. SM.
- 6 Tão. Amo.
- 7 Crer. Pastos.
- 8 Ou. Avos. Rs.
- 9 Dão. Croca.
- 10 Entrada. Nau.
- 11 Moa. Siobas.

VERTICAIS:

- 1 Afão. ACODEM.
- 2 Rapa. Ruano.
- 3 Celeste. Ota.
- 4 AS. Ruara.
- 5 Oc. Aro. Vias.
- 6 Obra. Pó. DI.
- 7 Io. Vascão.
- 8 Ramos.
- 9 Biá. Matrôna.
- 10 Crás. MOSCAS.
- 11 Osácos. Au.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9948

HORIZONTAIS:

- 1 Meladura. JC.
- 2 Ocará. Arpão.
- 3 Som. Irar.
- 4 Lesma. Vê.
- 5 Aas. Agues.
- 6 Avis. Aatã.
- 7 Ja. Crer.
- 8 Mofatrão. In.
- 9 Olas. Urró.
- 10 Gostais. Ias.
- 11 Iu. Arreda!

VERTICAIS:

- 1 Moélla. Mói.
- 2 Ec. Violou.
- 3 Lassai. Fãs.
- 4 Aromas. Astal.
- 5 Damas. Ut. Ar.
- 6 Partir.
- 7 Raiva. Se.
- 8 Arregaçou.
- 9 Pa. Rau. Ria.
- 10 Jarreira.
- 11 Co. Sarnoso.

PROVERBIO: A cão fraco acodem as moscas.

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Estreia às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a.
A DESONRA**ÁVILA** 539930

Av. Duque d'Ávila, 92A

Às 14.45, 17, 19.10 e 21.45
- M. 12 a.
Festival Cantinflas
CANTINFLAS O POLÍCIA 777
3.ª Semana
Às 23.45 - Int. men. 13 a.
BEÇO SEM SAÍDA**AVIS** 547153

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
O RALI DAS GOZONAS**BERNA** 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 12 a.
A EPOPEIA DO IMPÉRIO
2.ª Semana**CALEIDOSCÓPIO** 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Para Todos
O HERÓI DO REGIMENTO**CASTIL** 530194

R. Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
BALBÚRDIA NO OESTE**CINE BLOCO** 556824

R. Pinheiro Chagas, 10

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- M. 12 a.
LAÇOS DE TERNURA
Às 24 - Int. men. 18 a.
AFRODITE**CINE CAMÕES** 324194

R. do Loreto, 15

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
TÚNICA (1.ª Parte)**CINE 222** 579460

Av. P. da Vitória, 37 (go Saldanha)

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
SONATA DE OUTONO
Às 24 - Int. men. 13 a.
OS EXECUTORES**CINESTUDIO LIDO** 936593

P. D. João I, Amadora

Às 15.30 e 21.30 - M. 6 a.
OS COMANDOS DA NOITE**CINE-PLAZA** 930119

Av. Santos Matos, 2 - Amadora

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 12 a.
OPÇÃO FINAL**CONDES** 322573

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 6 a.
EM BUSCA DA ESMERALDA PERDIDA
2.ª Semana**2000** 2100055

Av. B. Voluntários, lts 113/4

Às 15.30 e 21.30 - Int. men. 12 a.
OS MARGINAIS**EDEN** 320768

P. Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 16 a.
VIVA DJANGO**ESTÚDIO** 555134

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30 h
- N. ac. men. 13 anos
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
106.ª Semana**ESTÚDIO 444** 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15.30, 18.30, 21.30 e 24
- Mai. 16 anos
IDENTIFICAÇÃO DE UMA MULHER
6.ª Semana**HOLLYWOOD** 802859

Centro Comercial Alvalade

SALA 1

Às 14.30, 16.45, 19, 21.30 e 24
- M. 12 a.
INFIELMENTE TUA

SALA 2

Às 14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45
- M. 16 a.
EM BUSCA DA ESMERALDA PERDIDA**IMPÉRIO** 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 14.45, 18.15 e 21.30
- M. 12 a.
LAWRENCE DA ARÁBIA
2.ª Semana**LIDO** 936593

P. D. João I, Amadora

Às 21.30 - Para Todos
SPARTACUS**MONTECARLO** 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 14.15, 16.30 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
OS GANSOS SELVAGENS
Às 24
A LEI DOS DEUSES**NIMAS** 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
- M. 12 anos
QUE PARÓDIA DE FÉRIAS**ODEON** 328283/4

R. dos Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
- M. 18 a.
VALE TUDO... ATÉ ISSO
2.ª Semana**PATHE** 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14.00, 16.30 e 21.30
- Int. men. 13 anos
FURACÃO NO ASFALTO

Uma cena do filme «Identificação de uma mulher» realizado por Michelangelo Antonioni em exibição no Estúdio 444 e Quarteto

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 18 a.
AS CONFIDÊNCIAS DUM LEITO MUITO ACOLHEDOR**QUARTETO** 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
- M. 16 a.
BEM-VINDO À TERRA PROMETIDA
Às 23.30 - M. 16 a.
MULHERES APAIXONADASSALA 2
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.15
- M. 12 a.
JOGO DE MÃO
Às 23.30 - M. 18 a.
RAGTIMESALA 3
Às 15, 18 e 21 - Int. men. 13 a.
STALKER
Às 24 - M. 18 a.
OS OLHOS DA TESTEMUNHASALA 4
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 16 a.
IDENTIFICAÇÃO DE UMA MULHER
Às 24 - M. 18 a.
BREAKING GLASS**QUINTETO** 573407

R. Act.º Taborda, 27-B

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- M. 6 a.
7 NOVAS PARA SETE IRMÃOS
Às 24 - N. ac. men. 18 a.
CARRIE**ROMA** TEL. 727778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 16 a.
VIVER DEPRESSA**ROXY** 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Int. men. 16 a.
NOITES DE PAIXÃO**SÃO JORGE** 579144/579344

Av. da Liberdade, 175

SALA 1
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30
- M. de 12 anos
VIDAS EM JOGO
com Jeff Bridges
Do mesmo realizador de «Oficial e Cavaleiro»
5.ª SemanaSALA 2
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
- N. ac. men. 18 a.
LENNY
c/ Dustin Hoffman
2.ª Semana

SALA 3

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.15
- N. ac. men. 18 a.
OS CONTOS DE CANTERBURY**7.ª ARTE** 730715

Av. República, à E. Entre Campos, junto ao n.º 63

Às 14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45
- M. 18 a.
MONTYPYTHON'S, O SENTIDO DA VIDA
18.ª Semana**STAR** 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30
- Int. men. 18 a.
O MENSAGEIRO**TURIM** 706666

E. de Benfica, 723-A

Às 14, 17.30 e 21.30
- M. 6 a.
MÚSICA NO CORAÇÃO**VOX** 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, lote 879

Às 15, 18.15 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
KRAMER CONTRA KRAMER
2.ª Semana**XENON** 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
O INQUILINO
1.ª Semana

outros cinemas

Lisboa

OLÍMPIA - «Do Sexo ao Crime», sessões permanentes (18 anos)
CAPITÓLIO - «Carimbe-me Sr. Carteiro», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
MUNDIAL - «Viver Depressa», às 21.30 (16 anos)
CITY-CINE - «Taxi Driver», às 21.30 (18 anos)
TERMINAL - «Que Paródia de Férias», às 21.30 (16 anos)
LONDRES - «Carmen», às 21.30 (12 anos)
CINE-ESTÚDIO ACS - «Os Malucos Contra os Gangsters», às 21.30 (6 anos)
ZODIACO - «O Império dos Sentidos», às 21.30 (18 anos)
ALFA-1 - «A Epopeia do Império», às 21.30 (12 anos)
ALFA-2 - «Lola», às 21.45 (13 anos)
ALFA-3 - «Porky's II», às 21.45 (16 anos)
TIVOLI - «A Epopeia do Império», às 21.30 (12 anos)
ALFA-CLUBE - «O Guerreiro Sagrado», às 21.30 (12 anos)
APOLLO 70 - «Lola», às 21.30 (13 anos)
RESTELO - «Os Frutos da Paixão», às 21.30 (18 anos)
PROMOTORA - «Febre das Noites de Verão», às 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS - **Stadium** - «A Sombra do Guerreiro», às 21.15 (13 anos)
PAÇO DE ARCOS - **Chaplin** - «Sempre em Férias», às 21.15 (12 anos)
OEIRAS - **Oeiras-Cine** - «Câmara Secreta», às 21.15 (12 anos)
SÃO JOÃO DO ESTORIL - **CineLândia** - «Maldição da Pantera», às 21.15 (6 anos)
ESTORIL - **Casino** - «Os Comandos da Noite», às 21.15 (16 anos)
CASCAIS - **Impéla** - «A Violação», às 21.30 (13 anos)
CASCAIS - **Oxford** - «Safari 3000», às 21.30 (13 anos)

Outra Banda

ALMADA - **Cine-Estúdio** - «Aeroporto 80», às 21.30 (13 anos)

ALMADA - **Incrível** - «A Guerra de Tróia», às 21.15 (12 anos)
ALMADA - **Academia** - «Laços de Ternura», às 21.15 (12 anos)

Linha de Sintra

CACÉM - **Cine-Estúdio Flores** - «O Regresso do Cavalo Negro», às 21.30 (6 anos)
SINTRA - **Carlos Manuel** - «Superstição», às 21.30 (18 anos)
Porto
SÁ DA BANDEIRA - «Doce Era o Sexo», às 21.30 (18 anos)
VALE FORMOSO - «Cruzeiro Sexual», às 21.45 (18 anos)
OLÍMPIA - «Profissão: Mulher», às 14.15, 16.15, 18.15 e 21.30 (18 anos)
RIVOLI - «Cavalgada Fantástica», às 21.30 (13 anos)
COLISEU - «Massacre de São Francisco», às 21.30 (16 anos)
ESTÚDIO - «Os Sete Magníficos Lutadores», às 21.30 (13 anos)
CHAPLIN - «Fuga para a Felicidade», às 21.30 (18 anos)
TERÇO - «Atracção do Perigo», às 21.30 (16 anos)
Carlot - «Outono Escaldante», às 21.30 (16 anos)
ÁGUA - «Aconteceu no Oeste», às 21.30 (13 anos)
BATALHA - «A Conspiração de Londres», às 21.45 (12 anos)
FOCO - «Uma Cama para Três», às 21.30 (12 anos)
PASSOS MANUEL - «A Epopeia do Império», às 21.45 (18 anos)
PEDRO CEM - «Música no Coração», às 21.15 (6 anos)
SÃO JOÃO - «Oficial e Cavaleiro», às 21.45 (13 anos)
BEBE - «Fanny e Alexandre», às 21.30 (13 anos)
JÚLIO DINIS - «Emily», às 21.30 (18 anos)
TRINDADE - «Mulher em Chamas», às 21.45 (16 anos)
LUMIÈRE-L - «Star 80», às 21.45 (18 anos)
LUMIÈRE-A - «A Educação de Rita», às 21.45 (12 anos)

Lisboa**PERMANENTE**

ALVALADE - **ESTADOS UNIDOS**: Rio de Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C (T. 811409); **BAIXA**: Simões Pires, R. da Prata, 115 (T. 382350); **BENFICA**: União, E. de Benfica, 592-594 (T. 700092); **CAMÕES** - **SANTA CATARINA**: Combro, C. do Combro, 82 (T. 326059); **CAMPO D'OURIQUE**: Lobel, R. Infanteria 16, 98-B (T. 888807); **GALINHEIRAS** - **CHARNECA** - **LUMIAR**: São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (T. 790989); **MARQUES DA FRONTEIRA**: Ronil, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438); **OLIVAS SUL**: Marta, R. Cidade de Nampula, Edifício Paris, lote 534 (T. 333696); **RATO**: Cunha, R. Escola Politécnica, 18 (T. 325455); **SALDANHA**: Delva, Av. Duque de Ávila, 125 (T. 545225); **SANTO AMARO** - **OLIVEIRA**: 2-B (T. 637020); **SAPADORES** - **PAIVA COUCEIRO**: Europa, Av. General Roca, 27-A-B (T. 543880); **BRANDÃO** - **AMADORA**: Tavares Matos, R. 8, lote 308 (T. 993220); **ODIVELAS**: Almeida, Pt. à R. Tomás da Anunciação, 38-B.

teatros

Lisboa

ABC - «É Tudo a Roubar», às 21.30 e 23.00 (16 anos)
MARIA VITÓRIA - «O Bem Tramado», às 20.30 e 22.45 (16 anos)
VILLARET - «O Super-Silva», às 21.30 (12 anos)
BAIRRO ALTO - «Simplicia», às 21.30 (13 anos)
VASCO SANTANA - «Quando a Banda Tocou», às 21.30 (13 anos)

PORTO

TEP - «Eles Não Usam Smoking», às 21.30 (13 anos)

REFORÇO

AREIRO - **PRACA DE LONDRES**: João XXI, Av. João XXI, 16-A (T. 888482); **BOA-HORA**: Sepol, C. da Boa-Hora, 94-A (T. 631958); **CAMPO D'OURIQUE**: Elma, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 686178); **CASTELO**: Silva, C. de Santo André, 16 (T. 882074); **CHILE**: Alameda, Av. Almirante Reis, 145-B-C (T. 570487); **FEIRA POPULAR**: Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283-A (T. 783016); **GRACA**: Monte, R. Senhora do Monte, 30-A-B (T. 867842); **LUZ** - 2.ª **CIRCULAR**: De Luz, E. de Luz, 124-A (T. 723174); **MARQUES DE POMBAL**: Branco, Av. Duque de Loulé, 61-65 (T. 545048); **PICHELEIRA**: Mariz, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **XABREGAS** - **MADRE DE DEUS**: Conceição, C. D. Gastão, 30-32 (T. 381279); **BURACA** - **AMADORA**: Vaz Martins, R. António Ferro, 6-A (T. 970680); **OLIVAL BASTO**: Nova, R. Açores, 11-A (T. 9810305); **PONTINHA**: Látão Ribeiro, R. A do Falcão, 3-A (T. 9810051); **PRIOR DELHO**: Matos, T. Prioras (T. 2519939).

Outra banda

ALMADA: Cristo Rei, Av. de Cristo Rei, 31-A (T. 2766498). Permanente; **COVA DA PIEDADE**: Atlântico, Av. Rainha D. Leonor, 45-A (T. 2764466). Até às 22 horas; **COSTA DE CAPARICA**: Carlos, Av. do Mar, 34-A (T. 2401060). Até às 19 horas; **LARANJEIRO**: Baptista Marques, R. Boa Vontade, 17-B (T. 2295572). Até às 22 horas; **SEBIMBRA**: Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO**: Santa Marta, R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T. 2072141). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA**: Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T. 2040141). Até às 19 horas; **CORROIOS**: Abreu Cardoso, B. Cidade de Setúbal, 1-B (T. 2291192). Até às 19 horas; **AMORA**: Fonseca, R. Ribatejo, 2-A (T. 2211131). Até às 22 horas; **SEIXAL**: Albas Velho, L. Camões, 27, Torre da Marinha (T. 221132). Até às 22 horas; **MONTIJO**: União Mutualista, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035). Até às 22 horas; **MOITA**: Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS**: Guimarães, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE**: Gamito, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100). Até às 19 horas; **SETÚBAL**: Moreira Martins, P. Olga Sarmiento, 14 (T. 26051). Permanente; **Isabel**, L. Batelha Viso, lote 86 (T. 21677). Permanente; **Costa**, R. da Misericórdia, 48 (T. 22760). Até às 22 horas.

Linha de Cascais

ALGÉS: Miraflores, R. Dr. António Granjo, 2-B (T. 2101161). Permanente; **LINDA-A-VELHA**: Moderna, Av. 25 de Abril, 30-C (T. 2191235). Até às 19 horas; **TIRES**: Guimarães, L. Duques, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECE**: Carvalho, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO**: Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA**: Luz, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **OEIRAS**: Mourão Vaz, Av. de Moçambique, 18-C (T. 2437196). Permanente; **NOVA OEIRAS**: Leal, Quinta da Palmeira, lote 24 (T. 247723). Até às 22 horas; **CARCAVELOS**: Central, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA**: Godinho da Silveira, Av. de Sabóia, 29 (T. 260085). Até às 22 horas; **PARADE**: Grincho, Av. da República, 87A (T. 2471204). Permanente; **SÃO PEDRO DO ESTORIL**: São Pedro, R. 9 de Abril (T. 2683052). Até às 22 horas; **SAS-BOEIRO**: Amaral Semblano, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE**: Imani; **MADORNA**: Madeira, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA**: Abrantes, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL**: Lopes, R. Hanger, 3 (T. 260008). Até às 22 horas; **CASCAIS**: Cordelro, Av. Combatentes da Grande Guerra, 40 (T. 280170-7281419).

Linha de Sintra

AMADORA: São Jorge, R. Pedro del Negro, 5, Reboloira (T. 938703). Permanente; **Romeiro**: Urbanização Casal de São Brás, lote 118; **Campos**, R. Elias Garcia, 185 (T. 930072). Até às 22 horas; **DAMAILA**: Damaila, P. Alexandre Guimarães, 9-A (T. 970523). Até às 22 horas; **QUELUX**: Zeller, R. da República, 83 (T. 950045). Até às 22 horas; **CAMARATE**: Mendonça, Apelação, Até às 19 horas; **CACÉM**: Silva Duarte, R. Elias Garcia, 167 (T. 9248120). Permanente; **MEM MARTINS**: Cristina, Av. Vitorino Nemésio, 14-A (T.



RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1426/82
Endereço Telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA
Telefones: 322100 322204-320784



MARES DE HOJE			
PREIA-MAR BAIXA-MAR			
5 08	4,0 m	10 39	0,8 m
17 22	4,3 m	23 13	0,7 m
Dia 1			
5 52	4,0 m	11 25	0,9 m
18 08	4,2 m		

TEMPERATURAS DO AR ÀS SEIS HORAS:	
VIANA DO CASTELO	16°
BRAGANÇA	12°
VILA REAL	15°
PORTO	15°
COIMBRA	17°
CABO CARVOEIRO	18°
PORTALEGRE	14°
LISBOA	17°
EVORA	16°
BEJA	16°
FARO	20°
SAGRES	17°
PONTA DELGADA	17°
FUNCHAL	20°

Caso "FP-25"

Requerido inquérito à actuação das forças policiais e dos tribunais

Zeca Afonso e Fausto são dois dos signatários da Comissão «Cidadãos Exigem Garantias das Liberdades» que requereram ao presidente da Comissão Parlamentar para os Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias a promoção de um inquérito à actuação das forças policiais e dos tribunais na operação contra as «FP-25».

Num documento, que também foi entregue ao ministro da Justiça, ao provedor de Justiça, ao bastonário da Ordem dos Advogados e ao presidente do Conselho Superior de Magistratura, a comissão explica as razões que a levaram a solicitar o referido inquérito.

«Na sequência da operação policial dirigida contra as «Forças Populares 25 de Abril», chegaram ao conhecimento público factos que não podem deixar de causar preocupação, já que foram verdadeiramente atentatórios das mais elementares garantias dos detidos», afirma-se no documento, que constata ser já possível concluir que «quer a actuação policial, quer a do Tribunal de Instrução Criminal, se pautaram pela arbitrariedade, excesso e, finalmente, ilegalidade».

Entre os exemplos que confirmam aquela constatação constam do documento os seguintes: a incomunicabilidade total dos presos que «viola claramente o disposto no Art.º 311/2.º do Código do Processo Penal, já que este apenas permite a incomunicabilidade com certas pessoas que possam, de algum modo, perturbar ou prejudicar a instrução». As restrições ao contacto com os advogados, isolamento dos detidos, a invasão das sedes de um partido político legal, acompanhada da respectiva selagem e apreensão de material.

Segundo o documento «todos os factos descritos sustentam, por si só, a suspeita de que os detidos não foram presos com base em fortes indícios de ligação a qualquer grupo terrorista, mas que as prisões se destinavam, isso sim, à obtenção de indícios incriminadores».

«Se ao exposto se adicionarem a violência gratuita e aparato descabido de que se rodearam as prisões e as buscas domiciliárias, bem como a recusa, em alguns casos, de listagem dos objectos apreendidos em residências, tudo acompanhado, quase caricaturalmente, da apreensão de livros revolucionários, não restarão grandes dúvidas de que foram perigosamente postos em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que neste momento se encontram presos bem como dos respectivos familiares», conclui o documento citado.

Em anexo, seguiram para as entidades referidas depoimentos dos familiares de presos sobre as circunstâncias em que foram efectuadas as detenções e que foram já focadas por nós anteriormente.

Solidariedade para com os presos

A Comissão de Familiares e Amigos dos Presos Políticos realizou ontem, no Teatro Aberto, uma sessão de solidariedade para com os detidos, durante a qual usaram da palavra Emídio Santana, Manuel Serra e Manuela Escumalha (mulher de um dos presos). Francisco Fanhais apresentou a sessão, tendo também interpretado algumas canções de resistência. Na sessão também esteve presente Afonso Dias Baptista Bastos e Lia Gama, cuja participação estava anunciada, não compareceram.

Na altura foi lida uma mensagem dos presos, datada de ontem, e na qual denunciavam: «A operação burla contra as FP-25 é uma manobra de um Governo desesperado e dividido por conflitos internos. Governo que para subsistir tem de reprimir e prender quem não se submete docilmente às directrizes do capitalismo».

«Somos a almejada presa do socialismo em liberdade. Os agentes da repressão são os heróis e os rebeldes os terroristas», concluem os detidos que se encontram nos calabouços da Judiária.

Pelo seu lado, Emídio Santana afirmou ser inacreditável o que se está a passar «porque elementos do Governo já tiveram, no antigamente, amargos de boca». «Não muitos, claro - acrescentou - porque senão talvez não se arrojassem com uma lei desta natureza (a de Segurança Interna)».

A laia de aviso, figurava no palco, e foi lido por Fanhais, o célebre poema de Brecht: «Primeiro levaram os comunistas...

Lyubimov recusa-se a ser dissidente

O encenador Yuri Lyubimov, privado a semana passada da cidadania soviética, afirmou ontem em conferência de Imprensa que não é dissidente e que não tenciona tornar-se cidadão de outro país.

«Tenho sido, sou e continuarei soviético».

Conservar o meu passaporte, apesar de o consel soviético em Genebra ter insistido para que vá a essa cidade restituí-lo - disse Lyubimov, acrescentando: «As pessoas que tratam da política cultural no meu país são totalmente incompetentes. Não me considero dissidente e farei todos os possíveis para chegar a um acordo com as autoridades».

Lyubimov, de 66 anos, criador do teatro experimental Taganka, de Moscovo, disse que não tenciona tornar-se cidadão de outro país, embora tenha planos para trabalhar em Bolonha e Paris.

Acerca do motivo por que a cidadania lhe foi retirada, Lyubimov crê que ele reside no facto de ter estado em Julho na conferência de Imprensa, em Milão, em que o realizador Andrei Tarkovsky anunciou que ia pedir asilo político ao Ocidente.

A venda de casas do Estado

Legislação hoje publicada no «Diário da República»

O Governo legislou sobre os novos termos em que podem ser alienadas as habitações arrendadas, geridas ou propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e as afectas ao Fundo de Fomento da Habitação.

Um decreto-lei publicado hoje no «Diário da República» refere que «pareceu ao Governo que o desejável acesso dos inquilinos a propriedade dos fogos das instituições de previdência e do extinto Fundo de Fomento da Habitação se poderia processar com menos esforço de investimento daqueles».

O documento preconiza a criação de duas componentes no preço: uma inicial a pagar no momento da transmissão da propriedade e outra final a pagar só no caso de venda do fogo pelo adquirente, ou quando por motivo de morte, não lhe sucederem descendentes ou outros herdeiros legítimos, repondo, assim, o preço ao nível do valor real e justo do fogo.

Os mecanismos introduzidos «dispensam em muitos casos a intervenção das instituições de crédito e libertam meios para investimentos produtivos, ao mesmo tempo que não sobrecarregam as famílias com o pagamento de encargos bancários», refere o decreto-lei.

O Governo aposta ainda em que os novos proprietários consagrarão os cuidados necessários à conservação do património habitacional, podendo vir a utilizar os regimes especiais de crédito já postos à sua disposição para o efeito.

No fim da sua carreira

Jornalista homenageado pela Judiária

Depois de 52 anos de jornalismo, 40 dos quais como repórter e cronista criminal, Manuel Rodrigues despede-se hoje da profissão que abraçou, quando ainda jovem entrou para o «Diário de Notícias» a 6 de Julho de 1932.

Deu os primeiros passos em «Os Sports» de onde passaria para o principal órgão da Empresa Nacional de Publicidade, o «DN».

Há perto de 40 anos no estero de nomes ilustres como Esculápio, Belo Redondo, Tomé Vieira, Manuel Nunes, José Nunes e Negro, responsáveis por preciosas reportagens sobre casos criminais, Manuel Rodrigues, o último herdeiro desse grupo, assinou por sua vez brilhantes reportagens chegando a antecipar-se no esclarecimento dos crimes à própria Polícia.

Hoje, último dia da sua actividade, antes da reforma, o director-geral da Polícia Judiciária, dr. Carlos Picoito, resolveu homenageá-lo no seu gabinete na presença de outros jornalistas, e de funcionários superiores da P.J.

Na oportunidade, Carlos Picoito dirigiu palavras de apreço e consideração ao veterano jornalista.



Manuel Rodrigues: 52 anos de intensa actividade como jornalista

Os 90 anos de Francine Benoit

Francine Benoit, que ontem completou 90 anos, é esta noite homenageada, durante um jantar convivio na Casa do Alentejo, por iniciativa do Movimento Democrático das Mulheres e da Academia dos Amadores de Música.

Nascida em Périgueux (França), radicou-se no nosso país com 12 anos de idade, acabando por se naturalizar portuguesa em 1929.

Francine Benoit, porventura mais conhecida como crítica musical começou por fazer uma exigente e sólida formação musical, especializando-se em piano e composição.

Sindicatos criticam Governo

A União dos Sindicatos de Coimbra/CGTP-IN criticou, nesta cidade, a orientação política, económica e social do Governo PS/PSD.

Sublinha que «no Portugal de Abril não é possível governar de costas voltadas para o povo e, ao fazê-lo, este Governo traçou o seu destino: o caixote do lixo da história».

«Diário de Lisboa» nas praias da margem sul

TRAFARIA

TABACARIA NOVO DIA—Largo da República, 4 a partir das 15.15 h.

ALBERTINA PEREIRA QUEIROZ—Praça Porto de Lisboa a partir das 15.15 h.

COSTA DA CAPARICA

PAPELARIA EUROPA-LOJA 2—Avenida Dr. Aresta Branco, 15 A a partir das 15.30 h.

RESTAURANTE DELÍCIA DA PRAIA—a partir das 15.30

SALVADOR E. PALMEIRO—Largo Comendador Sá Linhares a partir das 15.30

PAPELARIA TABACARIA CONCHINHA—Rua H. Avenida Oceano-6, Quinta de Santo António a partir das 15.30

TABACARIA PERSPECTIVA—Rua do Almada, 34-C, Quinta de Santo António a partir das 15.30 h.

PAPELARIA EUROPA—Av. General Humberto Delgado, 5-B a partir das 15.30 h.

TABACARIA ABC—Av. D. Sebastião, 69-D a partir das 15.30 h.

PAPELARIA COQUELUCHE—Avenida das Forças Armadas, 30-E a partir das 15.30 h.

TRÓIA

TABACARIA P.P.I.—a partir das 16.30 h.

RESIMBRA

COVAS E MONTEIRO—Av. da Liberdade, 16 a partir das 16.45 h.

DOMINGOS CORREIA CONÇALVES—Rua Cândido dos Reis, 52, a partir das 16.45 h.

PAPELARIA TABACARIA FLOR DA BAIA—Largo Bombal-des, 17 a partir das 16.45 h.

FONTE DA TELHA

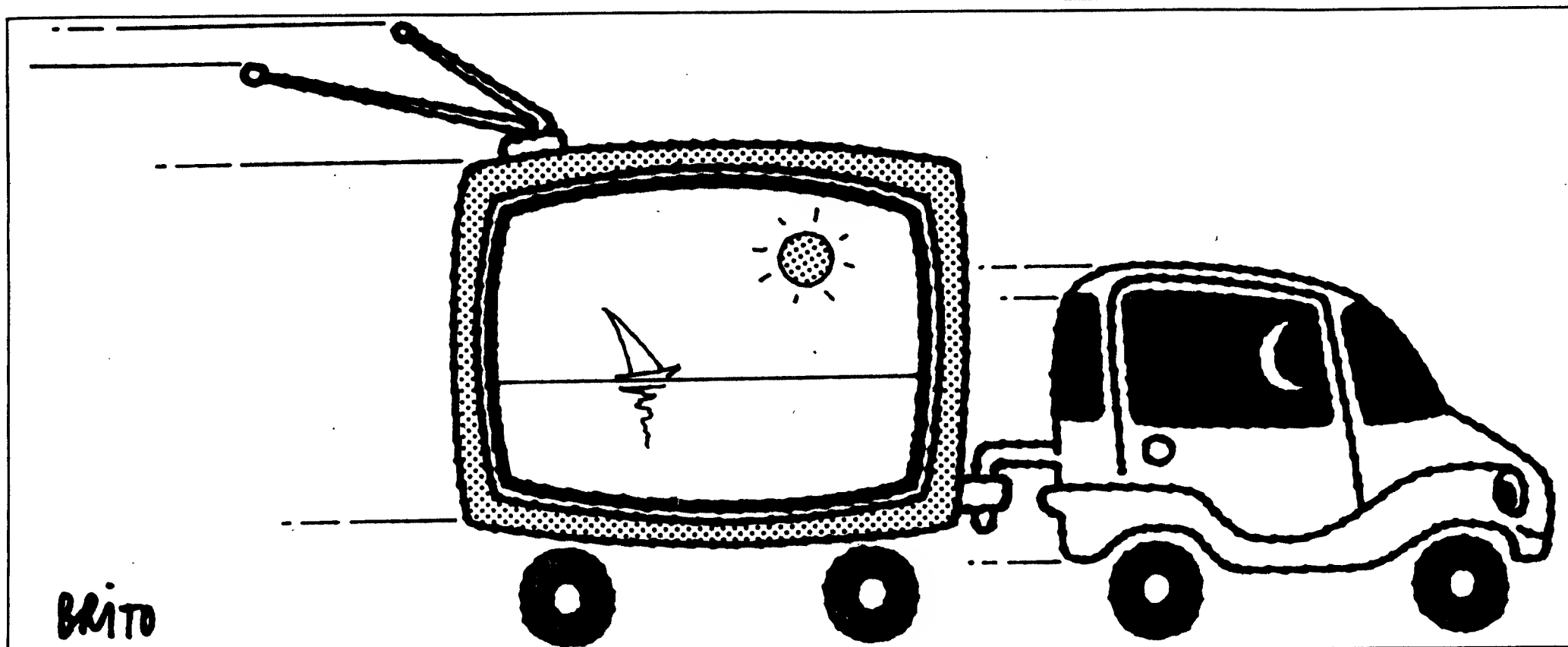
Café João—Largo dos Pescadores a partir das 16 h.

LAGOA DE ALBUFEIRA

RESTAURANTE VARINA—a partir das 16.15 h.

Leis em férias o «DL» Leis, em férias, um jornal independente de informação e cultura.

INFORMATICA



Mais um passo para não perdermos o "comboio"

Criada a Comissão para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação

Pág. 5



A entrega dos prémios das Olimpíadas da Informática uma das iniciativas comemorativas do vigésimo aniversário da API

API comemorou vinte anos

Pág. 8

Computadores vão escolher o noivo que lhe convém

Pág. 8

O debate sobre a privacidade

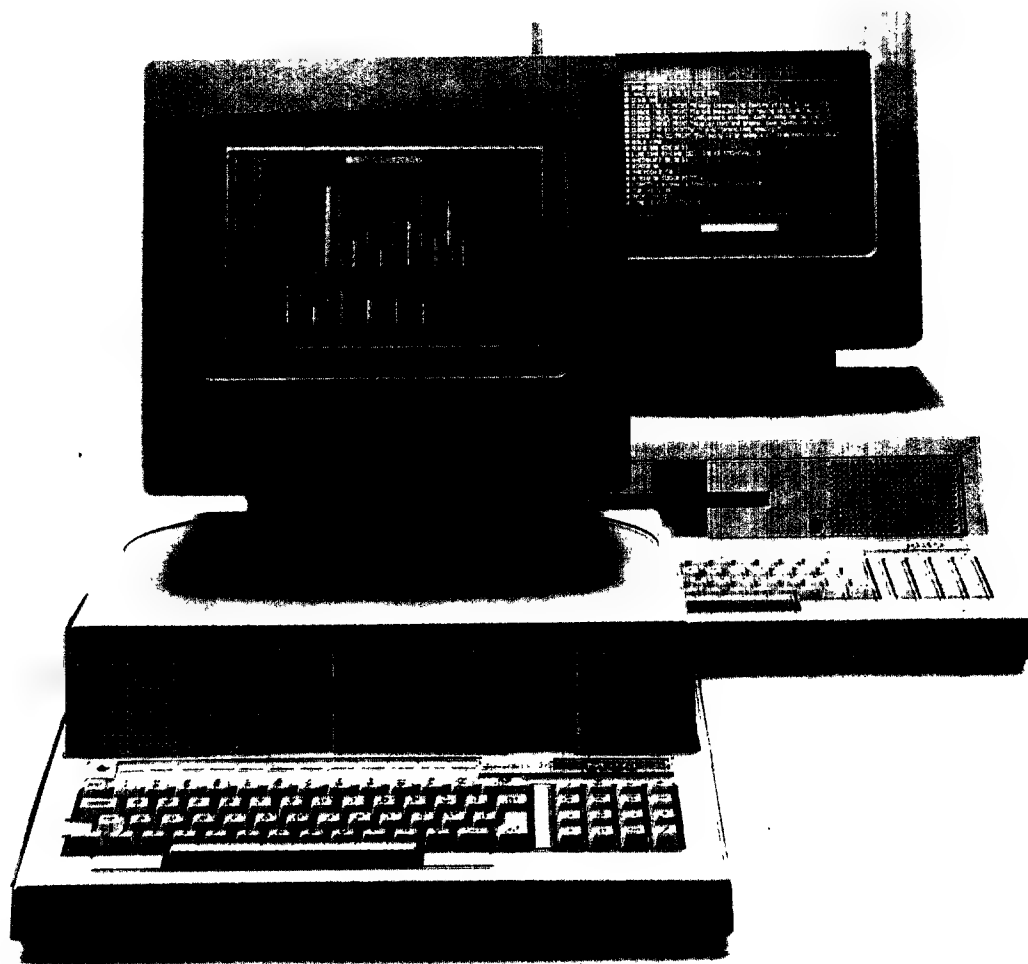
As comissões de protecção de dados vistas por um especialista

Pág. 4 e 5



Despesas de investigação aumentam na zona da OCDE

Pág. 3

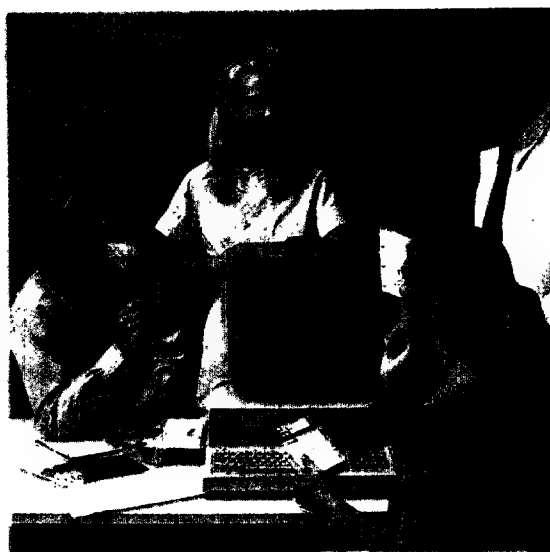


PERSONAL COMPUTER OLIVETTI M 20

UMA FAMÍLIA QUE CRESCE

A OLIVETTI, que investiu o seu "Know-How" de automação do escritório no personal Computer M 20 apresenta-lhe agora o outro membro da família: O modelo M 20 D com uma memória 30 vezes maior que a versão base. Por outro lado sempre que tenha necessidades de maior dimensão e coordenação no dia-a-dia do seu escritório, o Olivetti M 20 D oferece-lhe a possibilidade de gerir um grupo de M 20 funcionando conjuntamente em Rede Local (tipo Omnet). Assim actualmente podemos falar de uma família de personal computers OLIVETTI com

diferentes capacidades de memorização e uma larga gama de sistemas operativos — MS-DOS, CP/M-86, PCOS, UCSD-P* — por forma a satis-



fazer diferentes necessidades. A sua tecnologia 16 BIT e capacidades de comunicação oferecem-lhe a possibilidade de se manter a par de qualquer evolução. De facto a família M 20 foi desenhada para integração em qualquer processamento Text/Data Remoto e "Office Automation", necessidades tanto de hoje como do amanhã. A Olivetti protege o seu investimento quer em termos do equipamento quer em termos de software. A família do Personal Computer M 20, simplifica os seus problemas deixando-lhe mais tempo para a criatividade no seu trabalho.

Os personal computers Olivetti personificam a liderança em características ergonómicas e de design, que se tornaram parte do seu sucesso em todo o mundo.

olivetti
inteligência & beleza

* MS-DOS é marca registada da Microsoft Inc. CP/M-86 é marca registada da Digital Research. O sistema UCSD-P é marca registada da "Regent" da Universidade da Califórnia.

OLIVETTI PORTUGUESA, SARL
LISBOA — L. S. Sebastião da Pedreira, 32-B
Telef. 53 41 37 — 1298 LISBOA CODEX
PORTO — Rua Sá da Bandeira, 819, 6.º Dto.
Telef. 2 93 85/6/7

Desejo receber mais informações sobre o sistema M20

Nome

Morada

Localidade

Código Postal Telef.

Indústrias mecânicas, incluindo computadores, aproximam-se do segundo lugar

Despesas de investigação e desenvolvimento aumentam na zona da OCDE

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) publicou recentemente um relatório relativo à evolução do nível e da estrutura dos esforços nacionais de Investigação e Desenvolvimento (I&D) ao longo dos anos 70 e às suas perspectivas para os anos 80. A ideia de promover o estudo em questão surgiu da procura cada vez maior que se tem registado no domínio da informação sobre a I&D e explica-se pelo interesse crescente que o potencial económico da ciência e da tecnologia representa do ponto de vista da acção governamental. Uma das conclusões deste trabalho cujos resultados essenciais reproduzimos a seguir, indica que o grupo das indústrias mecânicas (que na classificação da OCDE inclui a indústria de computadores) aparece em terceiro lugar na I&D industrial, com tendência a retirar o segundo às indústrias químicas que em 1980 surgiam logo a seguir às indústrias eléctricas e electrónicas.

Os gastos em investigação e desenvolvimento (I&D) conheceram um crescimento mais lento nos anos 70 do que no decorrer da década precedente.

Em todos os países, excepto no Japão, Suécia, Noruega, Finlândia, Espanha e Islândia, as Despesas Internas Brutas de I&D (DIRD) progrediram menos cinco por cento por ano (em volume) durante os anos 70, o que é «muito lento», se considerarmos os critérios de crescimento utilizados para os anos 60; a Suécia foi o único país em que as despesas de investigação tiveram um ritmo de crescimento mais elevado no decorrer dos anos 70 do que no decénio anterior.

O modesto retomar dos gastos em I&D no final da década de 70 parece dever prosseguir no começo dos anos 80.

Por alturas do fim dos anos 70 teve lugar em praticamente todos os países da OCDE um crescimento das despesas de I&D, frequentemente após um abrandamento a meio da década. Os resultados preliminares e as projecções feitas indicam que este crescimento real, a uma taxa modesta, vai manter-se durante a primeira parte dos anos 80, apesar da recessão.

A I&D avançou paralelamente ou ultrapassou ligeiramente o crescimento económico na maior parte dos países.

Na maioria dos países, os recursos consagrados à I&D aumentaram ao mesmo ritmo do PIB, ou mesmo mais rapidamente; os aumentos mais importantes verificaram-se no Japão, na Alemanha (que alcançou os Estados Unidos e a Suíça nos primeiros lugares) e na maioria dos países nórdicos. No entanto, a percentagem do PIB (Produto Interno Bruto) consagrada à I&D diminuiu na OCDE, considerada no seu conjunto, provocada por uma descida nos Estados Unidos, França, Holanda e Canadá. A maioria dos países tentavam manter a parte do seu PIB consagrada à I&D no começo dos anos de 1980, embora alguns (nomeadamente o Canadá, Japão, França, Finlândia, Irlanda e Jugoslávia) tenham definido metas a atingir em meados dos anos 80 que são nitidamente mais altas do que os níveis de 1979.

De um modo geral, há uma descida da parte de financiamento público e uma subida do financiamento privado da I&D.

Na maioria dos países, a percentagem das DIRD financiadas pelo sector público diminuiu e a percentagem do sector privado aumentou. Esta evolução foi particularmente marcante nos Estados Unidos, França, Canadá, Bélgica e Espanha. Numerosos países membros prevêem ou esperam que esta tendência para a subida do financiamento privado da I&D prossiga no começo da presente década.

Evolução da distribuição geográfica da I&D na OCDE

A percentagem das actividades globais da I&D da OCDE execu-

das nos Estados Unidos foi sensivelmente reduzida, enquanto a do Japão aumentou. Verificou-se ainda um pequeno aumento da percentagem de trabalhos executados nos países da CEE e em outros países.

Entre os países da CEE, a Alemanha viu aumentar a sua parte, enquanto a da França não aumentou, e as da maior parte dos outros países desceram. As alterações verificaram-se na sua maior parte no decurso da primeira metade da década. A mesma evolução foi registada na I&D total da indústria.

A percentagem dos Estados Unidos no conjunto da I&D financiada por fundos públicos diminuiu significativamente.

No decurso dos anos 70, o Japão, a CEE e os outros países viram a sua parte de I&D da OCDE financiada pelos fundos públicos aumentar em detrimento da dos Estados Unidos. No caso do Japão, isso corresponde a um aumento da investigação universitária mais elevado do que a dos Estados Unidos ou da CEE. Os países da CEE aumentaram a sua parte principalmente no domínio da ajuda governamental directa à I&D industrial.

As modificações no perfil do financiamento privado da I&D são menores.

A distribuição geográfica dos fundos privados destinados à I&D, na sua maioria constituídos por trabalhos de I&D para a indústria, sofreu algumas variações no decorrer do período, sem que se manifestasse uma tendência significativa.

Evolução do Financiamento Público na I&D

O crescimento da I&D foi menos rápido do que o das despesas governamentais totais durante o decénio de 1970, mas no início dos anos 80, a parte de I&D nos orçamentos de austeridade parece, de um modo geral, manter-se.

No decorrer dos anos 70, a percentagem da I&D no orçamento global dos governos desceu constantemente em quase todos os países membros. Este declínio abrandou no final do período, na sequência de restrições orçamentais, mais do que por um relançamento do financiamento público da I&D.

A parte do financiamento público da I&D consagrada à defesa foi reduzida no decorrer dos anos 70, mas vai voltar a aumentar no começo dos anos 80.

Esta realidade reflecte principalmente a evolução dos Estados Unidos, cuja I&D militar constitui cerca de 70 por cento de toda a I&D militar da área da OCDE, e onde um relançamento importante está previsto para o começo dos anos 80. No final dos anos 70, a percentagem da defesa no financiamento público total da I&D aumentou em França e no Reino Unido. No final do decénio, e globalmente, um terço do financiamento público da I&D da área da OCDE era consagrada à defesa, enquanto dois terços iam para pro-

jectos civis.

A maioria dos países membros aumentaram consideravelmente o seu financiamento em favor da energia no final dos anos 70, na sequência das crises petrolíferas, mas são esperados cortes no começo dos anos 80 em alguns países.

A França, o Reino Unido e a Suíça são os únicos países onde não se produziram tais alterações no financiamento público directamente afectado à I&D energética em meados ou no final dos anos 70. Os aumentos foram particularmente marcantes nos Estados Unidos e em Itália. De um modo geral, registou-se uma transferência do nuclear para o não nuclear na escolha dos projectos de I&D. Alguns Estados membros já procederam a cortes nos seus programas de I&D para a energia, a contar com o aproveitamento pela indústria de projectos economicamente viáveis. Outros, como a Alemanha, comprometeram-se a intensificar ainda mais o seu esforço de I&D para a energia nos anos 80.

O financiamento directo dos Estados membros a favor da saúde e do desenvolvimento social aumentou substancialmente nos anos 70.

As somas em questão mais que duplicaram na maioria dos países e quase triplicaram na Alemanha, Itália, Holanda, Irlanda e Espanha. Os Estados Unidos são o país cujo esforço a favor da saúde e do desenvolvimento social é mais importante, tanto em termos absolutos como por habitante, mas encontra-se também um financiamento por habitante superior à média na Noruega, Bélgica, Suécia e Alemanha.

No final dos anos 70, o financiamento da I&D para a saúde e o progresso social diminuiu em volume no Canadá e na maioria dos países nórdicos. Prevê-se que a parte de financiamento deste objectivo no conjunto da OCDE relativamente à I&D desça nos anos 80, na sequência destas tendências, reforçadas por uma diminuição da I&D para a saúde e o progresso social prevista nos Estados Unidos.

I&D nas Universidades

A investigação universitária, após um período de crescimento que terminou em meados dos anos 70, estacionou e não parece que um relançamento significativo ocorra nos anos 80.

A parte do ensino superior no esforço nacional de I&D diminuiu no decorrer da segunda metade dos anos 70 na maioria dos países membros, e em alguns como a Alemanha, Itália, Noruega, Dinamarca e Nova-Zelândia, o volume de despesas de I&D nas universidades diminuiu. A principal excepção a esta evolução foram os Estados Unidos, onde desde o começo dos anos 70 a I&D regressou e não deixou depois de estar presente. De um modo geral, o apoio traduziu-se em subsídios a projectos de investigação, com uma percentagem

gem mais diminuta na investigação financiada por via dos orçamentos gerais das universidades. É pouco provável que o ensino superior receba um financiamento adicional para I&D no começo da década de 80, uma vez que está prevista uma limitação do crescimento da I&D nos programas de defesa e das actividades industriais.

I&D na Indústria

Na maior parte dos países membros, a indústria financia a sua I&D quase inteiramente com os seus fundos próprios.

As principais excepções consistem em países com programas importantes de defesa e indústria aeroespacial (Estados Unidos, Reino Unido, França, Suécia e em menor medida, a Alemanha), ou países onde os programas de governo de I&D têm como finalidade apoiar o crescimento industrial (Noruega, Nova-Zelândia e Canadá).

Durante os anos 70, o apoio do Estado à I&D industrial enfraqueceu, mas poderá ser reforçado nos anos 80.

Na maioria dos países em questão, esta tendência tem na origem a diminuição dos contratos relativos à defesa e ao espaço, tendência que poderia inverter-se no começo da década de 80 nos Estados Unidos.

A análise da evolução do financiamento da I&D industrial tornou-se complexa pela introdução de medidas governamentais de incentivos indirectos.

Cada vez mais os governos preferem encorajar a indústria a empreenderem ou prosseguirem com trabalhos de I&D por meio de incentivos fiscais ou outros. Tais fluxos de fundos não são por norma atribuídos ao crédito do Estado nos inquéritos sobre I&D, visto que é a indústria que desembolsa para I&D numa primeira fase e só muito mais tarde recupera junto do Estado os fundos investidos. A introdução de tais disposições conduz normalmente a um aumento inicial imediato dos montantes consagrados à I&D que as empresas declaram; mas não necessariamente a um crescimento significativo das despesas.

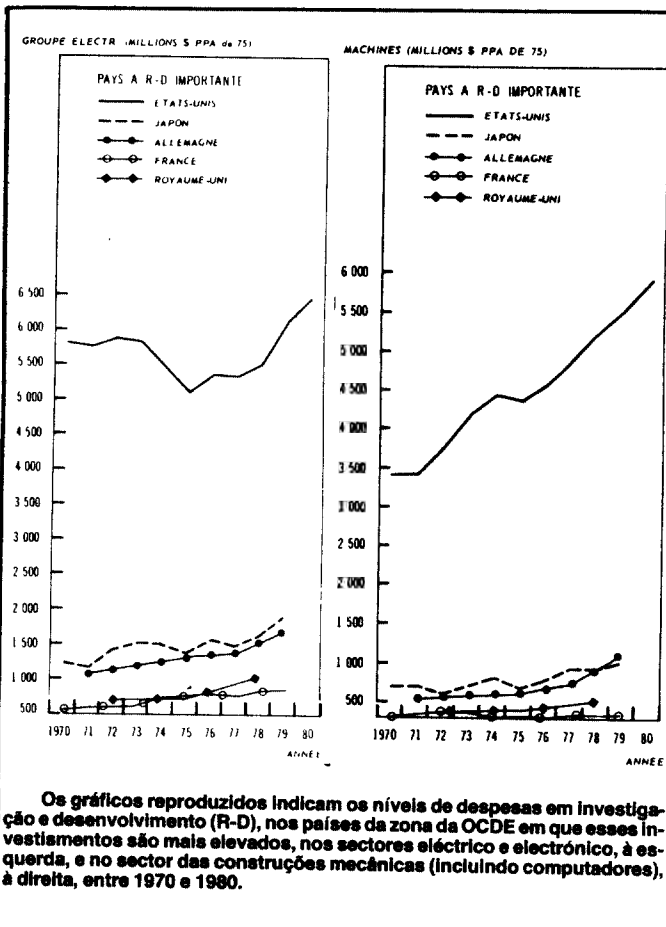
A I&D industrial financiada por fundos privados foi relançada após uma descida em meados dos anos 70.

O ritmo de crescimento do financiamento privado da I&D industrial foi pelo menos igual ao do produto interno do sector mercantil na maior parte dos países. Este ritmo parece ir continuar no começo dos anos 80 e os estados membros que anunciaram objectivos de financiamento da I&D para meados ou finais da década de 80, contam com a indústria para financiar a maior parte do crescimento previsto.

As indústrias manufactureras concedem uma prioridade particularmente acentuada à I&D na Suécia e nos Estados Unidos, assim como no Japão, Alemanha, Holanda e Suíça.

Nos dois primeiros daqueles países, a I&D financiada com fundos privados nas indústrias manufactureras representa mais de quatro por cento do valor acrescentado destas indústrias (produto interno bruto correspondente), o que é mais de duas vezes superior à média da OCDE. Esta intensidade ultrapassa os três por cento nos três países citados a seguir, e outros indicadores similares colocam as indústrias manufactureras suíças entre as que têm despesas relativas à I&D das mais elevadas.

A I&D da indústria está muito fortemente concentrada nos



grandes países, nas indústrias manufactureras, e nestas, nas indústrias mecânicas e químicas.

Ao longo dos anos 70, 90 por cento aproximadamente de toda a I&D industrial da área da OCDE foi realizada nos cinco países que tinham uma actividade da I&D importante. Além disso, na maior parte dos países membros, cerca de 85 por cento ou mais de toda a I&D da indústria é executada pelas indústrias manufactureras que não produzem mais do que entre um quarto e um terço do valor acrescentado total da indústria.

A indústria eléctrica e electrónica (computadores excluídos) foi o executante mais importante de toda a I&D industrial.

As indústrias químicas ocupam o segundo lugar, seguidas pela construção mecânica (incluindo os computadores) e, finalmente, a indústria aeroespacial. Na sequência da redução de programas públicos de defesa e do espaço, a indústria aeroespacial passou da primeira para a quarta posição, mas deverá recuperar no decorrer da década de 80. No final deste período, a construção mecânica (incluindo computado-

res) parecia prestes a substituir a indústria química na segunda posição.

As tendências gerais de financiamento da I&D industrial para as empresas da área da OCDE continuam a ser fortemente influenciadas pelas actividades de algumas muito grandes empresas, relativamente pouco numerosas, na maioria multinacionais.

Cerca de dois terços de toda a I&D industrial da área da OCDE são realizados por grandes companhias (que empregam mais de 10 mil pessoas), cujos orçamentos de I&D são por vezes muito importantes. Tanto a General Motors como a Ford Motors consagram à I&D um montante anual da mesma ordem que o conjunto da indústria italiana, e a IBM consagra ao mesmo domínio tanto como toda a indústria do Canadá, Holanda, Suíça ou Suécia. Apesar dos esforços dos Estados membros para favorecerem a I&D nas pequenas e médias empresas, a I&D financiada por fundos privados na área da OCDE continuará na década de 80 a estar concentrada nas empresas de muito grande dimensão.

A.J. PERES CENTRO COMERCIAL PALLADIUM
LOJAS 30 e 31
TELEFOS 37 28 36 36 67 20
1200 LISBOA

apricot

- Microcomputador com 256 K RAM, 16 bits, 2-disk drives de 315 K cada, incluindo MS-DOS 2.0 CP/M 86 + Manuais ... 485.000\$00
- Idem com 1 drive e 1 Hard Disk de 10 MB ... 695.000\$00

Considerações sobre uma Comissão de Protecção de Dados

«Lei de protecção de dados marca passo na Assembleia» foi o título que demos no último número do «DL-Informática» (27/6) a um texto sobre os trabalhos parlamentares relativos àquela proposta governamental. O mesmo poderíamos voltar a escrever hoje, passados que são mais de dois meses sobre a aprovação, na generalidade, daquele texto e de um outro sobre a ratificação da Convenção do Conselho da Europa referente à mesma questão. O primeiro documento, recorde-se, baixou à Comissão de Direitos Constitucionais, Liberdades e Garantias para a análise na especialidade, no prazo de 40 dias e o segundo no prazo de 10 dias. Chegadas à respectiva Comissão, as propostas foram remetidas para uma subcomissão composta por um representante de cada partido. Este grupo restrito, que nunca chegou a reunir, limitou-se a pedir o adiamento dos trabalhos para o início da próxima sessão parlamentar, em Outubro próximo. Este episódio reforça largamente as opiniões daqueles que, em devido tempo, criticaram a pressa que o Governo pôs na discussão e aprovação daquelas propostas em plenário. No texto que a seguir publicamos, da autoria de um jurista e consultor do Ministério da Justiça, levantam-se algumas importantes questões relacionadas com a natureza das comissões do tipo da Comissão Nacional de Protecção de Dados prevista na proposta de lei do executivo.

1. Tendo por função «garantir o respeito pelos direitos do homem no domínio da concepção e exploração dos projectos de informática e assegurar o respectivo controlo dos bancos de dados instalados ou a instalar em território nacional que tenham como objecto, ainda que parcial, informação de natureza nominativa», o Projecto de Lei n.º 110/III (D.A.R. II série n.º 10, 28/6/83), da iniciativa dos deputados da ASDI Magalhães Mota, Furtado Fernandes e Vilhena de Carvalho (reproduzindo integralmente o Projecto de Lei n.º 202/II da autoria do então deputado Prof. Sousa Franco), prevê a criação duma *Comissão Nacional de Informática e Liberdades* (CNIL) com sete membros na dependência da Assembleia da República. Por sua vez a Proposta de Lei n.º 64/III (DAR, II série, n.º 98, 16/3/84) prevê a criação duma *Comissão Nacional de Protecção de Dados* «com a atribuição genérica de controlar o processamento automatizado de dados de carácter pessoal em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na presente lei». A CNPD seria uma autoridade pública independente funcionando na dependência orgânica do Ministério da Justiça,

que através dos serviços competentes lhes prestaria todo o apoio técnico e administrativo.

2. A previsão duma Comissão com um papel de controlo da recolha e processamento de dados de carácter pessoal em termos de prevenir e salvaguardar a privacidade dos cidadãos não é, como todos sabem, original. A existência duma entidade chamesmo-lhe de controlo é comum a quase todas as legislações de regulamentação da informática embora com diversas funções e composições.

Comece-se por referir que a previsão duma Comissão é, em si, positiva: o que pode estar em causa — e no caso presente está-o certamente — é o perfil da Comissão, quer no que concerne à natureza e dimensão das suas funções — questão onde estão implicados os tradicionais problemas da autonomia e independência — quer no que tange ao próprio perfil dos elementos que irão compor. Dizemos que a previsão duma Comissão é, em si, positiva porque descremos que a Assembleia da República seja capaz, mesmo através da Comissão Parlamentar Direitos e Deveres Fundamentais, de desempenhar com continuidade, tecnicidade, eficiência e prontidão as tarefas que tradicionalmente se delineiam para uma

Comissão deste tipo quando não de natureza meramente consultiva: é necessário um dinamismo orgânico, actuante e operacional, a se, sem prejuízo, obviamente, do controlo da sua actividade por parte da Assembleia.

Diga-se, a propósito, que a previsão duma Comissão não significa que a lei de salvaguarda da privacidade lhe deva conferir o exclusivo na garantia das pessoas e na protecção dos dados: há outros métodos de controlo que devem andar associados àquele. Assim, e em primeiro lugar, o método do controlo individual: cada titular do registo exerce, maxime através do *direito de acesso e contestação* um controlo da recolha e processamento dos dados que lhe dizem respeito; concebido como método único seria manifestamente insuficiente, mesmo supondo que estavam garantidos mecanismos de alerta para a existência de ficheiros: o retraimento e a inércia do cidadão comum no acesso e por vezes a pouca percepção da importância de certos dados para o poder político ou para a empresa justificam que ao lado da afirmação dum princípio da participação individual se consagrem outras formas de controlo. Outro sistema possível é o que, na esteira de S. Simitis («Etablissement de structures

institutionnelles pour le contrôle et la protection des données») se pode apelar de *auto-regulamentação*, sistema em que desempenha papel essencial o *responsável pelo ficheiro*; a Convenção do Conselho da Europa para a protecção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal (veja-se Proposta de Resolução n.º 13-III, DAR II série na 117, 11 de Maio de 1984) define-o como «a pessoa singular ou colectiva, autoridade pública, serviço ou qualquer outro organismo que seja competente, segundo a lei nacional, para decidir qual será a finalidade do ficheiro automatizado, quais os tipos de dados de carácter pessoal a registar e que operações lhes serão aplicadas». O sistema da auto-regulamentação, além de abranger o responsável pelo ficheiro, responsabilizando-o pelo correcto tratamento dos dados, vincularia também o pessoal do ficheiro através dum *código de conduta*. O sistema da auto-regulamentação, quando concebido como método único, torna-se claramente insuficiente: o responsável pelo ficheiro está normalmente inserido numa estrutura hierárquica no sector público ou ligado por vínculos de trabalho subordi-

nado no sector privado; é difícil confiar que a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos seja realizada desta forma. Tanto a Proposta de Lei n.º 64/III quanto o Projecto de Lei n.º 110/III se referem ao responsável pelo ficheiro (a Proposta dá relevo ao «responsável do ficheiro» enquanto que o Projecto ora lhe chama «responsável pela gestão» ora «responsável pela exploração»); mas o sistema avançado pela Proposta é, neste ponto, mais completo e harmónico do que o do Projecto: para além de definir a figura no seu art. 2.º, refere-se-lhe no n.º 1 do art. 8.º estabelecendo que qualquer pessoa tem o direito de conhecer a sua identificação e endereço, na alínea a) do art. 21.º, na alínea a) do n.º 1 do art. 22.º, no art. 31.º que obriga o responsável pelo ficheiro e proceder à correcção de dados (o Projecto tem como disposição paralela o art. 15.º embora o conteúdo dos artigos não seja totalmente coincidente), e ainda no art. 34.º. Manifestação desta forma de controlo é o facto de a Comissão dever, segundo a alínea m) do n.º 1 do art. 17.º, elaborar e aprovar um código de conduta do pessoal informático.

3. Uma vez constatada a insuficiência dos métodos de controlo individual e da auto-regulamentação, enquanto métodos únicos, e uma vez feita a opção pela constituição duma entidade protectora, aplaudimos o facto de tanto o Projecto quanto a Proposta terem optado por uma Comissão em vez de um «Comissário de Protecção de Dados». E parece-nos também positivo que a referida Comissão não tenha funções meramente consultivas: uma Comissão deste tipo, para além de funções de consulta e de licenciamento de ficheiros, deve ser uma «Autoridade»; a lei francesa n.º 78-17 de 6/1/78 qualifica a Comissão francesa (CNIL) de «autorité administrative indépendante» (o que segundo Noelle Lenoir in «La Loi 78-17 du 6-1/1978 et la Commission nationale de l'informatique et des libertés» acontece pela primeira vez no direito público francês), dando-lhe um estatuto de larga independência. Nesta linha o art. 14.º n.º 2 da Proposta 64/III considera que a CNPD é uma autoridade pública independente cuja actividade se desenrola de acordo com a Constituição e as leis da Assembleia da República; a Comissão funcionaria na de-

pendência orgânica do Ministério da Justiça, que, através dos serviços competentes, lhe prestaria todo o apoio técnico e administrativo. A Comissão delineada pela ASDI, ao invés, funcionaria na dependência da Assembleia da República, não afirmando o seu carácter de Autoridade.

4. A nosso ver o que é importante é assegurar que a Comissão satisfaça cumulativamente três requisitos:

1.º *Independência*: a Comissão não deve receber instruções: deve actuar por si, com autonomia, não estando dependente hierarquicamente nem do Governo nem da própria Assembleia da República. Esclareça-se que a não inserção numa hierarquia não significa arbitrariedade de acção: a Comissão, para além de dever respeito às leis deve responder perante a Assembleia que nessa medida exerceria uma função de fiscalização e não de tutela. Parece-nos também que a independência da Comissão não fica forçosamente prejudicada pelo facto de esta se inserir organicamente no Ministério da Justiça, como propõe a Proposta de Lei; se compulsarmos as legislações existentes podemos verificar que algumas entidades de controlo se inserem ou no Ministério da Justiça ou no Ministério do Interior sem que com isso padeça a sua independência.

A partir do momento em que a Comissão tenha *autonomia financeira*, um *quadro autónomo* e *instalações próprias* não se vê como é que essa independência pode ser quebrada; os tribunais também se encontram, duma ou de outra forma, na área da Justiça e ainda ninguém pôs em causa (pelo menos por esse motivo) a sua independência.

A verdade é que, desde que provida de acordo com o referido, não vemos argumentos de peso que aconselhem que a Comissão deva estar inserida organicamente na Assembleia da República e não na área da Justiça, onde por força das suas funções por vezes de natureza parajudicial, parece ter a sua sede própria.

A questão da *composição* é também uma questão fulcral para assegurar a independência da Comissão. Pacífico que é nos dois projectos o n.º de membros (sete), a sua distribuição diverge excepto no que respeita ao presidente que é, nos dois projectos, eleito pela Assembleia por

INFORMATIX

INSTITUTO PORTUGUÊS DE INFORMÁTICA, lda

Rua Castilho, 61 - 4.º Esq. - Lisboa - Telefone 56 10 60 *

CURSOS A INICIAR EM 1984

Designação	Duração * *	Data de início	Matrículas * * *
1 Programação de computadores CURSO COMPLETO DE PROGRAMADOR	320 Horas	3/9/84	31/7/84
2 Electrónica APLICADA DIGITAL	60 Horas 60 Horas	17/9/84	10/9/84
3 Operação de computadores CURSO DE OPERADOR	130 Horas	24/9/84	15/9/84

*Horário da Secretaria de 1 a 17/8/84, das 15 às 18 horas.

**De 2.ª a 6.ª Feira — 2 horas diárias

***Limitadas e sujeitas ao número de vagas disponíveis para cada horário.

ATENÇÃO

JOVEM

Assegura as qualificações
que o mercado de trabalho exige

INSCREVE-TE NUM

CURSO INTENSIVO
DE PROGRAMAÇÃO
DE COMPUTADORES (COBOL)Com aulas práticas em computador NCR de médio porte
INÍCIO: 1.ª QUINZENA DE AGOSTO
DURAÇÃO: 120 HORAS
HORÁRIOS: MANHÃ E TARDEPARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE ENTRE
AS 10 E 13 HORAS E DAS 14 AS 20 HORAS

MEDIOCURSO

INSTITUTO DE ENSINO PROFISSIONAL INTENSIVO
R. do Arsenal, 148-3.º, salas F, G, H - Lisboa - T. 371521

Vão ser lançados quatro centros de formação profissional

Criada a Comissão para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação

O dia 26 deste mês poderá vir a ficar como um marco no processo de modernização e transformação da sociedade e da economia portuguesa, pela via do desenvolvimento das tecnologias de informação.

Na sequência de iniciativas parcelares patrocinadas pela Secretaria de Estado das Comunicações foi assinado, na passada semana, um importante protocolo entre várias entidades, que aponta para a promoção de «acções prioritárias de inovação e desenvolvimento, a partir do domínio e difusão das novas tecnologias de informação no sentido de assegurar o melhor aproveitamento dos recursos nacionais, a modernização das actividades de produção e prestação de serviços e o apoio à criação de um meio ambiente propiciador do progresso empresarial em conjugação com o desenvolvimento equilibrado das diversas regiões do país».

Nessa ocasião foi igualmente divulgado o chamado «Programa de Arranque de Tecnologias de Informação» que prevê, nomeadamente, a instalação do Centro Português de Informática e de quatro Centros de Tecnologia de Informação, cuja criação ficará a Cargo da Comissão para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação, o qual terá como principal missão a gestão do referido protocolo.

Nos termos do documento assinado pelos ministros da Indústria e do Equipamento Social, pelo secretário de Estado das Comunicações, pelos presidentes das Associações Industrial Portuguesa e Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electróni-

co e homologado pelo primeiro-ministro, a gestão do protocolo será assegurada por uma Comissão para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação, cujo presidente, ainda não nomeado, se julga que virá a ser o eng. João Cravinho.

Segundo a introdução do protocolo, o que está em causa com a adopção de uma «decisão política de abertura à aplicação das novas tecnologias» não é apenas a procura de um novo padrão de competitividade, mas também a «possibilidade» de fundar no curso actual do processo de inovação o acesso equitativo aos bens da cultura e à informação, assim como o enriquecimento das condições de trabalho e a partilha consensual dos benefícios materiais possibilitados pelas novas tecnologias».

Entre os objectivos visados por esta iniciativa destaca-se a sensibilização e a formação, com especial incidência nas pequenas e médias empresas e nos jovens, sublinhando-se que as acções a desenvolver nesses domínios «deverão ter em conta não só o apoio directo às aplicações na produção de bens e serviços, como também o alargamento da compreensão dos problemas económicos, sociais e culturais cuja resolução condiciona o bom uso das tecnologias de informação».

A Comissão das Tecnologias de Informação será responsável pela execução de todas estas acções e será composta por um presidente (a nomear por despacho do ministro da Indústria), por representantes do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, do INESC, do órgão de tutela das telecomunicações e ainda por dois representantes da AIP e outros dois do ANIMEE.

Acções concretas

No campo das iniciativas concretas e partindo do princípio de que a «formação terá de ocupar o lugar central de qualquer estratégia industrial que queira aproveitar as extraordinárias potencialidades das tecnologias de informação», o programa de arranque assinado pelos signatários do protocolo defende essencialmente o lançamento de pequenos cursos de cerca de nove meses a ministrar nos já referidos Centros de Tecnologia de Informação. Trata-se de cursos destinados a jovens saídos do ensino secundário e em busca do primeiro emprego e que visa antes de mais prepará-los para a evolução dos mercados locais de emprego.

A inspiração destes centros provém dos Centros de Tecnologia de Informação britânicos e a sua filosofia é a da desconcentração e descentralização da infraestrutura tecnológica no contexto da região em que se localizam, com vista a contribuir para o do-

minio e difusão das novas tecnologias de informação. Para a sua criação deverão contribuir, a par do Ministério da Indústria, das autarquias locais e outras entidades públicas, as empresas e associações que se mostrem interessadas no projecto.

As restantes vertentes do programa de arranque referem-se às «interfaces» com os utilizadores e entre a investigação e desenvolvimento e as aplicações, às acções de sensibilização e à prospecção das necessidades.

Uma precaução de base foi entretanto tomada pelas entidades envolvidas nesta iniciativa, que entendem não ignorar, mas sim «potenciar sem hesitações o esforço já feito e as capacidades já adquiridas que, embora ainda escassas, constituem precioso ponto de partida para o alargamento acelerado da difusão e bom uso das tecnologias de informação em Portugal». O preço a pagar por uma eventual ignorância dos meios já existentes, afirma-se no texto do programa de arranque, seria sempre exorbitante face à pequenez dos nossos recursos e à dificuldade das tarefas imediatas que se impõem.

No que respeita às relações com os utilizadores pretende-se privilegiar a formação de agentes de manutenção e reparação de equipamentos electrónicos capazes de fazer face à grave lacuna existente neste campo. Nesta perspectiva será apoiada a realização de cursos de reconversão de electricistas e a reciclagem de agentes de manutenção. Por outro lado, serão lançadas acções de apoio à divulgação das técnicas de projecto assistido por com-

putador e será dada prioridade à aplicação da micro-informática de gestão de produção, com especial incidência no sector têxtil.

Quanto às relações entre formação, concepção e desenvolvimento e aplicações serão apoiadas iniciativas no domínio da robótica, de acordo com o regime dos contratos de desenvolvimento. As acções a desenvolver assumirão a forma de projectos por objectivos, a promover em condições que assegurem a transferência dos conhecimentos adquiridos, a favor de realizações produtivas concretas.

Entre outros domínios, actuar-se-á no campo dos projectos que visam soluções de automação a baixo custo e o desenvolvimento de processos e produtos de uso múltiplo.

Relativamente à área de sensibilização, o programa visa criar um clima global favorável às tecnologias de informação, defendendo a promoção simultânea de acções específicas orientadas para utilizadores definidos e acções regionais viradas para determinadas zonas do território.

Neste campo, deverá assumir papel preponderante a acção do Centro Português de Informática, já em formação.

Finalmente, quanto ao reconhecimento da situação e prospecção das necessidades nesta matéria prevê-se a realização de um inquérito à situação actual e suas perspectivas de solução, a monitorização da evolução das tecnologias no processo de definição das novas necessidades e, por último, a determinação das necessidades de pessoal qualificado no horizonte de dez anos.



RAINBOW
Personal Computer
da DIGITAL
Liberta-o das suas
preocupações
com o presente,
dando-lhe mais tempo
para conceber o futuro.

Digital Equipment Portugal, Lda
Av. José Malhoa, Lote 1674-2.
1000 Lisboa — Telex 64629 DEC P
Telefones: 72 50 21 - 72 54 02 - 72 54 97

digital

Novidades do mercado • Novidades do mercado

Bull lançou sistema de emissão de cheques

A Bull lançou recentemente um novo sistema de edição de cheques, o EDICHEC 6. Pilotado por um computador MINI 6, este novo sistema utiliza, em série, duas impressoras rápidas de grande qualidade de impressão e com uma fiabilidade e performances de exploração elevadas, permitindo atingir uma velocidade de impressão de cerca de 29 000 documentos (cheques, tickets restaurante, etc.) por hora. Ligadas entre si, as duas impressoras servem, uma, para imprimir os elementos habituais de um livro de cheques em OCRB, e a outra

destinada à impressão de caracteres magnéticos CMC 7 ou E 13 B, quando for caso disso.

O software que acompanha o sistema EDICHEC 6 inclui um gerador de aplicações já experimentado em sistemas anteriores (EDICHEC 100 e EDICHEC 7800), e ainda novas funcionalidades. Permite, nomeadamente, a realização de todos os tipos de cheques (com o cabeçalho em cima ou ao lado, com talão em anexo, etc.), e a incorporação de capas e documentos anexos aos livros de cheques. A emissão de

um livro de cheques faz-se assim numa só passagem.

Simultaneamente, com a utilização das impressoras, o MINI 6 pode servir a outras aplicações, tais como: recolha de dados, telecomunicações, e ainda a outras funções: desenvolvimento e implementação de programas, gestão de ficheiros. Este último pode ser feito com qualquer tipo de suporte informático: bandas, discos e diskettes.

Em relação às aplicações EDICHEC anteriores, compatíveis com o novo sistema, o MINI 6 traz uma grande flexibilidade na pro-

gramação suplementar pela utilização da linguagem COBOL ANS.

A possibilidade de suportar dois subsistemas de impressão reduz o custo de exploração de forma notável. EDICHEC 6 beneficia também de uma modularidade, permitindo extensões no local, e de uma maior facilidade de manutenção.

Desde o mês de Dezembro passado, vários sistemas EDICHEC 6 estão já operacionais em França em diferentes estabelecimentos bancários e ainda num centro de cheques postais.

Olivetti promoveu III Jornada Bancária

Com a presença de mais de 100 especialistas de informática e organização da banca portuguesa realizou-se no fim do mês passado, em Lisboa, a terceira edição das «Jornadas Bancárias Olivetti» que, por iniciativa daquele construtor italiano, permitiu confrontar soluções inovadoras no campo da informática bancária e esboçar as tendências mundiais neste sector.

O director-geral da Olivetti Portuguesa, dr. Luigi Zanini, salientou na sua intervenção inicial que a inovação nesta área tem neste momento o nome de estação de trabalho (Workstations), com linguagens e sistemas «compatíveis» com os standards do mercado, numa multifuncionalidade adaptada às exigências do utente.

Segundo afirmou o eng. Bonanate (Corporate Marketing Manager) as propostas da Olivetti neste campo «Linha 1» são compostas por diversas unidades centrais e uma vasta gama de postos de trabalho (terminais tradicionais com teclado e visor, personal computer, sistemas de tratamento de texto...) que mobilizam todos os «Knowledge Workers» nos vários sectores: banca, administração pública, grandes, médias e pequenas empresas e serviços.

Três modelos ou unidades base para o Hardware, M30, M40 e M60 e um sistema operativo modular «mos» (multifunctional Operating System) realizado na base do «UNIX» (Sistema desenvolvido pelos Laboratórios Bell) permitem a gestão de várias estações de trabalho.

Das mais «simples» às mais complexas e grandes organizações, a proposta Olivetti está compreendida numa sigla «ACRONIMO-ISE», Integrated System Environment, que deseja responder às crescentes exigências do grande utente, como por exemplo, as da Banca. Trata-se de uma espécie de duplo sistema em que o equilíbrio é salvaguardado por equipamento, programas, sistemas de comunicação, todos compatíveis, mesmo nos seus desenvolvimentos futuros, com os standards internacionais a fim de lhes facilitar a coexistência com sistemas de «hardware» de construtores diversos.

Esta solução integra-se num cenário europeu onde, actualmente, uma estação de trabalho em cada cinco é constituída por um personal computer, enquanto se prevê, que em 1990, os «personal» cobrirão 50% das estações de trabalho de base, com ulteriores potenciais desenvolvimentos, os quais, no caso da Olivetti já se estão delineando como novas propostas inovadoras/novas tecnologias, resultantes da aliança com a AT&T no campo das telecomunicações e da integração voz/dados.

A Olivetti propõe-se com a sua presença em 31 países com consociadas operativas, garantir um nível de serviço que será o factor estratégico para olhar o futuro, com segurança. Ainda no decurso do mesmo domínio, o Dr.

Marco D'Angeloantonio, do Corporate Marketing da Olivetti, debruçou-se sobre o actual Problema Bancário e sua tendência mundial. Sobre este aspecto foram analisadas algumas das preferências que a banca vem adoptando e instalando nos seus serviços para enfrentar quer um aumento de trabalho quer a concorrência entre as diversas entidades do mesmo sector.

Analisou também as diversas estratégias desenvolvidas a nível mundial, com a automação bancária. Foi também referida a actuação e métodos da banca Norte Americana face à Europa Ocidental.

Por último, o mesmo especialista apresentou as perspectivas da multinacional italiana na banca internacional, tendo sido apresentadas algumas das grandes realizações já em curso, quer na Itália quer a nível mundial e, particularmente, na Europa Ocidental.

Como complemento destes aspectos, o encontro teve ainda a presença do dr. Ian Allerton, do Abbey National Building Society de Londres, que apresentou a experiência da automação já efectuada na empresa onde trabalha. Aquele especialista referiu as etapas percorridas e os meios utilizados para atingir o grau de automatização que já hoje possuem, independentemente das previsões já estudadas e planificadas para responder às necessidades dos clientes.

A título de exemplo, esta empresa possui já cerca de 3000 postos de trabalho Olivetti da linha TC 1800 e linha L1 M30/M40, preparando-se para numa data muito próxima aumentar os seus recursos quer em meios directos quer indirectos, dando assim uma satisfação cada vez mais ampla aos seus clientes.

Entretanto a Olivetti Portuguesa anunciou já ter começado a preparar a organização duma nova jornada a realizar no próximo Outono e que terá como tema principal a sua linha ISE (Integrated System Environment).

Adjudicado o fornecimento das ATM's

Tal como o «DL-Informática» já tinha referido, a Olivetti foi escolhida pela Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS) para o fornecimento das Máquinas Pagadoras Automáticas (ATM's), que ainda este ano serão instaladas no exterior de numerosas dependências de quase todos os bancos existentes entre nós. A cerimónia de assinatura do respectivo contrato teve recentemente lugar na presença dos drs. Luigi Zanini, Almerindo Marques e Palmeiro Ribeiro, o primeiro em nome da Olivetti e os restantes enquanto administradores da SIBS.

As primeiras 60 unidades das ATM 3200 serão instaladas numa primeira fase do Grande Porto e na Grande Lisboa, alargando-se depois a sua implantação ao resto do país.

Xerox apresentou o seu 16/8 PC

A Rank Xerox apresentou recentemente em Portugal o seu novo computador profissional Xerox 16/8 PC. O XEROX 16/8

PC possui dois processadores, um Z80 A (arquitectura de 8 bits) trabalhando a uma frequência de

relógio de 4 MHz, e um INTEL 8086 (arquitectura de 16 bits) operando a 4.77 MHz. De salientar que os processadores são totalmente independentes, pelo que poderemos correr simultaneamente programas para 8 e 16

bits.

A nova máquina da Xerox apresenta de origem o CP/M 80 para o processador Z80 A na versão 2.2 E, enquanto que para o Intel 8086 possui o MS-DOS. Outro Sistema Operativo dispo-

nível para 16 bits e o CP/M 86. Para 8 bits, com extensão de memória existe o CP/M Plus.

Enquanto à capacidade de memória (RAM), as memórias RAM mínimas disponíveis são de 64 KByte no Z80 A, e de 128 KByte para o Intel 8086.



CONTROL DATA

SOLUÇÕES PARA TODOS OS PROBLEMAS DE INFORMÁTICA

CONTROL DATA PORTUGUESA, S.A.R.L.

Av. António Augusto de Aguiar, 122-4.º — 1000 LISBOA
Telefs. 54 85 53 - 54 85 47 - 54 86 70 — Telex 18469

Protecção de dados

Continuação da pág. 4

se diz sobre o «processo» das comunicações prévias à criação de ficheiros; por exemplo: é óbvio que quando o titular do ficheiro se socorre da «via da comunicação prévia» quando deva antes obter uma «prévia autorização», o processamento deve ser susinado até que a questão fique esclarecida ou até que seja

seguida regularmente a via correcta; todas essas vicissitudes devem ser reguladas bem como as suas implicações em matéria de coimas e (eventualmente) responsabilidade civil.

JANUÁRIO GOMEZ
(Assistente da Fac. Direito C.)
Lisboa e Consultor jurídico R&D
Ministério da Justiça

Empresas • Iniciativas • Empresas • Iniciativas • Empresas • Iniciativas**Ensino da matemática com computadores**

O uso dos computadores no ensino da matemática será o tema de um curso de Verão destinado a professores do ensino preparatório secundário, que terá lugar entre 17 e 21 de Setembro em Braga. A iniciativa pertence à Área de Matemática da Universidade do Minho e será constituída por cursos de introdução à programação, de ensino assistido por computador e de introdução ao cálculo numérico.

A frequência deste curso será limitada a 30 professores e no final de-lhes-á entregue um documento comprovativo da sua participação.

AIRC elegue conselho de administração

A Assembleia Intermunicipal da Associação de Informática da Região Centro (AIRC) elegue, no início do mês, em Coimbra, o seu conselho de administração.

O novo órgão de gestão é constituído por representantes dos 31 municípios que formam a AIRC, e presidido pelo presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Mendes Silva.

A Assembleia Intermunicipal da AIRC reuniu em Coimbra a fim de discutir e aprovar o relatório da comissão instaladora, o quadro de pessoal, a tabela de taxas, o orçamento para 1984 e a alteração dos estatutos da associação.

Segundo a agência NP, a falta de «quorum» registada após a eleição do conselho de administração (que não estava incluída na ordem de trabalhos) fez com que somente o primeiro ponto agendado fosse aprovado.

A AIRC, a que o «DL-Informática» se tem referido repetidamente, é uma associação pioneira e tem como finalidade prestar serviços no campo da informática aos municípios associados, nomeadamente quanto a orçamentos, vencimentos de pessoal, contabilidade autárquica, gestão de obras e processamento dos pagamentos de água e electricidade.

Mestrado em informática na Universidade do Minho

O Centro de Ciências e Engenharia de Sistemas da Universidade do Minho vai levar a efeito o 2.º Curso de Mestrado em Informática que terá início em Outubro do presente ano e cujo prazo para apresentação de candidaturas terminou no início deste mês. O curso é apresentado como possuindo um «perfil de especialização» em ciências de computação, informática de gestão e informática industrial.

Entre os objectivos do novo mestrado destaca-se a promoção de conhecimentos aprofundados em disciplinas de informática e o estímulo do espírito de iniciativa e inovação na investigação. Antecedendo o início do curso realizar-se-á uma acção de homogeneização tendo em vista a sensibilização dos candidatos para todos os conhecimentos prévios exigidos.

PME's vão informatizar serviços

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) acaba de celebrar um contrato com a Empresa Pública de Parques Industriais (EPPI) que visa a instalação de centros de contabilidade e secretariado nos parques de Braga, Covilhã e Évora. O principal objectivo visado com esse acordo reside na criação de apoios à gestão

financeira das empresas instaladas naqueles parques. Esses apoios passam essencialmente, afirma-se numa informação divulgada pela EPPI, pela informatização dos seus serviços, nomeadamente dos contabilísticos, que se tornará possível através dos computadores a instalar naqueles três centros.

Centrel colabora com a IBM

Trinta e cinco trabalhadores da Centrel estão desde Março envolvidos num projecto de colaboração entre a IBM Portuguesa e a Centrel, que visa a montagem de cabos de interligação para computadores.

Por outro lado, as duas empresas assinaram um «contrato de qualidade» que garante um compromisso de produção «100 por cento sem defeito». Ultrapassada a fase de montagem dos cabos de interligação, a Centrel ocupará-se-á do abastecimento dos respectivos componentes.

Control Data comercializa Laserdrive 2000

A OSI - Optical Storage International, empresa internacional da qual a CONTROL DATA CORPORATION detém 49% do capital, juntamente com a N.V. Philips (51%), acaba de anunciar o lançamento no mercado de um novo disco de grande capacidade de memória utilizando tecnologia laser.

Denominado LASERDRIVE 2000, esta unidade de disco óptico tem capacidade para arquivar até 1 bilhão de bytes ou caracteres de informação, durante um período garantido de 10 anos.

Desenvolvido nos laboratórios da OSI nos Estados Unidos e na Holanda, o LASERDRIVE 1200 poderá ser aplicado no acesso «on-line» ou «off-line» a grandes bancos de dados com informação permanente, como os utilizados nas indústrias petrolífe-

ras, mineira, na banca e nos seguros e nos organismos governamentais, bem como no registo permanente de grandes volumes de informação, tais como fichas médicas de doentes e registos de alunos em escolas e universidades.

A comercialização do LASERDRIVE 1200 será feita, em todo o mundo, pela CONTROL DATA CORPORATION.

Criação de «Expert systems»

Foi recentemente estabelecido um acordo entre a Control Data Corporation e a Software A&E, pelo qual aquela empresa passará a comercializar uma nova aplicação, denominada

Iniciação à informática em livro

O conhecido informático e assíduo colaborador do suplemento mensal de «O Jornal», Ilídio Antunes, acaba de publicar uma «Iniciação à Informática». A obra, editada pela Livraria Popular Francisco Franco, Lda., inclui quatro capítulos, sendo um de introdução e versando os seguintes sobre «Computadores e sistemas de exploração», «Lógica, linguagens e programas» e «Linguagem Basic e exercícios».

De acordo com o autor, «a informática em Portugal ainda está pouco acessível ao grande público e as mensagens que aparecem no nosso dia-a-dia são palavras sem qualquer significado para a maioria da população (...)». Foi precisamente «para ultrapassar estas dificuldades» que Ilídio Antunes meteu mãos à obra e concebeu esta importante iniciativa de divulgação...

Nixdorf participa em testes da Telepac

Inserido no plano da segunda fase de testes da rede TELEPAC e por convite da Caixa Geral de Depósitos foram recentemente realizadas ligações em X25 à rede nacional de Transmissão de Dados TELEPAC.

O sistema em ligação, pertence ao conjunto de modelos NIXDORF 8864 dedicados ao Processamento Distribuído e utilizando um programa desenvolvido para testes em X25.

Recorrendo ao conceito de Processador para Comunicações foi estudado todo o comportamento do sistema em situações de colisão e violação do protocolo e respectivas recuperações.

Estes testes têm por fim garantir o máximo de fiabilidade, tanto dos equipamentos como dos nós, aos futuros utilizadores da rede nacional de transmissão de dados - TELEPAC.

Seminário de CAD/CAM na Universidade do Porto

Com a presença de meia centena de representantes de 25 empresas nacionais, sediadas na sua maioria na zona Norte do País, realizou-se no passado dia 2 do corrente um seminário sobre uma nova aplicação de CAD/CAM, numa organização conjunta da Universidade do Porto (Centro de Informática da Universidade do Porto - CIUP) da Control Data Portuguesa.

Destinada às indústrias metalúrgica e metalomecânica em geral, com particular incidência para projectos e construção de moldes, matrizes e placas, esta nova aplicação, denominada DUCT, foi desenvolvida pela Wolfson Cambridge Industrial Unit, tendo o seminário contado com a presença do professor D. B. Welbourn, da DUCT Development Unit.

A colaboração da Control Data com a Universidade do Porto neste domínio permite à indústria nacional aceder à nova aplicação de CAD/CAM em sistema de «tempo-dividido», através de um simples terminal ligado ao CIUP.

O seminário contou ainda com a colaboração da Década Espectral que, para o efeito, forneceu o equipamento Tektronix.

Brigada de Trânsito e Ministério da Justiça

Quem o revelou foi o comandante da Brigada de Trânsito da GNR, coronel Sousa Vicente, na cerimónia que assinalou, no princípio do mês, o 14.º aniversário da brigada: os dados do computador do Ministério da Justiça já são acessíveis por terminal aos polícias da estrada. Segundo o coronel Sousa Vicente, esta medida possibilita uma mais rápida acção fiscalizadora e será brevemente complementada pela ligação da Brigada de Trânsito aos computadores das Direcções-Gerais de Viação e Trânsito e dos Transportes Terrestres.

Ainda de acordo com aquele oficial, a Brigada de Trânsito está a dar «um salto qualitativo que a irá pôr a par das outras Polícias europeias». «Com os novos meios postos à nossa disposição, acrescentou, rapidamente recebemos dados de viaturas e condutores, cartas de condução, veículos furtados, acidentes e detenção de viaturas intervenientes com fugas de condutores».

Boas perspectivas de melhoria dos serviços prestados para a GNR e muito trabalho de controlo verificação e da legalidade em perspectiva para a futura Comissão Nacional de Protecção de Dados...

Microbelo anunciou programas de gestão

A Microbelo acaba de lançar o primeiro de uma nova gama de programas de gestão, a gama Ultraware.

O primeiro programa - Ultrapoc é um programa de contabilidade geral e analítica que foi desenvolvido na sequência de 4 anos de experiência e 2 anos de

trabalho do departamento de software da Microbelo.

As principais características do Ultrapoc são: opções de escolha sempre visíveis no ecrã; Configuração de parâmetros pelo utilizador; Rotinas em linguagem máquina, que permitem maior rapidez

TRÊS SOLUÇÕES  BELL & HOWELL
PARA REORGANIZAR O SEU ARQUIVO!

A BELL & HOWELL é uma das maiores produtoras de equipamento para MICROFILME, a quem se deve a criação e desenvolvimento de um completo e avançado sistema de registo de documentos, microfilmagem e tratamento de informações. O sistema de arquivo de microfilme em bobines está indicado para:

- Arquivos de transacções comerciais.
- Registos activos ou históricos.
- Documentos ou formulários em contínuo.

E apresenta as seguintes vantagens:

- Consulta de qualquer documento de um arquivo em menos de 60 segundos.
- Segurança total do arquivo.
- Economia de espaço (98 %).

Por isso, Lima Mayer faz-lhe três sugestões, para reorganizar o seu arquivo:

- ☐ Ou nós vamos à sua empresa microfilmarmos o seu arquivo;
- ☐ Ou remete-nos a documentação para ser microfilmada nas nossas instalações;
- ☐ Ou adquira-nos um sistema BELL & HOWELL.

Tudo isto é resultado da enorme capacidade e versatilidade BELL & HOWELL para solucionar problemas de TEMPO, ESPAÇO e ARRUMAÇÃO no seu escritório ou empresa.

TRÊS SUGESTÕES. TRÊS SOLUÇÕES.

LIMA MAYER
 Lisboa - Tel. 854071 - Porto - Tel. 693445 - Coimbra - Tel. 75562



*Programa desenvolvido
por dois professores americanos*

Computadores prevêem comportamentos humanos

Pode não estar longe o dia em que os casais à beira do casamento possam ser capazes de ter uma previsão, feita por computador, sobre se estão destinados às delícias da vida em comum ou à barra do tribunal.

Dois pesquisadores na Universidade de Miami afirmam ter desenvolvido um programa que pode prever com precisão coisas como o estilo e as origens das discussões de um casal e a quantidade de problemas que os dois aguentarão, se se casarem.

Henry Kunce e Bernard Howard trabalham desde o início dos anos 70 em programas matemáticos onde são simulados os comportamentos humanos.

«Se um arquitecto constrói um modelo de uma casa antes de iniciar a construção propriamente dita, porque é que não havemos de construir um modelo de relação social antes de as pessoas entrarem nela?» — disse Kunce à agência Reuter.

Segundo ele, os problemas mais significativos do mundo envolvem relações humanas, enquanto a maneira mais poderosa de resolver esses problemas está no âmago das ciências físicas.

Howard e Kunce pretendem trazer as ferramentas e as técnicas das ciências físicas para o campo dos problemas das ciências sociais.

«Penso que é o género de coisa que primeiro choca as pessoas», diz Kunce. «Eu também me sinto desconfortável perante o assunto. «Face à ideia de controlo do comportamento e interacção humanos — eu mesmo fiquei de pé atrás.»

Embora tenha ficado preocupado acerca das possibilidades do uso totalitário de tais programas, aquele especialista diz pensar agora na ideia de «controlo» de um modo positivo, como «uma maneira de se alcançar a liberdade... através de um conhecimento suficiente de como controlar e quando».

Segundo os dois técnicos, se uma pessoa preencher com sinceridade um breve questionário sobre reacções específicas a dadas situações, o computador dará uma previsão apurada do comportamento futuro.

Para fazer isso, o computador tem de movimentar-se entre as 65.536 combinações possíveis dos três factores.

4 milhões de possibilidades

Acrescente-se uma segunda pessoa aos 65.536 estados possíveis dele ou dela e acrescentem-se as interligações possíveis entre as duas pessoas,

obtendo-se então 4290 milhões de combinações possíveis entre o casal.

Acrescente-se uma terceira pessoa e o número de possibilidades aumenta de tal modo que «não existe nem mesmo um nome para o número obtido» — afirma Kunce.

«Penso nisto como se fossem notas musicais» — diz ele. «Não há assim tantas como isso, mas há uma variedade tremenda de tipos de música.»

Os dois cientistas tentaram o seu programa em tantos indivíduos ao longo dos anos que já lhes perderam a conta.

Como um exemplo de como o programa trabalha, Kunce descreveu um casal. O homem sorri no exterior, mas é facilmente enristecido no interior. A mulher, por outro lado, gosta tanto de apresentar uma cara sombria que isso a torna feliz intimamente.

Quando o computador elaborava uma simulação da sua relação, descobre que sempre que a mulher estava na mó de baixo o homem estava sempre triste, mesmo que ele chegasse a casa alegre e ela fingisse exteriormente alegria.

«Devemos aconselhar ao casal que algumas situações lhes são favoráveis e que deverão evitar outras», explica Kunce.

«Ou podemos aconselhar ao homem que vá dar uma volta por um bar, até que a mulher fique mais alegre.»

Howard diz que o sistema está longe da perfeição, dado que não existe nenhuma fórmula matemática que possa descrever factores como a integridade ou a capacidade de uma pessoa reagir a uma pressão exterior.

Ambos os técnicos exprimem algumas dúvidas acerca dos usos a dar ao programa por eles desenvolvido.

Howard não quer ver «charlatões a anular uma pesquisa válida, usando-a como um jogo de encontros comerciais».

Kunce exprime de maneira diferente a mesma preocupação: «Tenho o pressentimento de que as pessoas com um elevado sentido ético raramente se querem envolver com coisas que parecem limitar a liberdade do homem, enquanto os sem princípios saudariam tal oportunidade.»

Sejam quais forem as suas reservas, ambos concordam no entanto que era obrigação dos cientistas perseguir a verdade, embora tentando influenciar o modo como ela será usada.

(Por Peter Klerman da Reuter)

A. P. I.: vinte anos ao serviço da informática

A Associação Portuguesa de Informática acaba de comemorar o seu vigéssimo aniversário com uma série de iniciativas que mais uma vez comprovaram o dinamismo desta prestigiosa organização profissional. O «DL-Informática», que desde o seu primeiro número tem dedicado especial atenção às iniciativas da API, solicitou um curto depoimento ao presidente da sua Direcção-Geral para assinalar a efeméride.

A Associação Portuguesa de Informática formou-se há 20 anos, em 16 de Julho de 1964 com o nome, então apropriado, de Associação Portuguesa de Mecanografia.

Ao longo dos 10 anos iniciais foi singrando com o maior ou menor espírito de sacrifício pela Instituição que Corpos Gerentes e Sócios lhe dedicavam. Perante a habitual falta de associatividade, conseguiu-se apesar de tudo ultrapassar as dificuldades e realizar mesmo alguns acontecimentos dos quais se salientam as Jornadas de Informática.

Em 1974 a Associação viu os seus estatutos modificados de modo a criar institucionalmente a Delegação Regional do Norte e a Delegação Regional do Sul e iniciou em 1975 uma fase de reestruturação que culminou em 1977 com a realização do 1.º Encontro Nacional de Informática, em Leiria. Este Encontro, envolveu centena e meia de participantes que se debruçaram sobre o problema da definição duma política Nacional de Informática e sobre aspectos fundamentais dessa política, envolvendo a independência tecnológica e a profissão de informática.

Após um período de preparação para tal iniciativa lançou-se em 1979 na Organização do 1.º Congresso Português de Informática, realizado em 1980 na Fundação Calouste Gulbenkian. Este Congresso envolveu mais de 1000 participantes tendo sido um acontecimento histórico da informática neste país e do seu futuro — aliás o seu tema base — «Informática, que futuro?».

O êxito da iniciativa em termos de prestígio e também em termos financeiros, permitiu lançar embora modestamente a API em iniciativas mais regulares e é assim que em 1981 se realizou o 2.º Encontro Nacional de Informática e em 1982, já com uma estrutura mínima de funcionários, a API se lança na organização do 2.º Congresso Português de Informática.

Segue-se em 1983, a realização do 3.º Encontro Nacional, em Braga.

Tais realizações cimentaram a posição de prestígio da API entretanto solicitada a incorporar-se em órgãos nacionais sobre informática, nos quais tem vindo a contribuir com as suas possibilidades.

O terceiro congresso

Neste ano de 1984 encontra-se já em avançada fase de planeamento e em progresso de execução aquele que sem dúvida será o maior acontecimento de informática do ano: O 3.º CONGRESSO PORTUGUÊS DE INFORMÁTICA para o qual se conta já com a adesão de duas dezenas de patrocinadores (incluindo os principais fornecedores e os principais utilizadores de informática em Portugal). Cerca de três centenas de inscrições estão já confirmadas e calcula-se que esse número seja ainda uma parte das inscrições totais de interessados para as cinquenta comunicações do maior interesse, já seleccionadas e entregues, sobre o tema «SISTEMAS DE INFORMAÇÃO».

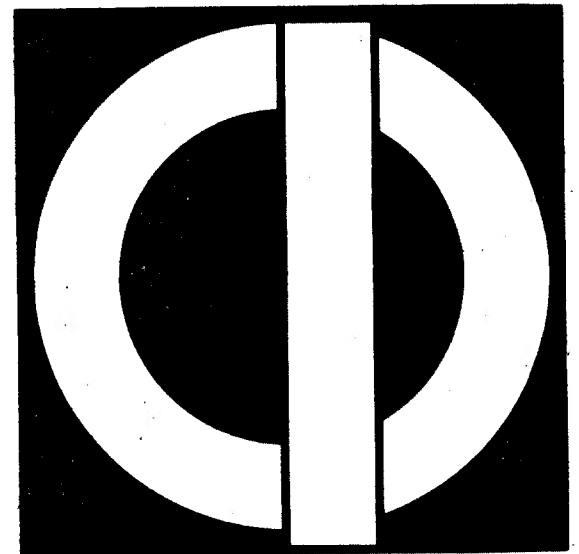
Simultaneamente e para comemorar de facto a sua maturidade de 20 anos a API realizou durante o mês de Julho, sucessivamente, uma sessão solene, as Olimpíadas de Informática e o Seminário sobre «A Evolução da Informática em Portugal».

Se bem que a sessão solene tenha sido pouco concorrida até talvez pelo simbolismo que continha e a que os informáticos não parecem ser tão sensíveis como seria desejável, tanto a Olimpíada como o Seminário foram êxitos assinaláveis e importantes acontecimentos na vida informática.

Olimpíada de Informática

A Olimpíada, realizada para alunos do Ensino Secundário dos Distritos de Lisboa e Setúbal, contou com 16 equipas de três alunos que apresentaram trabalhos de inegável valor pedagógico e informático e mostraram assim como a nossa ju-

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA de MECANOGRRAFIA



Da Associação Portuguesa de Mecanografia à Associação Portuguesa de Informática, vinte anos de actividade e renovação permanente

ventude se prepara, em paralelo com as estruturas oficiais, para a sua vivência futura. Está já em vista a realização no próximo ano de uma 2.ª Olimpíada de Informática que certamente terá o maior êxito.

O Seminário contou com a participação de quatro nomes dos mais importantes para a Informática deste País, a saber o prof. Moniz Pereira, o prof. Jacques Calazans, o sr. Rocha de Matos e o dr. Raul Bordalo Junqueiro, que, sem prejuízo de outras entidades sem dúvida com influência dinamizaram e dinamizam o sector através de quatro das suas linhas de força, respectivamente: a investigação, o ensino, a indústria e os órgãos governamentais sobretudo através da intersecção com as comunicações.

Qualquer dos oradores apresentou ideias e notícias da maior importância e o balanço do Seminário traduziu-se por ser uma das iniciativas de melhor qualidade.

A Assinatura recente do protocolo entre o Governo e a Indústria, sobre as Tecnologias de Informação, representa

uma potencial dinamização do sector da informática que a API está pronta a reforçar. A próxima realização, em Outubro do Seminário da OCDE sobre «As Políticas das Tecnologias da Informação e o Desenvolvimento Económico», no qual a API tem lugar na Comissão Organizadora, mostra que o nosso país se encontra em passo acelerado nestes domínios.

Na verdade, como foi indicado pelo sr. secretário de Estado das Comunicações, e reforçado por outras personalidades recentemente, temos conosco os conhecimentos e alguns dos melhores recursos base para a utilização destas tecnologias. E sem dúvida que a nossa juventude se prepara ela própria para essas tecnologias.

A Associação Portuguesa de Informática tem a posição optimista de quem se está colectivamente a preparar para o futuro que está a ajudar a construir.

L. Penedo
(Presidente da Direcção-Geral da API)

Por iniciativa da OCDE

Tecnologias da informação debatidas em Lisboa

As políticas das tecnologias da informação e as suas relações com o desenvolvimento económico serão debatidas num seminário a realizar entre 2 e 4 de Outubro próximo, em Lisboa, no Forum das Picoas.

Organizado conjuntamente pelo Governo Português e pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE, o Seminário terá a participação de responsáveis pelas políticas das tecnologias de informação dos países da OCDE.

A realização em Lisboa deste Seminário, de âmbito internacional, surgiu por decisão do Co-

mité das Políticas de Informação, Informática e Comunicações (PIIC), da OCDE, sobre proposta da delegação portuguesa.

A Comissão Organizadora justifica a realização desta iniciativa, pela crescente importância das tecnologias da informação no contexto do desenvolvimento económico e pela necessidade de se debaterem, em devido tempo, as opções que se colocam neste domínio, especificamente em países em fases intermédias e/ou assimétricas de desenvolvimento.

O Seminário privilegiará o debate sobre as condições de aplicação das tecnologias da infor-

mação à gestão das pequenas e médias empresas.

Esta iniciativa tem o apoio dos Ministérios da Indústria e Energia, do Trabalho e Segurança Social, da Educação e do Equipamento Social, bem como das Secretarias de Estado do Planeamento, da Administração Pública e das Comunicações.

Dão igualmente o seu apoio a esta iniciativa a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, a Associação Industrial Portuguesa, a Associação Industrial Portuguesa, a Associação Portuguesa de Informática e a Associação Nacional das Indústrias de Material Eléctrico e

Electrónico.

O secretário de Estado das Comunicações, Raul Bordalo Junqueiro, preside à Comissão Organizadora.

Entretanto, a Comissão Organizadora aconselha a que as inscrições, que são em número limitado, sejam efectuadas até 10 de Setembro, para: Comissão Executiva do Seminário sobre «As Políticas das Tecnologias da Informação e o Desenvolvimento Económico» - Direcção Geral da Organização Administrativa - Palácio da Ajuda - 1300 LISBOA. As informações serão fornecidas pelo telefone: 642639.